

## **Relatório e Contas 2002**

### **Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.**

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais. Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais.

# Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



Exmos. Senhores Accionistas,

De acordo com a legislação em vigor apresentamos o Relatório Consolidado de Gestão, conjuntamente com as contas consolidadas relativas ao exercício de 2002.

## 1.- Introdução

No ano de 2002 não foram atingidas as metas que o GRUPO MOTA-ENGIL havia perspectivado no relatório do ano anterior, situação essa que em tempo oportuno divulgámos aos accionistas e ao mercado em geral.

Vale a pena elencar um conjunto de factores que contribuiu fortemente para essa situação:

1. Uma prolongada crise económica mundial, acentuada pelos escândalos financeiros verificados em algumas das principais empresas dos Estados Unidos, criando uma crise de confiança nos mercados e esbatendo em grande medida os primeiros sinais de retoma que se vinham a verificar no mercado americano. Com iguais consequências, a indefinição quanto aos *timings* e tipo de solução para a ofensiva aberta contra o terrorismo, foi factor adverso a nível mundial;

2. Na Europa, pela primeira vez, os indicadores do Pacto de Estabilidade foram ultrapassados em alguns Países, verificando-se uma enorme dificuldade na retoma das economias europeias, inclusive a Alemã. Portugal não foi excepção no cenário europeu, antes pelo contrário, aproximando-se do limiar da recessão a crise económica instalada no nosso País. A

necessidade de corrigir rapidamente as contas públicas, se bem que se reconheça como absolutamente indispensável, não foi acompanhada por medidas incentivadoras de expansão da economia, agravando o sentimento de desconfiança, situação que ainda hoje se verifica;

3. A instabilidade do mercado americano, e do dólar, face ao euro que, ocorrendo sem razão aparente, criou dificuldades às empresas expostas a mercados ligados àquela moeda;

4. Na América do Sul, a derrocada da economia Argentina e a instabilidade social que se seguiu, aliada à situação vivida na Venezuela, indicaram a possibilidade de um alastramento generalizado a todo este subcontinente, o que felizmente até ao momento não se verificou com a gravidade esperada.

Estamos assim num cenário mundial delicado, com enormes indefinições, em que somente algumas situações pontuais poderão ser consideradas positivas, tais como:

1. A decisão definitiva do alargamento da União Europeia agendada para 2004, potencialmente geradora de uma expansão das economias daquela região;

2. O restabelecimento da paz em Angola;

3. A transição para o euro que, apesar de alguma instabilidade, nomeadamente nos índices de preços, decorreu de forma bem mais positiva do que o esperado.

Somos assim obrigados a concluir que, em face do período conturbado que 2002 representou, a *performance* do nosso GRUPO dever-se-á considerar globalmente positiva, apesar de ter ficado abaixo do inicialmente esperado.

## **2. - Reestruturação do Grupo Mota-Engil**

Durante o último trimestre do ano de 2002, o Conselho de Administração, face à conjuntura económica e de mercado actual, iniciou um processo de reanálise da estrutura do GRUPO tendo, já no decorrer do primeiro trimestre deste ano, anunciado publicamente a revisão do seu plano de reestruturação, essencialmente baseado na fusão das construtoras MOTA & COMPANHIA, SA, ENGIL - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, SA E MOTA-ENGIL INTERNACIONAL, SA, dando origem à criação da maior construtora Portuguesa, mantendo, ao mesmo tempo, como áreas estratégicas para a sua diversificação, os sectores das Concessões de Transportes e do Ambiente, sendo as áreas restantes consideradas como não estratégicas.

## **3. – Enquadramento global**

### **3.1. - Mercado português**

Em Portugal, a forte exposição aos sinais das economias mundias, nomeadamente a Europeia e a Americana, aliou-se em 2002 à instabilidade política vivida no início do ano, com o investimento, público e privado, a conduzir a sucessivas correcções em baixa das previsões para o crescimento do PIB. Esta tendência, manteve-se até ao final do ano, tendo o Ministério das Finanças divulgado, aquando da

apresentação da versão final do PEC-Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2003-2006, previsões em baixa para o PIB de 2002 (crescimento de 0,7% contra 0,75% no OE 2003) e do investimento (redução de 2,1% contra 2% no OE 2003).

#### **3.1.1. - Enquadramento macroeconómico**

Os últimos dados disponíveis sobre os indicadores macroeconómicos da economia portuguesa para o exercício findo, embora provisórios, podem já ser avançados como concretizando uma forte redução no crescimento, no investimento e na procura, em sintonia com os indicadores qualitativos de confiança dos empresários.

Assim, a economia portuguesa cresceu apenas (de acordo com a evolução agora anunciada para o PIB) entre 0,4% (de acordo com a OCDE) e 0,7% (segundo o Ministério das Finanças e a Comissão Europeia) ou no limite 0,75% (máximo do intervalo de previsão do Banco de Portugal).

Pior ainda terá evoluído o investimento, que, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo, terá decrescido pelo menos 2,1% (dados do Ministério das Finanças), 2,5%, segundo a OCDE ou mesmo mais (até 5%) de acordo com a Comissão Europeia e o Banco de Portugal.

Também o consumo, público e privado, registou reduções nas respectivas taxas de crescimento que terão descido (segundo o Ministério das Finanças) de 2,6% e 0,9% em 2001 para 1,4% e 0,5% em 2002.

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



Com todos os indicadores a indiciarem uma contracção da economia, a inflação terá evoluído em sintonia, pois o Índice de Preços ao Consumidor, após o forte crescimento de 2,8% em 2000 para 4,4% em 2001, terá ficado pelos 3,5% em 2002.

Ao contrário dos sinais de todos os indicadores referidos, segundo os dados do Ministério das Finanças, não confirmados pelas outras fontes indicadas, as exportações terão evoluído favoravelmente, com crescimentos superiores aos verificados em 2001 (3,2% em 2002 face a 2,9% no ano transacto), ao invés das importações que terão reduzido a sua taxa de crescimento (0,8% em 2002 face a 0,9% no ano anterior).

Indicadores macroeconómicos - Portugal			
%	2000	2001	2002
PIB	3,625	1,700	0,575
Consumo Privado	2,650	0,400	0,669
Consumo Público	3,775	2,675	1,350
FBCF	4,650	-0,050	-3,025
IPC	2,800	4,400	3,550
Exportações	8,300	2,225	2,100
Importações	5,675	0,550	-0,031

fonte: média de dados do MF, OCDE, CE e BP

Assim, tratou-se globalmente de um ano em que a economia nacional acompanhou um cenário macroeconómico internacional de crise, no limiar da recessão, com forte pressão sobre o investimento, nomeadamente o público, e como consequência, com dificuldades para a maioria das empresas do sector de construção, mas

também das outras áreas de intervenção do GRUPO MOTA-ENGIL.

### 3.1.2. - Conjuntura no sector de construção

O sector de construção continua, alicerçando uma estratégia de crescimento sustentado, a representar uma fatia significativa da actividade do nosso GRUPO.

A conjuntura específica no sector, num contexto macroeconómico nacional e internacional tal como o descrito anteriormente, dificilmente poderia ter trazido facilidades para as empresas, tanto para as que se posicionam num segmento mais dependente da procura privada, como para as que operam para clientes públicos.

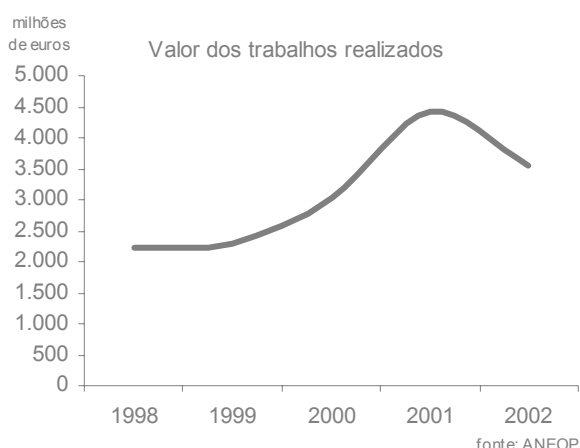
O ano de 2002 trouxe ao sector um sentimento global de estagnação no investimento, com as empresas a absorverem um pessimismo que interioriza a ideia-chave de que a recuperação no sector não se fará antes de 2004.

#### 3.1.2.1. - Obras Públicas

Em particular no segmento de obras públicas, já não foi possível contrariar as tendências macroeconómicas tal como se havia conseguido em 2001.

Assim, segundo dados da ANEOP - Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas, indicadores como as vendas de cimento e aço denotam mesmo reduções reais (6,7% e 6% respectivamente), espelhando uma produção em queda que se traduziu em menos 15,5% no VTR-valor dos trabalhos realizados a custos correntes

(de 6.966,7 milhões de euros em 2001 para 5.689,7 milhões de euros no ano em análise) ou menos 19,5% a custos constantes, utilizando o índice do custo de construção como deflator. Em termos gráficos, com valores a preços de 1992, é evidente a inflexão verificada em 2002:



A mesma fonte, indica por outro lado que apesar de uma redução de quase 20% no número de adjudicações durante 2002, o valor das mesmas terá crescido ligeiramente (mais 1,6%, com as adjudicações do Estado a compensarem a redução das referentes a Autarquias, consequência da pressão a que estas foram sujeitas pela restrição ao endividamento).

Ainda segundo a ANEOP, o valor, bem como a quantidade, de novas promoções de obras públicas, pelo Estado e pelas Autarquias, sofreu uma queda de aproximadamente 30%, cifrando-se em 3.379 milhões de euros (2.419 novos concursos) face a 4.604 milhões de euros (3.564 novos concursos) em 2001.

Em conclusão, no ano de 2002 o segmento das obras públicas trouxe consigo os primeiros sinais

de redução efectiva da actividade, não sendo expectável que tal cenário se altere de forma radical em 2003.

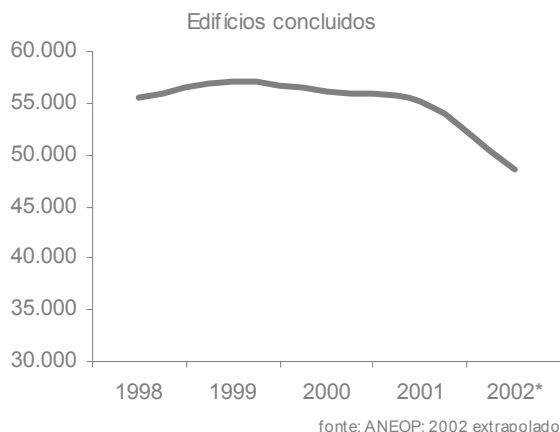
Aguarda-se, no entanto, que apesar dos atrasos, os últimos concursos referentes ao programa de concessões de auto-estradas e inerentes à realização em Portugal do Campeonato Europeu de Futebol em 2004, cheguem à fase de adjudicação durante o ano de 2003, impulsionando o sector para a esperada retoma.

### **3.1.2.2. - Obras Privadas**

A promoção de obras privadas, principalmente de construção civil, sofreu também em 2002 uma forte contracção, por efeito, por um lado, das dificuldades na promoção imobiliária, e, por outro lado, da forte redução na concessão de novas licenças de construção pelas principais Autarquias.

Segundo dados da ANEOP, e de acordo com informação até Novembro, o número de licenças para construção nova regrediu 5,2%, com todas as regiões do país a apresentar evolução negativa com excepção dos Açores (por exemplo, no que às licenças para habitação diz respeito, verificou-se uma redução de 3,5% no norte do país e de 5,1% na região de Lisboa e vale do Tejo).

Também as estatísticas preliminares sobre o número de edifícios concluídos demonstra um cenário de crise no sector, com a redução ligeira nos anos anteriores (menos 1,8% em 2000 e menos 1,6% em 2001) a transformar-se numa forte queda de quase 12%.



### 3.1.3. - Conjuntura no sector de ambiente

A estratégia de diversificação do GRUPO MOTA-ENGIL inclui uma forte componente no sector que, genericamente, designamos de *ambiente*.

As necessidades de investimentos neste sector são evidentes, mas também aqui se verificou a forte pressão que o Estado e as Autarquias sofreram no sentido de restringir despesas.

Os atrasos na concessão de licenças e adjudicações, dificultaram de forma objectiva a normal prossecução de alguns projectos que o GRUPO pretende desenvolver nas áreas dos resíduos e tratamento e distribuição de água.

## 3.2. - Mercados Externos

A internacionalização do GRUPO MOTA-ENGIL concentra-se, no âmbito da estratégia definida, nos países da Europa Central, nomeadamente, Polónia, República Checa e Hungria, em Angola e, pontualmente noutros países de África, e,

aproveitando oportunidades de negócio com forte retorno, na América Latina.

### 3.2.1. - Enquadramento macroeconómico

A evolução da economia mundial afectou, durante o ano de 2002, de forma diferente cada uma dos mercados referidos. Embora em África os sinais de pacificação, principalmente em Angola e nos países vizinhos, tenham contribuído para um clima de interesse do investimento estrangeiro, na Europa, só no final do ano as dúvidas quanto ao processo de integração europeia se dissiparam e, na América, a crise económica na Argentina, não tendo despoletado processos de idêntica magnitude nos restantes países, foi acompanhada por forte instabilidade social em alguns deles.

### 3.2.2. - África

#### 3.2.2.1. - Angola

A economia Angolana, de acordo com as últimas previsões (disponibilizadas pelo ICEP), terá crescido, em 2002, 10,5%. Esta percentagem, que mede o crescimento real do PIB, demonstra por um lado os efeitos da paz alcançada no ano passado, mas também a recuperação dos níveis de produção petrolífera. O ritmo a que as instituições forem capazes de se adaptar ao novo enquadramento, em que o cenário de guerra desapareceu, ditará a capacidade da economia de transformar este crescimento em desenvolvimento sustentado com forte contribuição do investimento estrangeiro, nomeadamente das empresas portuguesas.

A evolução ao nível do funcionamento dos mercados financeiros e cambiais, contribuiu, já em 2002, para uma presença alargada de novos investidores com repercussões na actividade das empresas do GRUPO MOTA-ENGIL.

#### **3.2.2.2. - Outros países**

Nos restantes mercados africanos em que as empresas do GRUPO vêm desenvolvendo a sua actividade, a conjuntura económica local não sofreu variações significativas passíveis de afectar as empreitadas em curso em países como o Benim, Chade, Moçambique, Gana, Malawi e Tunísia.

#### **3.2.3. - América Latina**

De acordo com decisão do Conselho de Administração, e na sequência do fim da paridade entre o Peso Argentino e o Dólar dos EUA, bem como da instabilidade (social, política e económico-financeira) então gerada naquele país, com a consequente perda de valor comercial do Peso Argentino, procedeu-se à conversão do património da subsidiária do GRUPO com sede na Argentina (HERSO), tendo a consequente desvalorização integral, no montante de 29 milhões de euros, sido registada em “Ajustamentos de Conversão Cambial”. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2002, está praticamente eliminada a exposição do GRUPO face a este país.

No Perú, país em que, através de uma associada local, o GRUPO também exerce actividade, verificou-se, apesar da conjuntura negativa, um crescimento do PIB de 5,2% (segundo os últimos dados disponibilizados pelo INEI - Instituto

Peruano de Estatística). Este indicador, no que ao sector da construção se refere, terá mesmo crescido 8,3%, embora o peso do sector na economia peruana esteja ainda aquém do que seria de esperar face à necessidade de infra-estruturas do país.

#### **3.2.4. - Europa Central**

Tal como já referido, os países da Europa Central foram mais uma vez afectados pela tardia definição do calendário definitivo de adesão à União Europeia. O adiamento dos investimentos em infraestruturas, aliado ao crescente número de concorrentes no sector de construção, criou óbvias dificuldades à prossecução da estratégia do GRUPO MOTA-ENGIL, definida há varios anos.

Em particular na República Checa, a economia terá crescido no ano de 2002 a um ritmo idêntico ao de 2001 (3,6% de taxa de crescimento do PIB, segundos dados do ICEP), tendo o consumo público mantido idêntico valor ao de 2001 e o investimento crescido a uma taxa de 5,5% (contra 6,9% em 2001).

Também na Hungria, segundo a mesma fonte, se terá verificado o abrandamento na taxa de crescimento que, de 3,9% em 2001, se prevê tenha descido para 3,6% em 2002. Esta evolução, que já se havia verificado face a 2000, resulta da desaceleração da produção industrial e, com maior influência para a actividade desenvolvida pelas empresas do GRUPO MOTA-ENGIL, pela redução do nível de investimento.

Na Polónia, ainda segundo dados compilados pelo ICEP, apesar da ligeira retoma na taxa de crescimento do PIB (1,3% em 2002 face a 1,1% em 2001) a economia ainda cresce a ritmos muito lentos quando comparada com os anos anteriores (4,1% em 1999 e 4% em 2000).

#### **4. – Análise da Actividade**

##### **4.1. – Construção Nacional**

###### **4.1.1. – Referências Gerais**

A generalidade das razões que nos capítulos anteriores tivemos a oportunidade de explicar, ao longo do ano de 2002, foram-se tornando sinais claramente indicadores de que a crise que o Sector da Construção em Portugal estava para ficar e com níveis que no 2º semestre do ano de 2002 se agravaram de forma considerável.

Na verdade, o nível de procura, quer nas obras públicas, quer nas obras privadas, é muito abaixo das necessidades do mercado, provocando uma total contracção das margens em concurso público, que afectarão a actividade no futuro.

No caso do GRUPO MOTA-ENGIL, e das suas duas principais construtoras, a MOTA & COMPANHIA, SA e a ENGIL – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, SA, a significativa carteira de encomendas ganha nos últimos anos, em grande parte fruto do sucesso que tivemos nas Concessões Rodoviárias, dão-nos uma razoável margem de manobra para podermos fazer face à actual conjuntura de mercado.

Mas é necessário que sejam tomadas medidas urgentes a nível nacional para obviar à situação gravíssima que o sector atravessa, aliás estando o País no limiar de uma recessão económica, é urgente que o Governo e as Autarquias aumentem o nível de investimento público como forma de minimizar esse impacto. É também importante e urgente que, de uma vez por todas, os principais clientes públicos estejam cientes de que as empresas e o sector só poderão ter uma situação saudável se os pagamentos forem efectuados nos prazos previstos.

Não deixando de reconhecer que é ao empresário da Indústria da Construção que cabe a maior responsabilidade na reorganização do Sector, não podemos deixar de ter fundada esperança que a ansiada revisão da legislação do sector, incluindo a legislação de alvarás, possa ser motivo impulsionador de um movimento de concentração por um lado e de especialização por outro, que julgamos seja necessário ao nosso País.

Consideramos que o modelo de desenvolvimento do País nas questões estratégicas deve merecer um amplo consenso político e constituir-se como desígnio nacional, evitando-se a sua exposição sistemática à alternância dos ciclos políticos.

Só a conjugação desses factores permitirá a busca de melhorias em questões fundamentais, com o aumento de produtividade, a desburocratização e a agilização dos procedimentos administrativos, a diminuição dos prazos de decisão nos concursos públicos e a assumpção pelo Estado das obrigações financeiras emergentes de execução contratual.



## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



Não podemos deixar de aqui destacar a adjudicação a consórcios que integram as nossas associadas MOTA & COMPANHIA, SA E ENGIL – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, SA, da Concessão Rodoviária do Grande Porto e a Concessão do Metro Ligeiro ao Sul do Tejo, negócios com uma importância estratégica fundamental no desenvolvimento do GRUPO.

Também pelo seu carácter inovador em termos de tecnologia, destacamos a adjudicação da Barragem do Pedrógão.

De seguida analisaremos as várias empresas do nosso GRUPO que, em Portugal, actuam no sector da Construção, querendo o Conselho de Administração deixar transparecer um sentimento de muito orgulho pelos 50 Anos da ENGIL – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, SA, que ocorreu em 2002, deixando uma palavra de agradecimento a todos aqueles que, ao longo dos anos, contribuíram para essa história de sucesso que é a ENGIL.

### **4.1.2. - ENGIL**

Num ano em que os principais indicadores estatísticos que referenciam a evolução do mercado de construção, recuaram ao pior nível dos últimos dez anos, a empresa melhorou os indicadores de gestão estabelecidos para a actividade global e rendabilidade.

A facturação da ENGIL, atingiu um total de proveitos operacionais de 320,2 milhões de euros e resultados operacionais de 14.988 milhares de euros, respectivamente comparáveis com 310,9

milhões de euros e 13.930 milhares de euros alcançados no ano anterior.

A carteira de encomendas da empresa era de 671 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2002.

O bom desempenho registado pela ENGIL constitui assim um registo notável no seu historial de 50 anos, período em que realizou mais de 1.000 obras com sucesso.

A ENGIL prosseguiu a sua política de total empenho nas áreas da qualidade, segurança e ambiente, sendo de referir:

1. na Política da Qualidade foi alargado o âmbito da Certificação do S.G.Q aos Centros Autónomos das Fundações Especiais e Pré-Esforço;
2. na Política da Segurança promoveu-se os arranque de dois projectos tendo em vista a obtenção a curto prazo da Certificação segundo as normas OHSAS 18000 e NP EN 14000.

É assim, a Segurança, factor primordial da política da ENGIL, que manteve em 2002, e manter-se-á no futuro, uma forte aposta na consciencialização de toda a organização para a problemática da segurança, até ao nível dos operários e fornecedores, objectivando a consolidação de uma permanente melhoria dos nossos índices de sinistralidade.

Reforçámos o nosso empenhamento na colaboração com o Portal da Construção “E-CONSTROI”, projecto que apoiamos desde a primeira hora, e através do qual conseguimos já importantes benefícios para a empresa.

Especial destaque foi dado, no plano interno, às comemorações das bodas de ouro da ENGIL através da publicação do livro intitulado “50 anos é Obra”, ilustrado com fotografias do fotógrafo Homem Cardoso, evocativo da história da empresa e as Exposições Fotográficas realizadas em Lisboa e no Porto.

#### **4.1.2.1. - Actividade Nacional**

De entre os contratos realizados destacamos pela sua complexidade e especificidade: Nova Sede da Vodafone, edifício de escritórios, realizado num prazo muito exigente, com um projecto de grau de complexidade elevado, que exigiu um rigoroso planeamento, tendo sido utilizado pela primeira vez para apoio da gestão e coordenação em todas as vertentes do contrato e do projecto, um Portal Colaborativo de Gestão Técnica solução verdadeiramente inovadora. Destaque ainda, para o IC 17–CRIL/Nó de Algés viaduto de grande complexidade e risco de execução realizado em plena cidade num dos seus pontos mais sensíveis de tráfego rodoviário e ferroviário da zona de Lisboa, para o qual foram utilizadas soluções tecnológicas específicas e elaborado um cuidadoso estudo de avaliação de risco e de impacto no meio ambiente. Para além destas, destacamos ainda as seguintes obras: Sheraton Hotel – Porto; Casa da Calçada – Amarante; Via Machico/Faial II – Funchal; Aenor Lote 3.1 – Braga; Centro Comercial Parque Atlântico – Ponta Delgada; Hospital S. Francisco de Xavier – Lisboa; Carrefour – Loures; Ed. Q80 e Q81 – Quinta da Fonte/Oeiras; Office Oriente – Lisboa; Lotes K e E – Brisa A2; Infraestruturais 12 – EDIA.

#### **4.1.2.2. - Centros Autónomos**

Tem sido política estabilizada da ENGIL a implementação e desenvolvimento de sectores dotados de grande autonomia de gestão em termos comerciais e de produção, com o objectivo de eficazmente abordar nichos de mercado especialmente em casos de grande especificidade tecnológica.

Assim, para além dos já existentes centros autónomos de Fundações e Geotécnica, do Pré-Esforço e dos Betões, em 2002, foram criados três novos centros, um dos quais visou a abordagem do mercado das obras de Reabilitação, enquanto os outros dois foram dirigidos para a exploração dos mercados regionais de Lisboa e Porto em termos de obras de Construção Civil de pequena e média dimensão.

De referir ainda que as empresas RENTACO, SEDENGIL, VIBEIRAS, MANVIA e EMSA que, no âmbito do GRUPO MOTA-ENGIL têm a sua gestão integrada com a ENGIL–SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, SA, merecem as seguintes referências:

##### **SEDENGIL**

O volume de negócios da SEDENGIL situou-se nos 5,7 milhões de euros, mantendo assim, ainda, níveis de produção e de resultado satisfatórios atendendo à sua vocação bem marcada de promoção exclusiva de construção de habitação social.

A recente crise do imobiliário, ampliada nesta faixa pelo cancelamento dos programas de bonificação

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



de juros, afectou, ainda que ligeiramente, a actividade desta empresa.

Em 2002 concluíram-se o PER da Xutaria, Sintra (135 fogos), ficou em fase de conclusão o PER do Casal do Silva (318 fogos) na Amadora. Para 2003 prevê-se o início da construção de 4 empreendimentos, 3 deles na Amadora e 1 em Moncorvo, com um total de 380 fogos.

### **VIBEIRAS**

Apesar da contracção do investimento público e privado e dos esperados efeitos do “Euro 2004” ainda não se terem feito sentir, a VIBEIRAS concretizou, mais uma vez, os objectivos comerciais e económico-financeiros planeados.

As vendas ascenderam a 6.803.252 euros, representando um crescimento de 8% face ao ano de 2001.

### **RENTACO**

Esta empresa, cujo objecto é o aluguer de equipamentos de construção, especialmente gruas automóveis, contentores metálicos e plataformas elevatórias, manteve um bom nível de actividade, com resultados operacionais dentro do esperado, ao nível dos anos anteriores. O seu volume de negócios situou-se em cerca de 3,1 milhões de euros dos quais cerca de 70% foi efectivado com empresas do GRUPO MOTA-ENGIL.

No final do ano de 2002, a empresa reviu o seu sistema de qualidade de forma a adaptá-lo à nova norma ISO 9001/2000, tendo o mesmo sido certificado pela APCER.

### **MANVIA**

Adquirida no final de 2000 a empresa foi objecto de uma forte reorganização em 2001. Em 2002 procedeu-se à sua consolidação que, aproveitando as oportunidades do mercado, incentivou o crescimento das áreas de negócios do ambiente e da gestão da manutenção.

O Volume de Negócios situou-se nos 2.259.441 euros, apresentando, relativamente ao ano anterior, um crescimento de 68%.

### **Parques de Estacionamento**

Foi alterado o Pacto Social da EMSA para que passe a ser a empresa do GRUPO com o objectivo de Promoção e Gestão de Parques de Estacionamento. Foi assegurado o contrato de Gestão do Parque de Estacionamento Mota-Galiza e em conjunto com a ENGIL foi contratada a gestão de dois Parques de Estacionamento com o Polis de Castelo-Branco. De referir ainda a participação na PARQUEGIL, empresa titular da concessão do Parque de Estacionamento D. João I (Porto).

### **4.1.3. – MOTA & COMPANHIA, SA**

A MOTA & COMPANHIA, SA que, na sua componente nacional, está essencialmente vocacionada para o sector da grande Obra Pública de infra-estruturas, viu fortemente condicionado nessa área o seu crescimento, pelas razões que já anteriormente tivemos oportunidade de descrever, e que se relacionam com a crise económica global que vivemos e com a retracção (a nosso entender nada justificável), a nível do investimento público.

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



A acrescentar a esta situação, a empresa foi fortemente afectada pelos atrasos que durante todo o ano de 2002 se verificaram por razões alheias à nossa vontade (aprovações ambientais, expropriações, etc.), no arranque de diversos lanços cuja execução está consignada a esta nossa associada ao nível das diversas concessões rodoviárias em que estamos envolvidos.

Apesar disso, a MOTA & COMPANHIA, SA concluiu durante o ano em análise importantes empreendimentos, com destaque para os lanços de Auto-Estrada Castro Verde/Almodôvar da A2 e St<sup>a</sup> Eulália/Trouxemil da A14 e para as ligações ferroviárias entre Penafiel e Caíde na Linha do Douro e entre Ermidas do Sado e Grândola na Linha do Sul.

De igual forma, foram colocados em serviço, entre outras empreitadas, o alargamento do IC19 entre o Nó do Hospital e Queluz, o Interceptor Marginal de Gaia, o Aterro Sanitário do Baixo Tâmega e a Reabilitação do Aqueduto do Alviela.

Há que destacar também a prossecução dos trabalhos no lanço da Auto-Estrada Braga/Guimarães da A11, na empreitada de engenharia civil do reforço de potência da Barragem da Venda Nova e, no Metropolitano de Lisboa, as empreitadas de Toscos da Estação do Terreiro do Paço e do lanço entre a Pontinha e a Falagueira da Linha Azul.

Uma especial referência para o facto de finalmente se terem iniciado os trabalhos de construção de cerca de 50 Kms de Auto-Estrada entre Guimarães e Celorico de Basto na A7 e entre Mira e

Aveiro no IC1, no âmbito das Concessões Rodoviárias adjudicadas ao GRUPO liderado por MOTA & COMPANHIA, SA.

No sector das pedreiras, que mantém 11 centros de exploração em actividade, procedeu-se à abertura do Centro Industrial de Tondela, para apoio às obras da concessão das Beiras Litoral e Alta.

Na área do equipamento, prosseguiu a política de implementação de um sistema de gestão integrada com a ENGIL, tendo em vista um aumento de eficácia do apoio, acompanhado de reduções de custos.

Em termos de segurança, regista-se com satisfação a redução dos índices de frequência e gravidade, sendo de salientar a não ocorrência de qualquer acidente mortal ou grave.

De referir ainda o empenho da empresa na utilização da ferramenta que o Portal da Construção “E-CONSTROI” nos disponibiliza.

Como é do conhecimento dos Senhores Accionistas, o balanço individual de MOTA & COMPANHIA, SA integra muitas das actividades que para além da construção nacional, pelo que, expurgando já esse efeito, a facturação de MOTA & COMPANHIA, SA somente como construtora a nível nacional, atingiu um total de proveitos operacionais de 233.568 mil euros e resultados operacionais de 9.522 milhares de euros, respectivamente comparáveis com 208.143 milhares de euros e 10.014 milhares de euros alcançados no ano anterior.

A carteira de encomendas da empresa era de 646,7 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2002.

#### **4.1.4. – Associadas da Área Ferroviária e Outras Associadas da Construção Nacional**

##### **FERROVIAS**

Os insucessos verificados nos principais concursos ocorridos nos primeiros meses do ano levaram-nos a rever em baixa (em Junho) as previsões em que se baseou o orçamento de 2003. Felizmente, foi possível inverter essa situação com base em obras mais pequenas que nos foram adjudicadas rapidamente, o que permitiu ultrapassar as nossas melhores expectativas e cumprir o orçamentado, apesar de as vendas terem ficado 11% abaixo do previsto. Naturalmente que para isso contribuíram vários factores, de que podemos destacar três:

1. melhoria dos resultados das obras;
2. óptimos resultados no estaleiro;
3. redução do tempo médio de recebimentos.

Foi decidida a aquisição duma atacadeira de alto standard, no valor de 2,5 milhões de euros, que se insere no objectivo da colocação da FERROVIAS na primeira linha dos empreiteiros nacionais, visando já os projectos de alta velocidade.

##### **CPTP**

No final de 2002, o GRUPO MOTA-ENGIL adquiriu 90,6% do capital social da CPTP, COMPANHIA PORTUGUESA DE TRABALHOS PORTUÁRIOS E CONSTRUÇÕES, SA, empresa especialmente vocacionada para a execução de empreitadas de obras

hidráulicas marítimas, fluviais e portuárias vindo assim complementar e reforçar a abrangência do seu sector de construção.

No exercício em apreço a CPTP executou várias intervenções ao longo da costa portuguesa com especial incidência na área dos Portos de Lisboa, Faro e Aveiro. Cabe aqui destacar o facto de a CPTP ter em carteira a execução de um grupo de empreitadas dentro do Porto de Aveiro (por vezes em parceria com a MOTA & COMPANHIA, SA) que se estenderão pelos 2 anos próximos e que ascendem a cerca de 45 milhões de euros.

O Volume de Negócios em 2002 foi de 21.721.537 euros o que representa um acréscimo de 114% relativamente ao exercício anterior como reflexo das boas recuperação e reposicionamento da empresa no passado recente. Registaram-se resultados operacionais positivos de 1.007.226 euros, tendo o resultado líquido do exercício sido de 280.530 euros.

##### **SOPROCIL**

Embora os resultados tenham ficado aquém do previsto (o RAI foi de 205.936 euros contra uma previsão no início do ano de 276.000 euros), reflexo das dificuldades acrescidas nesta actividade, que são conhecidas, a empresa consolidou a sua posição de empresa regional importante (trabalha em quase todo o Algarve e a expansão no Alentejo é uma realidade), facturando 20.382.000 euros e avançando fortemente na sua organização interna, de que o facto mais relevante é a sua certificação pela norma ISO 9001/2000.

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



### **GEOGRANITOS**

A GEOGRANITOS facturou em 2002 cerca de 45% menos que em 2001, resultado do decréscimo de actividade no sector.

As dificuldades que a Empresa enfrentou durante o ano de 2002 resultaram fundamentalmente do facto de se tratar de um ano pós-eleições Autárquicas acrescido das restrições impostas pelo Governo no que respeita ao endividamento das Autarquias, dando origem à limitação da sua actividade durante o ano de 2002.

No 2º semestre, deu-se início a um processo de reestruturação, a concluir durante o ano de 2003, cujo objectivo é a redução dos encargos gerais da Empresa.

Pretende-se, ainda, diminuir a actual dependência da área das pavimentações, apostando em áreas como a Requalificação Ambiental, Urbanismos Comerciais, Renovações de Centros Históricos, Conservação e Manutenção Corrente de Estradas Nacionais, entre outras, que representam uma boa fatia de mercado, sendo necessária uma maior polivalência de meios humanos para a execução destes trabalhos.

A GEOGRANITOS terminou o ano de 2002 com volume de negócios de 6,4 milhões de euros e resultados líquidos negativos de 127 mil euros.

### **MARFIL**

Identicamente à GEOGRANITOS, a MARFIL sofreu com a quebra verificada no mercado regional de obras, tendo a sua actividade estado abaixo do projectado no início do ano.

Durante o ano de 2002 a MARFIL facturou 4.355.711 euros, com um resultado líquido negativo de 228.159 euros.

### **GERCO**

A actividade desenvolvida pela GERCO, em termos de volume de negócios, ultrapassou no exercício 17 milhões de euros (17.907.289 euros). Desta forma, a empresa manteve uma dinâmica de crescimento que totalizou, nos últimos cinco anos, 66%.

Infelizmente, os resultados não acompanharam esta performance, tendo-se registado um resultado líquido negativo de 161.662 euros. Este resultado negativo, que acontece pela primeira vez na história recente da sociedade, deve-se a uma participação pouco conseguida, embora por razões externas à empresa, na empreitada dos grupos 5 e 6 da Central do Caldeirão, nos Açores.

### **PROBISA**

Contrariando as estimativas consideradas no orçamento de 2002, o nível de obras lançadas a concurso foi substancialmente inferior ao previsto nesse orçamento, situação que se fez sentir, sobretudo, a partir do segundo semestre do ano.

O valor das vendas e prestação de serviços foi em 2002 de 2.652.043 euros. Em igual período do ano anterior este valor foi de 8.197.066 euros.

O resultado antes de impostos do exercício foi de 203.121 euros (722.724 euros no ano anterior), sendo o resultado líquido do exercício de 145.314 euros (491.433 euros no ano anterior).

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



### **PROBIGALP**

As mesmas razões apontadas para a PROBISA estão na origem da menor actividade da PROBIGALP, face ao previsto no início do ano e face ao realizado no ano anterior.

O valor dos Proveitos foi de 4.524.346 euros (6.876.145 euros no ano anterior), e o resultado antes de impostos foi de 525.656 euros (1.066.747 euros no ano anterior), donde resulta uma rentabilidade de 12%, sendo o resultado líquido do exercício de 366.751 euros (723.720 euros no ano anterior).

### **MAPREL**

O ano de 2002 foi profundamente marcado por alguns factores que contribuíram para resultados muito aquém das expectativas legítimas, face ao desempenho da empresa nos últimos anos.

Assim, para um volume de negócios de 14,6 milhões de euros, a empresa atingiu um resultado líquido negativo de 517 mil euros.

As razões desta quebra de actividade e resultados podem resumir-se em:

1. Enorme atraso no arranque das Concessões, nas quais se concentrava uma percentagem muito elevada da carteira de encomendas, originando uma derrapagem no volume de negócios que não foi possível compensar noutros mercados. Tal deveu-se quer à desaceleração económica geral, quer, sobretudo, à feroz concorrência que se acentuou muito ao longo do ano, com prática de preços perfeitamente aviltados.

2. O desenvolvimento da estratégia assumida de encerramento do sector de pavimentos tradicionais, concentrou no exercício em análise a totalidade dos custos decorrentes da desactivação desse sector, na fábrica dos Carvalhos.

3. A aquisição da quase totalidade do capital da nossa participada MAPREL NELAS, obrigou-nos a assumir a reestruturação da empresa, concentrando as áreas operacionais na MAPREL, o que também originou no exercício em análise custos operacionais mais elevados e não compensados por receitas.

Pensamos contudo que o exercício em análise se traduziu numa situação atípica, que será invertida já em 2003, face à completa reestruturação a que se procedeu, bem como à carteira de encomendas, confortável para o ano agora em curso.

### **TRACEVIA**

O ano de 2002 foi globalmente positivo, tendo-se ultrapassado as previsões do orçamento, circunstância que nos apraz salientar num clima de retracção do mercado de obras públicas e de concorrência desregrada no sector, sobretudo na sinalização horizontal.

De facto, os proveitos globais foram de 7.440.399 euros contra uma previsão de 6.908.000 euros, os resultados antes de impostos foram de 295.227 euros, contra uma previsão de 218 mil euros e os resultados líquidos foram de 139.967 euros, contra uma previsão de 136 mil euros.

#### **4.2. – CONSTRUÇÃO INTERNACIONAL**

A actividade internacional foi fortemente condicionada pela crise global que vivemos, mas como resulta da análise da actividade que de seguida faremos, as situações nos diversos países em que desempenhamos actividade, tiveram e terão, comportamentos bem diferenciados que poderemos resumir:

América do Sul - O Perú não pode deixar de ser influenciado pela crise que todo este sub-continente atravessa, mas as medidas que tomámos em devido tempo, levam-nos a ter moderada confiança no futuro.

Angola - O processo de Paz criou legítimas expectativas neste mercado que a nossa presença naquele País há mais de 50 anos, permitirão aproveitar.

Europa Central e de Leste - Se bem que 2002 continue conhecido pela não adesão à União Europeia e pelo excesso de capacidade instalada, o acordo obtido para fixar a data em 2004, gera enormes expectativas.

Estados Unidos (Florida) - Apesar da crise mundial instalada, a zona onde actuamos foi pouco afectada, pelo que se apresenta como um mercado de elevado potencial.

Restantes Países - Continua a verificar-se um agravamento dos índices de concorrência em todos os concursos promovidos por Países em vias de desenvolvimento, apoiados por instituições financeiras internacionais.

Esta análise indicia que o nosso GRUPO tem três mercados de enorme potencial, (Angola, Europa Central e de Leste e Estados Unidos), sendo que nos dois primeiros, temos hoje uma presença forte e reconhecida quer pelas autoridades locais, quer pelos nossos concorrentes.

Acreditamos assim que fizemos as apostas certas nesses mercados, não deixando de acreditar que, com a reestruturação efectuada no Perú e se a crise sul-americana não sofrer qualquer agravamento que afecte ainda mais aquele País, temos condições para que numa futura retoma (que obrigatoriamente acontecerá) estaremos extremamente bem posicionados.

##### **4.2.1. – Angola**

O ano de 2002 foi de elevada importância para a República de Angola, visto ter sido o ano do início da Paz.

Este factor abre por si, novas perspectivas para Angola, havendo expectativas optimistas para o desenvolvimento da economia, com particular ênfase para o mercado de obras públicas e construção civil.

Esta abertura do país ao exterior, promove por outro lado mais empresas estrangeiras no mercado, nomeadamente sul-africanas, o que originará uma concorrência mais efectiva.

O ano de 2002 foi ainda ano de relevo para o GRUPO MOTA-ENGIL, uma vez que em Janeiro foi inaugurada pelo Ministro das Obras Públicas, a nova sede da Sucursal.



#### **4.2.1.1. – Sucursais MOTA e ENGIL**

O volume dos proveitos operacionais das sucursais MOTA e ENGIL foram respectivamente 53,3 e 7,1 milhões de dólares norte americanos. Em termos consolidados, o volume dos proveitos teve um crescimento de 12,9% face a 2001 e superou em 14,8% o valor orçamentado.

Os custos operacionais das sucursais em Angola foram de 49,1 milhões de dólares. Em 2001, o valor destes custos tinha sido de 43,2 milhões. O crescimento dos custos operacionais foi inferior ao dos proveitos, o que indica ganhos de escala.

No decorrer do ano de 2002, destacam-se as conclusões das obras de Reabilitação de 4 troços da Estrada de Namibe Lubango no valor de 8,9 milhões de Euros (obra patrocinada pelo FED) e a Regularização das Encostas do Morro Bento (obra promovida pela Sonangol), tendo o valor dos trabalhos atingido 5,9 milhões de dólares.

De realçar ainda a execução em três meses da Nova Ponte de Benfica (destruída no início do ano pela excessiva pluviosidade que se fez sentir), o começo das obras na Aerogare de Cabinda e a conclusão das obras do INAMET (Instituto de Meteorologia) e Parque Heróis de Chaves, localizado nas traseiras da Assembleia da República.

Foram iniciadas as estradas Viana/Camama (10,1 milhões de dólares) e a Estrada Namibe - PK 77,7 (10,6 milhões); a auto-estrada Viana – Cacuaco foi adjudicada pelo valor de 21,4 milhões de dólares.

Dentro do plano de investimentos, estão ainda em curso o edifício habitacional em Cabinda composto por 18 fogos e área comercial e outro edifício no centro de Luanda composto por 13 fogos e área comercial. Por fim, iniciou-se em 2002 a construção de 65 moradias no designado Condomínio Mota, situado em Luanda Sul.

#### **4.2.1.2. – Associadas**

##### **ICER**

O saldo final do ano em termos comerciais foi positivo, com os proveitos com a venda de produtos a registarem um acréscimo de 1% comparativamente a 2001. A política comercial seguiu o caminho dos anos anteriores salientando-se uma participação mais arrojada em termos de imagem e de produtos na FILDA 2002 por forma a estar à altura do evento que este ano atraiu muitos visitantes.

A produção anual da ICER esteve em linha com o ano anterior e registou um acréscimo de 4,4% em número de unidades produzidas (7,7% em toneladas cozidas) a que correspondeu um incremento positivo de 8,8% em valor de produção.

No exercício ora findo, assim como nos anteriores, a estratégia da empresa privilegiou o relacionamento intra-GRUPO MOTA-ENGIL, com as reconhecidas sinergias de acção, assim como na manutenção e melhoria da sua carteira de clientes de qualidade do sector da construção civil.

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



### **PREFAL**

Após um início de ano promissor, em que as metas definidas em termos de volume de vendas estavam a ser atingidas, a PREFAL passou por um período de alguma dificuldade devido à Greve Geral que teve lugar durante o 2º Trimestre de 2002. No entanto, e graças ao elevado volume de negócios alcançado durante o 2º Semestre de 2002, a PREFAL terminou o ano com vendas de 3,5 milhões de dólares desviando-se positivamente do previsto em orçamento em 264 mil dólares e alcançando uma taxa de crescimento homóloga de 5,03%.

A PREFAL terminou o ano com um resultado líquido de 1,25 milhões de dólares, ultrapassando quer o previsto, quer o verificado em 2001, em 42 mil dólares e 221 mil dólares, respectivamente. A PREFAL terminou o ano com uma margem operacional de 38,3%.

### **SONAUTA**

Apesar de manter uma actividade operacional positiva, o comportamento da SONAUTA foi, uma vez mais, fortemente afectado pela conjuntura cambial. Essa situação e as enormes dificuldades em ultrapassar os problemas inerentes à idade da sua frota, levou a que a empresa ficasse bastante aquém das previsões e encerrasse o ano com resultados negativos de 168 mil euros.

### **PAVITERRA**

O incumprimento sistemático das obrigações contratuais por parte dos Organismos do Estado, ao longo dos últimos anos, no que se refere às datas e montantes a pagar, levou a PAVITERRA a tomar, em Maio de 1998, a decisão estratégica de

apenas realizar obras para as quais existisse a certeza de recebimento.

Apesar do exposto, verificamos que, em relação ao ano de 2001, houve um acréscimo acentuado do investimento de Obras Públicas por parte de Organismos Estatais, assim como, um acréscimo muito acentuado nas obras em parceria com MOTA-ENGIL.

Para o ano de 2003 a PAVITERRA, para além de outras obras que lhe venham a ser adjudicadas, tem a perspectiva de executar as seguintes:

1. Projecto dos Acessos e Infra-estruturas da Zona do Porto de Luanda, Secção 1 e 2 – INEA;
2. Soluções Pontuais/Samba-Mausoléu–INEA;
3. Pavimentação da Estrada de Viana-Camama – MOTA-ENGIL;
4. Auto-Estrada em Luanda– INEA;
5. Projecto 5 Estradas Namibe/Lubango – INEA;
6. Projecto 5 Estradas Dombe Grande/Benguela – INEA.

### **AUTO-SUECO (ANGOLA)**

A evolução económica favorável permitiu alcançar os seguintes indicadores:

1. Aumento do volume global de vendas de 10.779.316 dólares para 16.493.693 dólares (aumento percentual de 53%);

2. Manutenção da margem de vendas, pois que o ligeiro aumento notado (de 4,7%) reflecte o aumento do volume de vendas de “produtos novos”, com as consequentes despesas imediatas de preparação e outros encargos de compra.

Analisando o balanço, ressalta do mesmo uma situação económica e financeira saudável, o que naturalmente traduz uma gestão equilibrada tendo possibilitado a obtenção do Resultado Antes de Impostos no valor de 1.148.157 dólares.

#### **4.2.2. – Europa Central e de Leste**

##### **4.2.2.1. – Polónia**

Em 2002, o mercado de construção polaco sofreu o adiamento de grandes concursos para secções de auto-estradas e vias rápidas tornando a situação do sector ainda mais difícil.

Por outro lado, a recessão do sector verificada nos mercados da UE conduziu a tentativas de penetração de grandes empresas internacionais a necessitarem de conquistar o seu espaço no mercado e com capacidade para suportar custos de implantação elevados.

##### **4.2.2.1.1. - Delegação MOTA**

A delegação atingiu um volume de negócios de 54,8 milhões de zlotys, comparativamente com 4,8 milhões zlotys de 2001, devido à adjudicação de um grande contrato. Este facto influenciou positivamente o incremento de facturação das associadas KPRD e PBML.

O volume de negócios do ano de 2002 engloba essencialmente a continuação da execução da obra K6 em consórcio com a Dromex. O volume de negócios atingido neste contrato em 2002 cifrou-se em 47,2 milhões zlotys.

##### **4.2.2.1.2. - Associadas**

###### **PBM LUBARTOW**

O volume de negócios atingiu os 32,8 milhões de zlotys o que representa uma taxa de crescimento na ordem dos 28% quando comparado com o ano transacto.

Pelo primeiro ano, após a aquisição pelo GRUPO MOTA-ENGIL, os Resultados Líquidos atingiram valores positivos no montante de 139 mil zlotys o que representa uma margem de 0,4% sobre proveitos.

O Investimento cifrou-se em 4,1 milhões de zlotys.

###### **KPRD**

O volume de negócios atingiu os 118,1 milhões de zlotys o que representa uma taxa de crescimento na ordem dos 44% quando comparado com o ano transacto.

Os Resultados Líquidos atingiram valores positivos no montante de 849 mil zlotys. O Investimento cifrou-se em 10,2 milhões de zlotys. A Autonomia Financeira atingiu no final de 2002, 38%.

No seguimento da estratégia de reestruturação definida para a empresa, nomeadamente a extinção do modelo de organização baseado em

delegações, extinção de 4 estaleiros (Mislowice, Nadowice, Nowy Targ e Wroclaw), diminuição do número de trabalhadores (120 em 2002) e custos fixos.

Implementação de uma estratégia comercial direccionada para eliminar o carácter regional da empresa, abandonando progressivamente os concursos não adequados à estrutura e tradição da empresa.

#### **4.2.2.2. – Hungria**

O crescimento do sector da construção mantém-se a um nível baixo devido aos atrasos no desenvolvimento das redes de transportes. Até 2005 e devido aos compromissos relativos à adesão à UE esperam-se taxas de crescimento no sector superiores a 10%.

Regista-se o facto de ser novamente possível o acesso aos concursos públicos, por parte das empresas Húngaras com capital estrangeiro.

##### **MOTA-HUNGÁRIA**

Apesar das condicionantes do mercado (deficiências do sistema concursos públicos no primeiro semestre e período eleitoral) a MOTA-HUNGÁRIA conseguiu superar os objectivos orçamentais propostos. O volume de negócio (2,1 biliões de forints) foi 33% superior ao orçamentado. Em termos de resultado (107 milhões de forints negativos) situou-se em 40 milhões de forints abaixo do orçado.

Continuou o processo de reestruturação e da adaptação iniciado em 2001 permitindo a redução

dos custos fixos da empresa. A carteira de encomendas situa-se em 1 bilião de forints.

##### **METROEPSZOLG**

Em 2002 a empresa atingiu um volume de negócios perto dos 1,2 biliões de forints ligeiramente acima do orçamento previsto.

A redução da facturação (e consequente sobre-capacidade) não afectou seriamente a empresa tendo o resultado sido de 45 milhões de forints positivos apenas ligeiramente abaixo do orçamento.

O investimento de 157 milhões de forints efectuado na compra da empresa encontra-se a partir deste ano completamente recuperado.

Com a finalidade de fazer face à crescente competição do mercado em que actua a METROEPSZOLG começou em 2002, com a cooperação da MOTA-HUNGÁRIA, um processo de diversificação do tipo de trabalhos que efectua. O objectivo é que no curto/médio prazo a empresa esteja preparada em termos técnicos e de currículo para enfrentar qualquer projecto de construção na área de Szolnok.

Para 2003 está previsto um crescimento na ordem dos 20% em termos de volume de negócios.

#### **4.2.2.3. – República Checa**

##### **SEFIMOTA, AS**

O volume de negócios situou-se nos 418 milhões de coroas representando um crescimento do

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



volume de negócios de 18,5% face ao ano anterior.

A actividade da SEFIMOTA centra-se nas obras civis públicas e privadas, sendo de destacar em 2002 a conclusão da obra de Blatna, (lar de terceira idade para a cidade de Blatna) e o Prédio da Nikolajka.

Os resultados operacionais traduzem uma margem de 1%, um valor bem expressivo da competitividade do mercado de construção checo.

O resultado líquido foi de 2.150.481 coroas, acima dos 2.037.656 coroas orçamentados para o ano de 2002 e 75% acima dos verificados em 2001.

O total da carteira de encomendas, a 31 de Dezembro de 2002, aponta para 332 milhões de coroas de trabalhos para realizar durante 2003. A empresa prevê contudo atingir em 2003 um volume de negócios superior ao verificado em 2002.

### **MORAVSKE POZEMNÍ STAVBY, AS**

A MPS concluiu o seu segundo ano de plena actividade tendo atingido um volume de negócios de 132 milhões de coroas, um crescimento de 58% face ao ano anterior.

Os resultados operacionais cresceram, tendo-se atingido 2.312.926 coroas (comparáveis com 435.703 coroas em 2001).

Os resultados líquidos foram de 1.090.346 coroas, claramente acima dos verificados no ano de 2001 (108.953 coroas). A empresa encontra-se numa

situação positiva em termos de carteira de encomendas, apresentando um volume de obras para 2003 de 125 milhões de coroas.

### **M-INVEST, SRO**

A M-INVEST, SRO apresentou no final de 2002 um total de vendas de 132 milhões de coroas, acima do inicialmente orçado (123 milhões de coroas).

Dado a elevada qualidade do projecto da Nikolajka e o segmento alto a que se dirige, as vendas não apresentam uma velocidade idêntica aos projectos de gama baixa. Assim, estima-se que até ao final de 2003 se conclua as vendas deste projecto, que hoje em dia já se afirma como uma referência de edifícios no mercado imobiliário de Praga.

A M-INVEST possui em carteira outras oportunidades de desenvolvimento imobiliário e continua a estudar propostas de adesão a novos projectos.

### **M-INVEST NEKLANOVA, AS**

A M-INVEST NEKLANOVA, AS iniciou a construção do seu projecto residencial “Nova Vyserard” em finais de 2002. Este projecto inclui 35 apartamentos, 4 escritórios e 1 loja comercial. Aguardamos a conclusão da obra em 2003.

### **4.2.3. – Estados Unidos (Florida)**

No dia 25 de Março de 2002 o GRUPO MOTA-ENGIL formalizou a constituição de uma nova companhia de construção, no estado da Florida, EUA, em parceria com o grupo de construção americano KEYSTONE CONSTRUCCION GROUP INC.

A empresa denomina-se MK CONTRACTORS LLC,

com sede em Miami, com um capital social de 2,5 milhões de dólares, detendo MOTA-ENGIL uma participação de 50,5%.

No seu primeiro ano de actividade esta associada apresentou um volume de negócios de 36,2 milhões de dólares, e um resultado antes de impostos de 1,77 milhões de dólares. Em Dezembro de 2002 a empresa apresentava uma carteira de encomendas próxima dos 69 milhões de dólares, em projectos de construção para empresas de investimentos imobiliários na cidade de Miami.

#### **4.2.4.- Perú**

##### **4.2.4.1 Enquadramento Geral**

Durante o ano de 2002 o sector da construção no Perú recuperou 8,3% relativamente ao ano anterior. Este incremento esteve associado ao maior dinamismo do sector privado num contexto de recuperação da procura interna fundamentalmente de habitação social e autoconstrução. A reabilitação e expansão da infra-estrutura viária pelo sector público diminuiu 6% reflexo da menor actividade na construção e reabilitação de estradas. Os investimentos em infra-estruturas mineiras diminuiram ligeiramente consequência da envolvente da conjuntura internacional de que depende este mercado directamente.

##### **4.2.4.2. TRANSLEI**

A actividade da TRANSLEI foi condicionada pela evolução negativa do mercado onde está inserida, obras públicas e mercado de infra-estruturas

mineiras pelo que registou uma baixa de actividade em cerca de 26%, com a consequente reestruturação da Empresa para estes níveis de facturação. Num mercado altamente competitivo e com um excesso de capacidade de produção, a diminuição de margens operacionais é a consequência natural e imediata. Os resultados obtidos, residualmente negativos, demonstram a capacidade da empresa em se adaptar a novas situações e em superar as dificuldades conjunturais de Mercado preparando-se para a nova fase do ciclo económico Peruano que se prevê próximo.

À semelhança dos exercícios anteriores, a empresa concentrou grande parte da sua actividade junto das grandes companhias mineiras (clientes privados), principalmente no cliente tradicional (desde há mais de 10 anos), Mineira Yanacocha.

Pelas razões referidas o volume de negócios da empresa cifrou-se em 24,8 milhões de euros e os resultados líquidos foram negativos em 288 mil euros.

##### **4.2.5. Moçambique**

A presença do GRUPO neste mercado continuará a ser a assegurada pela nossa associada EMOCIL, que, durante o ano de 2002, atingiu um volume de produção de 82,7 mil milhões de meticais, equivalente a 3,5 milhões de dólares. Este valor representa um decréscimo de cerca de 25% relativamente ao ano de 2001 e menos 30% relativamente ao planificado para o ano.

Das obras concluídas em 2002, salientam-se as seguintes: Edifícios de Escritórios e Hotel em Lichinga; Edifícios da Direcção Provincial do Plano e Finanças em Lichinga; Instituto de Ciências de Saúde em Maputo; Moradia do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Reabilitação da Escola Industrial da Matola.

Para o ano de 2003, das obras em curso há cerca de 1,4 milhões de dólares de trabalhos para realizar e mais 1 milhão de dólares no edifício de oito apartamentos a construir com investimento próprio, denominado Condomínio Ponta Vermelha.

#### **4.2.6. - Benin**

Consistindo esta empreitada na execução de um projecto de reabilitação e reforço de pavimentos numa extensão de 210 Km, entre Dassa e Parakou durante os primeiros meses de 2002, foram executados diversos estudos técnicos de pesquisa das condições reais do pavimento existente para se definir a melhor solução técnico/económica a implementar.

Definida em Maio de 2002 a solução técnica para o 1º troço de estrada, na extensão de 55 Km, demos início em Julho ao arranque dos trabalhos de pavimentação propriamente ditos que consistem sobretudo na aplicação de massas betuminosas em camadas de base e desgaste, tendo sido executado até Dezembro/2002 45 Km de estrada deste troço.

#### **4.2.7. - Chade**

Com a adjudicação da execução do projecto da estrada N'Gaoundere-Toubo-Moundou na extensão de 135 Km, projecto este financiado pela União Europeia demos início em Abril de 2002 à mobilização de meios para a execução desta empreitada de logística algo complicada pela própria localização do País.

Concluída esta fase de trabalhos dentro do prazo previsto (Dezembro 2002), passamos a ter reunidas as condições necessárias, para darmos início aos trabalhos.

#### **4.3. – Metalomecânica**

A MARTIFER prosseguiu o seu esforço de reestruturação, tendo no decorrer do exercício criado a uma segunda Unidade fabril em Benavente. Este investimento que ronda os 10 milhões de euros, foi justificado pela necessidade de criar capacidade produtiva para satisfazer a recheada carteira de encomendas, de onde se realçam as coberturas dos principais estádios para o Euro 2004. O reforço da capacidade produtiva vem também criar as condições necessárias para o reforço da posição no mercado Espanhol, onde a MARTIFER desenvolve já as suas actividades.

A MARTIFER irá prosseguir a globalização das suas actividades, tendo seleccionado como mercados alvo para investir, o mercado Angolano e a Europa Central a partir da Polónia, mercados onde irá operar com centros produtivos autónomos, mas mantendo a marca MARTIFER.

A integração da gestão da EM na MARTIFER, permitirá reforçar o seu posicionamento estratégico no mercado de construção, como fornecedor de soluções inovadoras, mas também com soluções “chave na mão”.

Refira-se a obtenção pela MARTIFER-ALUMÍNIOS da certificação ISO 9001/2000.

O volume de negócios consolidado ascendeu a 74.659.353 euros, tendo os resultados líquidos ascendido a 2.720.391 euros.

A Carteira de Encomendas do GRUPO MARTIFER atingia em 31 de Dezembro de 2002 os 68 milhões de euros.

#### **4.4. – Ambiente e Energia**

##### **4.4.1. - Referências Gerais**

Durante o exercício de 2002 o GRUPO MOTA-ENGIL viu-se na necessidade de proceder a uma reflexão estratégica nesta área de actividade procurando estabelecer prioridades nos investimentos possíveis ao mesmo tempo que se vê obrigado a aguardar, com alguma ansiedade, a esperada clarificação do papel a desempenhar pelas Empresas Privadas nesta área de negócio e, em particular, nos domínios da água e dos resíduos onde, actualmente, as Empresas Públicas desempenham um papel de quase monopólio tendo vindo a ser reservado ao sector privado uma função marginal num mercado restrito onde as oportunidades de crescimento são, na actual conjuntura, quase inexistentes para este sector.

É nosso entendimento que a resolução de muitos dos problemas actualmente existentes com que Portugal se defronta no domínio do ambiente e que resultam de compromissos assumidos junto da União Europeia através da transposição de directivas comunitárias passa pela abertura aos privados desse mercado onde o Sector Público e o Estado vêm assumindo um papel de quase monopólio quer no que respeita à gestão da água quer na recolha e tratamento de resíduos.

Ao reservar para o Estado e Empresas Públicas o acesso aos fundos comunitários e assumindo essas entidades o compromisso de investimento que resulta da transposição de directivas comunitárias cai-se, por força da enorme burocracia que as caracteriza, tendo de fechar os olhos a situações de manifesto incumprimento, penalizando por essa via quem ainda vai cumprindo e sentindo-se o Estado impotente para impor a lei, impedindo os consumidores ou os poluidores de assumir os custos reais de todo o processo.

É nosso entendimento que só será possível cumprir e fazer cumprir os compromissos assumidos perante a União Europeia desde que haja uma larga participação dos privados através dos capitais próprios que se proponham investir e dos riscos que se obriguem a assumir, usufruindo dos financiamentos nacionais ou comunitários que possam dispor em igualdade de circunstâncias, respondendo as partes contratantes perante uma autoridade reguladora independente.

De referir com grande ênfase o crescimento do crédito sobre clientes (Câmaras Municipais e



Associações de Municípios) que, a manter-se em 2003 nos irá obrigar a uma tomada de medidas de emergência que obriguem as Câmaras e Associações de Municípios a respeitar as obrigações contratuais.

#### **4.4.2. – Análise por Segmento**

##### **4.4.2.1. – Resíduos**

Durante o exercício de 2002 a actividade das empresas do GRUPO actantes nesta área de negócios decorreu de um modo satisfatório tendo em conta a significativa paralisação verificada em termos de concursos públicos de prestação de serviços no âmbito da recolha e limpeza urbana.

As empresas do GRUPO mais activas neste sector, casos da SUMA e SERURB, viram o seu volume de negócios resultante da actividade de limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos crescer globalmente de 33,5 milhões de euros em 2001 para 41,2 milhões de euros em 2002, ou seja, crescimento de 23% em 2002.

Ainda no domínio dos resíduos e referente ao ano de 2002 temos que assinalar a obtenção por parte de uma sociedade onde o GRUPO tem uma participação de 67%, a TRATOFOZ, de uma licença ambiental para a construção e exploração do aterro de resíduos industriais banais em Lustosa (Figueira da Foz). O investimento previsto realizar em 2003 nessa sociedade é de cerca de 5 milhões de euros.

Igualmente, durante 2002 obtivemos uma licença ambiental para construir e explorar um aterro de

resíduos industriais no Concelho do Seixal através de uma sociedade detida a 49% pelo GRUPO, a ECODETRA. Prevemos iniciar a construção desse aterro em 2003 mediante um investimento estimado e 3,2 milhões de euros.

##### **4.4.2.2. - Óleos usados**

Na sequência do licenciamento de uma unidade de valorização energética obtido em 2001 através de uma sociedade nossa participada, a ENVIROIL, foi possível dar início em Outubro de 2002 ao arranque da unidade de produção de energia eléctrica a partir de motores consumindo o produto gasóleo ligeiro (o “ENVIROIL”).

Entretanto, decorrem os estudos com vista a encontrar uma solução com viabilidade económica que permita instalar em Portugal uma unidade de regeneração de óleos usados conforme preconizado pelo Ministério do Ambiente no documento “Nova estratégia de gestão dos óleos usados” publicado em Março de 2001.

Na sua participada CORREIA & CORREIA, dedicada à recolha de óleos usados, foi decidido proceder à construção de novas instalações, tal como as antigas localizadas no Município da Sertã, que permitirão à empresa uma evolução determinante nas condições de armazenagem e tratamento, como na diversificação da sua actividade.

##### **4.4.2.3. - Energia**

Alguns factos de relevo ocorreram no domínio da produção hidroeléctrica neste ano:

1. Consolidou-se a entrada em exploração da mini-hídrica de Penacova, iniciada em finais de 2001;

2. Concluiu-se a construção da mini-hídrica do Catapereiro em Vila Nova de Foz Côa e iniciou-se a respectiva exploração;

3. Iniciou-se a construção de dois novos empreendimentos no rio Rabaçal, com uma potência de 14 MW, que deverão estar concluídos em 2004.

Em matéria de parques eólicos aumentámos o nosso portfólio quer pela atribuição de potências de interligação, em resposta a pedidos que havíamos formulado, quer pela aquisição de uma posição societária numa empresa promotora. Prossequimos com o desenvolvimento dos processos em licenciamento esperando, apesar da morosidade que lhe está associada, poder iniciar em 2003 a construção do primeiro parque eólico.

Decorrido um período em que o GRUPO despendeu um enorme esforço em capitais e conhecimento tecnológico no desenvolvimento de projectos de produção de energia a partir de mini-hídricas e eólicas passou-se, durante o ano de 2002 ao desenvolvimento da parceria com a Enersis do Grupo Semapa. Esta parceria a 50% numa sociedade designada HE70, ENERGIAS RENOVÁVEIS REUNIDAS SGPS, SA teve o seu desenvolvimento e é chegado o momento de – face à actual configuração do mercado da energia e à necessidade de concentrar capacidades financeiras noutras áreas de retorno de capital

mais rápido – reconsiderar a eventual alienação desta participação.

#### **4.4.2.4. – Água**

A participação do GRUPO neste negócio faz-se mediante uma participação financeira de 28% na sociedade INDÁQUA.

A INDÁQUA é uma sociedade que se dedica, essencialmente, ao negócio das concessões de água e saneamento público. É, neste momento, detentora de 3 contratos de concessão nos concelhos de Fafe (INDÁQUA FAFE), Santo Tirso e Trofa (INDÁQUA SANTO TIRSO) e Santa Maria da Feira (INDÁQUA FEIRA).

Cumpre-nos evidenciar a destacada importância estratégica da Indáqua no mercado privado da água em Portugal tendo em conta os investimentos já realizados em imobilizado corpóreo no montante de 40,6 milhões de Euro para o conjunto das concessões e até ao final de 2002, dos quais 14,5 milhões de Euro respeitam ao exercício findo.

Decorrido um grande período de indefinição quanto ao papel a desempenhar pelas sociedades de direito privado neste sector de actividade, esperamos que as mudanças políticas verificadas em 2002 venham a permitir que, rapidamente, as empresas privadas passem a ter um papel determinante no futuro da gestão da água em Portugal retomando, dessa forma, o caminho que havia sido delineado há cerca de 8 anos quando, face à abertura do mercado a privados, decidimos

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



participar activamente num projecto accionista que originou a criação da Indáqua.

As alterações políticas verificadas em 2002, os compromissos assumidos pelo estado português até 2006 e as intenções já manifestadas por algumas Autarquias quanto à decisão de concessionar levam-nos a supor que os investimentos privados no negócio do ciclo da água voltarão a estar na ordem do dia e que os investidores privados terão aqui uma oportunidade para, valorizando os seus activos, contribuir para a melhoria do ambiente e, consequentemente, do bem-estar das populações.

### 4.4.3. - Volume de negócios. Resultados líquidos.

No quadro seguinte resume-se a evolução dos indicadores das sociedades desta área.

## 4.5. – Imobiliário e Turismo

### 4.5.1. - Referências Gerais

#### 4.5.1.1. – Imobiliário

Face à conjuntura actual, a existência de activos em carteira permite que os recursos humanos afectos a esta actividade se concentrem no seu desenvolvimento, com estudos e projectos que permitam a sua valorização e viabilização em termos urbanísticos. Prevemos, no entanto, lançar a curto prazo alguns empreendimentos que pela sua qualidade e localização consideramos que serão facilmente absorvidos pelo mercado.

A Actividade Imobiliária de 2002 foi também afectada, conforme referido, pelo atraso e indefinições provocadas pelas entidades licenciadoras, nomeadamente a Câmara Municipal

Empresa	2002				2001	
	Resultado Líquido	Var%	Volum de Negócios	Var%	Resultado Líquido	Volum de Negócios
Engil Investimentos	-216.281	-170%	81.541	-94%	310.549	1.275.242
Correia & Correia	1.336.513	14%	4.198.440	4%	1.168.342	4.037.446
Enviroil	16.228	104%	1.471.010	538%	-440.277	230.685
Parquegil	-227.473	-586%	545.000	1489%	-33.138	34.295
Serurb	728.459	69%	12.709.089	6%	432.128	12.037.698
Serurb Douro	11.137	-25%	1.266.759	18%	14.753	1.074.911
Serurb Matosinhos	87.466	-6%	3.148.611	28%	93.411	2.460.656
Suma	1.404.390	57%	30.088.492	30%	892.884	23.169.711
Vibeiras	347.211	52%	6.809.975	8%	227.781	6.298.988
HE70	-146.916	-	0	-	-	-
Hidro-Eléctrica de Fagilde	243.996	-4%	448.821	-18%	255.439	547.292
Hidro-Eléctrica de Penacova	61.074	467%	1.367.704	794%	-16.620	152.926
Hidro-Eléctrica de Rabaçal	-21.912	-1726%	0	-100%	-1.200	7.981
Hidro-Eléctrica de Fraga	-865	-288%	0	-	-223	-
Hidro-Eléctrica de Pinhel	-20.012	-857%	0	-100%	-2.091	3.990
Ribeira Teja	-131.330	37%	281.199	-	-206.892	-
Indáqua	-848.703	55%	1.134.481	4%	-1.885.037	1.091.754
Indáqua Fafe	120.265	7%	1.685.432	2%	112.728	1.649.116
Indáqua Feira	-176.063	-100%	5.037.319	29%	-88.158	3.916.022
Indáqua St. Tirso	-154.547	54%	2.159.526	21%	-334.349	1.789.268

do Porto, não tendo sido possível, conforme inicialmente previsto, avançar com os empreendimentos a desenvolver no terreno das antigas instalações da "Metalúrgica Duarte Ferreira", na Marginal do Douro e a 2ª Fase do empreendimento "Ribeira da Granja" localizado na Rua de Requesende, Porto.

Aguardamos que a Câmara Municipal do Porto, aprove a reformulação do projecto de loteamento dos nossos terrenos da "Quinta da China" situados na Marginal do Rio Douro, situação geradora de um enorme atraso no lançamento do empreendimento a promover neste terreno.

Aguardamos a aprovação pela Câmara Municipal de Lisboa do projecto de construção do "Edifício Báltico", a implantar num lote na Expo que adquirimos em Dezembro de 2000. Estamos, simultaneamente, a analisar a melhor forma de abordagem ao mercado na perspectiva da sua comercialização.

No entanto temos a salientar que durante o ano em análise:

1. Foram concluídos os "Lotes 10 e 11 da Galiza" (última fase do empreendimento Mota Galiza) encontrando-se já vendidos todos apartamentos;
2. Foi concluída a 1ª Fase do empreendimento da "Ribeira da Granja", estando já vendidas 50% das suas fracções;
3. O desenvolvimento do empreendimento "Alto de Perogil", em Tavira, decorreu a bom ritmo, com a sua construção em fase de conclusão, estando já vendido 47% do empreendimento;

4. Foram concluídas as obras de reconversão e adaptação da Casa da Calçada, em Amarante, referente às zonas habitacional e de comércio, e;

5. Prosseguiu o desenvolvimento dos estudos urbanísticos com vista à obtenção de um alvará de loteamento a desenvolver nos nossos terrenos da "Quinta da Torre", em Braga.

#### **4.5.1.2. - Turismo**

O sector de turismo mereceu em 2002 a nossa especial atenção, tendo levado a efeito acções de dinamização das diversas unidades que exploramos.

A nossa acção centralizou-se muito na fidelização de clientes assegurando serviços de qualidade que permitem consolidar e valorizar a nossa imagem quer no mercado interno quer externo.

Salientamos o início da construção das "Esplanadas das Tílias", junto à Estalagem da Casa da Calçada, com uma localização privilegiada sobre o rio Tâmega e em frente ao Mosteiro de S. Gonçalo em Amarante.

#### **4.5.2. – Volume de Negócios e Resultados Líquidos**

De seguida apresenta-se mapa comparativo de alguns indicadores das principais empresas desta área de negócios:

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



### AURIMOVE

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	5.006.044	5.397.995	-7%
Resultados Operacionais	466.567	196.223	138%
Resultado Líquido	274.328	383.209	-28%
Cash Flow	274.328	383.209	-28%
Capitais Próprios	4.359.797	4.010.715	9%
Activo Líquido	18.534.595	20.055.458	-8%

### MOTADÓMUS

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	102.503	0	-
Resultados Operacionais	-122.124	-172.653	29%
Resultado Líquido	127.976	117.423	9%
Cash Flow	130.736	186.239	-30%
Capitais Próprios	255.571	163.506	56%
Activo Líquido	8.016.508	8.093.631	-1%

### MOTAVISO

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	6.038.866	2.851.032	112%
Resultados Operacionais	312.348	189.775	65%
Resultado Líquido	113.490	99.020	15%
Cash Flow	113.490	99.020	15%
Capitais Próprios	727.854	614.363	18%
Activo Líquido	11.124.277	5.697.968	95%

### RTA

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	1.033.722	516.528	100%
Resultados Operacionais	-824.123	-671.597	-23%
Resultado Líquido	-410.731	1.061.370	-139%
Cash Flow	38.522	1.455.640	-97%
Capitais Próprios	7.593.038	9.154.065	-17%
Activo Líquido	21.195.463	20.108.867	5%

### SGA

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	368.346	419.171	-12%
Resultados Operacionais	-466.404	-345.603	-35%
Resultado Líquido	-293.708	-304.977	4%
Cash Flow	-17.530	-37.038	53%
Capitais Próprios	2.854.160	2.792.906	2%
Activo Líquido	4.834.519	4.595.324	5%

## 4.6. – Concessões Rodoviárias

Conforme é já do conhecimento dos Senhores Accionistas, as empresas onde participamos são

consolidadas no GRUPO durante a fase de investimentos, como participação financeira.

É de referir ainda que:

1. Foi adjudicado ao Consórcio que o GRUPO MOTA-ENGIL lidera a SCUT do Grande Porto. Esta concessão, que envolve um conjunto de cerca de 66 km de auto-estradas na região metropolitana do Porto, vem juntar-se à Concessão Norte (AENOR) e às SCUTS Costa de Prata e Beiras Litoral e Alta (IP5), anteriormente adjudicadas a consórcios liderados pela MOTA-ENGIL, totalizando mais de 500 km de auto-estradas e investimentos da ordem dos 3,7 mil milhões de euros. O GRUPO MOTA-ENGIL, que foi um dos pioneiros no mercado de concessões rodoviárias em Portugal através da participação da MOTA & COMPANHIA, SA na LUSOPONTE, passa agora a ser, como maior accionista destas quatro concessões, concessionário de uma rede integrada de auto-estradas no Norte de Portugal, que possibilitará a ligação entre as principais cidades da região, e proporcionará a mais conveniente ligação com Espanha. O GRUPO consolida assim sua posição em concessionárias que, no seu conjunto, constituem o segundo maior operador privado de infra-estruturas rodoviárias em Portugal e um dos maiores da Europa.

2. Na Grécia, o Consórcio Odopoesis, liderado pelo GRUPO MOTA-ENGIL, em conjunto com o Grupo Acciona (Espanha), e composto ainda pelo Banco Espírito Santo e pelos construtores locais Michaniki e Themeliodomi, foi pré-qualificado para o concurso internacional para a concessão do projecto Corinto-Tripoli-Kalamata/Lefktron-Sparti, que envolve a concepção, projecto, construção, financiamento e exploração, em regime de

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



portagens reais, de cerca de 193 kms de auto-estradas, dos quais 81 km para construir de raiz.

3. O Consórcio Togher Toll, liderado GRUPO MOTA-ENGIL, em conjunto com o Grupo Acciona (Espanha) e a Mowlem (Inglaterra), e composto ainda pelo Banco Espírito Santo e pelos construtores locais Coffey e Priority, foi pré-qualificado e apresentou proposta para o concurso internacional para a concessão do projecto N8 Rathcormac to Fermoy Bypass, que envolve a concepção, projecto, construção, financiamento e exploração, em regime de portagens reais, de cerca de 18 km de auto-estradas na República da Irlanda.

4. Os grandes atrasos verificados, por motivos não imputáveis às Concessionárias, no normal desenvolvimento e, portanto, no arranque dos trabalhos de construção das Concessões Norte e Costa de Prata afectaram, severamente, como não podia deixar de ser, a facturação da MOTA & COMPANHIA e da ENGIL no exercício em análise.

Acreditamos sinceramente, face à nova dinâmica de coordenação entre os Serviços do Concedente, Instituto das Estradas de Portugal, e os Serviço do Ministério do Ambiente, se verifique ao longo do ano de 2003 o desbloqueamento de todos os condicionalismos.

### **4.7. – Serviços Partilhados**

A MESP – MOTA-ENGIL, SERVIÇOS PARTILHADOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO, S.A. foi constituída em Dezembro de 2001, com a finalidade de prestar Serviços Administrativos, Financeiros, Gestão de Recursos Humanos e Controlo de

Gestão a grande parte das empresas do GRUPO que passaram a ser suas clientes.

Durante o ano de 2002 foi desenhado e aprovado o novo Modelo de Processos que responde de forma padronizada às especificidades das várias empresas do GRUPO.

Também durante o ano de 2002 foi preparada a transição dos sistemas informáticos para uma plataforma tecnológica comum que permite a prestação de serviços transversalmente ao GRUPO, potenciando a agregação e relacionamento de informação.

Assim, o ano de 2002 foi um ano de transição, sendo 2003 o ano de arranque e consolidação. O volume de negócios da MESP foi em 2002 de 4.715.501 euros. E o resultado líquido atingiu 44.890 euros.

### **5. - Análise das Contas Consolidadas**

Pela primeira vez após a constituição do GRUPO MOTA-ENGIL pode-se fazer neste ponto a comparação com o ano anterior sem ajustamentos às contas, pois as variações do perímetro não foram significativas.

Os Proveitos Operacionais Consolidados da MOTA-ENGIL, SGPS, SA no exercício de 2002 ascenderam 916.447.945 euros, o que, face aos 902.186.228 euros de 2001, representa um crescimento de 1,6%.

Já ao nível dos Resultados Operacionais, verificou-se uma redução de 51.311.649 euros

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



para 48.058.565 euros. Este valor traduz, portanto, uma margem EBIT de 5,2% sobre os Proveitos Operacionais (abaixo dos 5,7% alcançados no exercício anterior).

O cash-flow operacional foi de 98.257.146 euros, verificando-se, também, uma redução, de um ano para o outro, da margem EBITDA sobre os Proveitos Operacionais (10,7% em 2002, contra 11,7% em 2001).

Os Resultados Financeiros, apesar de afectados em forte medida pelos efeitos cambiais (nomeadamente pela desvalorização do dólar), verificaram uma melhoria residual, atingindo o valor negativo de 23.565.153 euros, em 2002, face ao valor negativo de 23.736.037 euros, no ano anterior.

O Resultado Líquido Consolidado em 2002 foi de 19.362.252 euros, em linha com os 19.706.215 euros do exercício anterior.

A performance económica descrita conduziu a um Gearing Líquido (Endividamento Líquido/Capital Próprio + Endividamento Líquido) de 64,7%.

O GRUPO investiu, em termos consolidados, 105,2 milhões de euros, dos quais 90,8 em imobilizado técnico e 14,4 em investimentos financeiros.

Em Dezembro de 2002 o GRUPO MOTA-ENGIL dispunha de uma Carteira de Encomendas de 1,98 mil milhões de euros, dos quais

892 milhões de euros para realizar em 2003 e 1,09 mil milhões de euros nos anos seguintes.

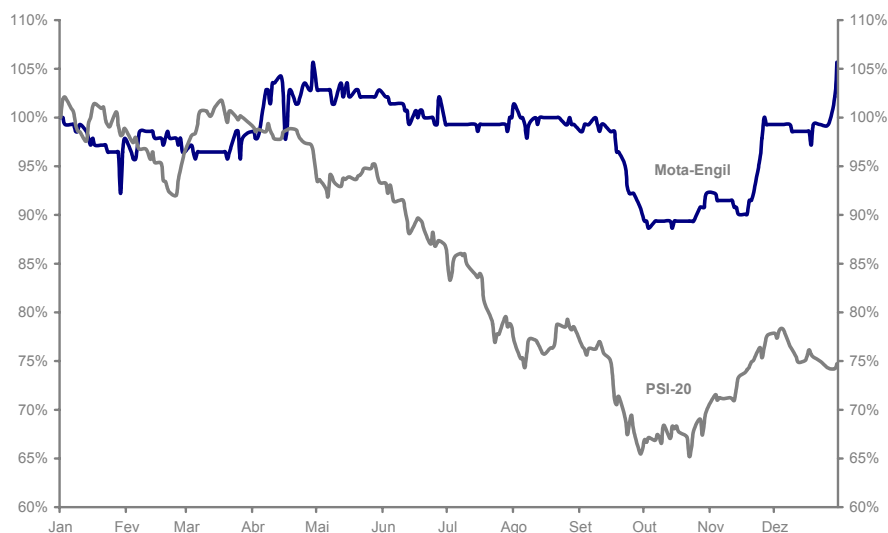
### 6. - Perspectivas

A análise, que sobre a situação político-económica mundial fizemos para 2002, mantém ainda um enorme grau de incerteza para o ano de 2003, quer a nível internacional, quer ao nível de Portugal e dos restantes Países onde estamos presentes, razão pelo qual as previsões para o ano de 2003 deverão ser prudentes e apontar para um ligeiro crescimento do volume de negócios e a manutenção das margens operacionais.

### 7. - Análise da Actividade Bolsista

No final do exercício em análise, cada acção MOTA-ENGIL cotava em 1,49 euros revelando um crescimento superior a 5%, em contraciclo com o mercado, cujo índice principal (PSI 20) sofreu uma variação anual de -24,7%.

Durante o ano de 2002 as acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, evoluíram da forma que se evidencia no gráfico abaixo, fazendo-se no mesmo a comparação com a evolução do índice PSI 20.



## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



O anúncio de resultados relativos ao ano de 2001 ocorreu em 7 de Março de 2002.

Em 22 de Abril de 2002, a sociedade efectuou, através da Central de Valores Mobiliários, o pagamento de dividendos, relativos ao exercício de 2001, correspondente a um valor ilíquido por acção de 0,07 euros (sete cêntimos) por cada uma das 204.635.695 acções ordinárias que representavam o capital social da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2001.

Durante o ano de 2002 o GRUPO MOTA-ENGIL adquiriu 24.730 acções próprias, pelo que em 31 de Dezembro, era detentor de uma carteira composta por 9.028.209 acções próprias, de valor nominal de 1 euro, escrituradas pelo preço médio de aquisição de 1,36 euros.

### **8. Relatório sobre as práticas de Governo Societário**

#### **8.1. - Divulgação de Informação**

A repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial, atendendo à sua natureza de Sociedade Gestora de Participações Sociais, apresenta-se não sob a forma de organigramas ou mapas funcionais, mas sim através da descrição dos pelouros que encerram as competências do órgão de administração, efectuada no ponto 8.4., bem como se consubstancia na descrição das regras societárias do ponto 8.3., onde se descreve a existência de regras inerentes aos processos de decisão críticos dentro do GRUPO de empresas.

A descrição da evolução da cotação das acções da MOTA-ENGIL SGPS, SA efectua-se no capítulo próprio deste relatório para onde se efectua a consequente remissão.

Não ocorreram, durante o exercício de 2002, emissões de acções ou de outros valores mobiliários que confirmem direito à subscrição ou aquisição de acções.

A política de dividendos adoptada pela sociedade consiste na atribuição de um dividendo que materialize, em cada ano económico, um “Pay-Out Ratio” mínimo de 50% e máximo de 75%, dependendo da avaliação pelo Conselho de Administração de um conjunto de condições temporais, mas onde pontifica o objectivo de atingir uma adequada remuneração do capital accionista por essa via.

Não existem, actualmente quaisquer planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções, relativos à sociedade.

A sociedade utiliza com intensidade as novas tecnologias de informação, concretamente o correio electrónico, na divulgação de informação de natureza financeira, designadamente no contacto com investidores e analistas, com a imprensa da especialidade e com as autoridades de mercado, Comissão de Valores Mobiliários e Euronext Lisboa.

Existe uma página oficial na Internet, sob o endereço [www.mota-engil.pt](http://www.mota-engil.pt), onde, para além das actividades do GRUPO MOTA-ENGIL, se disponibiliza informação financeira, designadamente os



## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



Relatórios e Contas, os *comunicados de facto relevante* e outras *press-releases*, bem como as apresentações de resultados em formato electrónico.

Foi constituída durante o ano de 2002 a Direcção de Relações com o Mercado. O seu responsável é agora o Dr. João Vermelho, cujos contactos são:

João Vermelho  
Rua Mário Dionísio nº2  
2796-957 Linda-a-Velha  
tel. 351 214 158 200  
fax. 351 214 158 688  
e-mail: [jvermelho@mota-engil.pt](mailto:jvermelho@mota-engil.pt)

Qualquer investidor ou analista poderá ainda entrar em contacto com a empresa através do seu Representante para as Relações com o Mercado, Dr. Eduardo Rocha, por correio electrónico, pelo endereço [erocha@mota-engil.pt](mailto:erocha@mota-engil.pt).

### 8.2. - Exercício do direito de voto e representação de accionistas

Nos termos dos Estatutos, a Assembleia Geral é constituída pelos accionistas com direito de voto possuidores de acções que, desde, pelo menos, dez dias antes da data da reunião da Assembleia:

- Tenham sido registadas em seu nome em conta aberta junto da própria sociedade, quando a lei o permita, ou de outras entidades autorizadas para o efeito, se foram escriturais;
- Se encontrem, consoante a sua natureza e regime, averbadas em seu nome nos registos

da sociedade ou depositadas em seu nome junto desta ou de outra entidade legalmente autorizada para o efeito se forem tituladas.

O registo em conta de valores mobiliários escriturais e o depósito supra referidos, quando não hajam sido feitos na própria sociedade, terão de ser comprovados mediante certificado emitido pela entidade em que foram efectuados e que dê entrada na sociedade até, pelo menos, oito dias antes da data fixada para a reunião da Assembleia Geral.

Os accionistas que não possuírem o número de acções necessário para terem direito a voto poderão agrupar-se por forma a perfazê-lo, devendo designar por acordo um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral.

Os obrigacionistas só podem assistir às reuniões da Assembleia Geral através dos seus representantes comuns, designados nos termos, respectivamente, do artigo 343º e dos Artigos 357º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais.

A cada grupo de cem acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resulte da divisão por cem do número das acções que possuam, sem qualquer limite.

As votações serão feitas pelo modo designado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral pelo seu cônjuge, por um

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



ascendente ou descendente, por um administrador da sociedade ou por outro accionista.

Os accionistas que sejam pessoas colectivas far-se-ão representar por pessoa para o efeito designada pela respectiva Administração ou Direcção.

Todas as representações supra previstas deverão ser comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por carta, com a assinatura do mandante reconhecida notarialmente ou autenticada pela própria sociedade, entregue na sede social até oito dias antes da data da Assembleia, e que, especificando a reunião a que respeita, pela indicação da data, hora e local em que se realize e da respectiva ordem de trabalhos, confira inequivocamente o mandato ao representante, com adequada identificação deste último.

Os accionistas poderão votar por correspondência, mas apenas relativamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, e sem prejuízo da obrigatoriedade da tempestiva prova da qualidade de accionista, nos termos supra indicados.

A declaração de voto por correspondência só será admitida quando assinada pelo titular das acções

ou seu representante legal e acompanhada de cópia autenticada do bilhete de identidade do accionista, se este for uma pessoa singular, ou, tratando-se de pessoa colectiva, com a assinatura da declaração reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste, de forma expressa e inequívoca:

- a) A indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) A proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) A indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente.

Não obstante o disposto na alínea b) supra, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra todas as demais propostas sobre o mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Não obstante o disposto na alínea c) supra, pode o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra,

no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou, se for o caso, ao seu substituto, verificar a conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos constantes de declarações não aceites.

Não é possível exercer o direito de voto por meios electrónicos.

As deliberações sociais são tomadas por maioria simples dos votos emitidos na Assembleia, salvo quando a lei ou o presente contrato dispuserem diferentemente.

Em primeira convocação, a Assembleia Geral apenas poderá deliberar desde que se encontrem presentes ou representados accionistas que detenham acções correspondentes a mais de cinquenta por cento do capital social.

### **8.3. - Regras Societárias**

A sociedade, enquanto *holding* do GRUPO MOTA-ENGIL, possui um Regulamento Interno, aprovado em Conselho de Administração e, uma vez que exerce a sua actividade económica de forma indirecta através das suas participadas, formalmente comunicado a todas as empresas do GRUPO MOTA-ENGIL, onde existe uma relação de domínio, ou de influência dominante ou significativa.

Ao abrigo desse regulamento os Conselhos de Administração das participadas devem obter

aprovação prévia do Conselho de Administração da *holding* relativamente à prática de um conjunto de actos de gestão exaustivamente previstos no dito regulamento, considerados como de elevado impacto nos negócios do GRUPO ou por versarem matérias que a *holding* entende como compreendidas no seu exclusivo âmbito de competências.

Para além do referido sobre o Regulamento Interno aprovado pelo Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA e divulgado junto das empresas do GRUPO não existem outros procedimentos de controlo do risco, nem órgãos de Auditoria e, ou, Gestão do Risco sediados na *holding*. É no entanto órgão da MOTA-ENGIL, SGPS, SA a Direcção de Controlo de Gestão. Refira-se ainda a este propósito, a existência de Departamentos de Qualidade nas empresas Certificadas ou em processo de certificação e de Departamentos de Segurança nas empresas que se dedicam ao segmento da Construção.

Conforme decorre das disposições estatutárias reproduzidas no capítulo anterior, não existem limites estatutários ao exercício de direitos de voto. Não existem direitos especiais de um accionista ou de um conjunto de accionistas, nem a sociedade tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais.

### **8.4. - Órgão de Administração**

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e por 9 Vogais, não havendo a distinção entre

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



administradores executivos e não-executivos, nem existindo a figura da Comissão Executiva.

O Conselho de Administração tem a seguinte composição :

Presidente - Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

Vice-Presidente - Dr. José Luís Sapateiro

Vogais: Eng. António Jorge Campos de Almeida

Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo

Eng. Manuel Maria Coelho de Sousa Ribeiro

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

Eng<sup>a</sup>. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

Eng. Carlos Manuel Marques Martins

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha

Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar

Listam-se nos parágrafos seguintes as sociedades em que os membros dos Órgãos Sociais da MOTA-ENGIL - SGPS, SA exercem cargos sociais:

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

- Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, SA; FM - Sociedade de Controlo, SGPS, SA; Mota Gestão e Participações, SGPS, SA, Somota, SGPS, SA e Vallis – SGPS, SA;
- Administrador das seguintes sociedades:; Auto Sueco (Angola), SARL, António de Lago Cerqueira, SA e Tabella Holding BV;

- Gerente da Motadomus – Sociedade Imobiliária, Lda.;
- Director da ANEOP – Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral das seguintes sociedades: Engil – Sociedade de Construção Civil, SA, em representação da Mota-Engil , SGPS, SA, Indáqua – Indústria e Gestão de Águas, SA, Martifer – Construções Metalomecânicas, SA, Mota-Engil-Internacional, Comércio Internacional e Serviços, SA e Tratofoz – Sociedade de Tratamento de Resíduos, SA;
- Presidente da Comissão de Fixação de Vencimentos das seguintes sociedades: Martifer Alumínios, SA, Engil – Sociedade de Construção Civil, SA, Engil – Investimentos, SGPS, SA, Engil III – Investimentos Internacionais e Construção, SA; EM – Edifícios Modernos, Construções, SA, Emsa – Sociedade Imobiliária, SA, Fabrifis – Serviços Siderúrgicos, SA, Ferrovias e Construções, SA, Gerco – Sociedade de Engenharia Electrotécnica, SA, Martifer – Construções Metalomecânicas, SA, Sol-S – International, Tecnologias de Informação, SA Sol-S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA e Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA;
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos das seguintes sociedades: António de Lago Cerqueira, SA, Aurimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, SA, MARFIL-Mário Pires & Fiúza, Lda., MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA, Mota & Companhia, SA, Mota-Engil –

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



Internacional, Comércio Internacional e Serviços, SA, Mota-Engil – Imobiliário e Turismo, SA, Planinova – Sociedade Imobiliária, SA, Soprocil – Sociedade de Projectos e Construções Cíveis, SA e Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA.

Dr. José Luís Sapateiro

- Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Aenor –Auto–Estradas do Norte, SA; Lusoscut – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA, Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, SA, Lusoscut – Auto-Estradas do Grande Porto, SA, Operanor - Operação e Manutenção de Auto-Estradas, SA; Operadora Lusoscut - Operação e Manutenção de Auto-Estradas, SA, Operadora Lusoscut BLA – Operação e Manutenção de Auto-Estradas, SA e Operadora Lusoscut GP - Operação e Manutenção de Auto Estradas, SA;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração das sociedades: Mota Gestão e Participações, SGPS, SA e Somota, SGPS, SA;
- Administrador da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral das seguintes sociedades: APCAP – Associação Portuguesa das Sociedades Concessionárias de Auto-Estradas ou Pontes com Portagens, Aurimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, SA, Finpro, SGPS, SA, FM - Sociedade de Controlo, SGPS, SA, Companhia Portuguesa Rádio Marconi, SA., Mota-Engil, Imobiliário e Turismo, SA, Sol-S e Solsuni – Tecnologias de Informação, SA,

Sol-S International, Tecnologias de Informação, SA, Planinova – Sociedade Imobiliária, SA e PT Multimédia, Serviços de Tele-Comunicações e Multimédia, SGPS, SA.

Eng. António Jorge Campos de Almeida

- Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA e Turalgo – Sociedade Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, SA;
- Administrador das seguintes sociedades: Aenor – Auto–Estradas do Norte, SA, Lusoscut – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA, Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, SA, MTS-Metro, Transportes do Sul, SA, Operanor - Operação e Manutenção de Auto-Estradas, SA e Operadora Lusoscut – Beiras Litoral e Alta, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral das sociedades: Engil - Investimentos, SGPS, SA; Fabrifis – Serviços Siderúrgicos, SA e Rima – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, SA;
- Membro do Conselho Geral e secretário da Mesa da Assembleia Geral da Indáqua - Indústria e Gestão de Águas, SA.

Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo

- Presidente do Conselho de Administração Mota-Engil – Internacional, Comércio Internacional e Serviços, SA;
- Vogal do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, SA;
- Gerente das seguintes sociedades: Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda, Asinter–Comércio Internacional, Lda. e Cerâmica do Boialvo, Lda.;

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Maprel Nelas – Indústria de Pré-Fabricados em Betão, SA.
- Mesa da Assembleia Geral das Empresas: Paviterra, - Empresa de Terraplenagens e Pavimentações, SARL e Auto-Sueco (Angola), SARL;
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da Mota-Engil – Internacional, Comércio Internacional e Serviços, SA.

Eng. Manuel Maria Coelho de Sousa Ribeiro

- Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Maprel-Nelas, Indústria de Pré-Fabricados, SA, Probisa Portuguesa, Construção e Obras Públicas, SA e Soprocil–Sociedade Projectos e Construções Civis, SA;
- Vice-presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil – Internacional, Comércio Internacional e Serviços, SA;
- Administrador das seguintes sociedades:: Ferrovias e Construções, SA, Lote Dois – Empreendimentos Imobiliários, SA, Proim – Empreendimentos Imobiliários, SA, Quinta da Foz – Empreendimentos Imobiliários, SA e Siltei – Aluguer de Máquinas e Equipamentos, SA;
- Membro do Conselho Geral da Indaqua Indústria e Gestão de Águas, SA.;
- Gerente das sociedades: Ferrovias, Brasil, Lda. e Maprel – Empresa de Pavimentos e Materiais Pré-Esforçados, Lda.;
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Engil Investimentos, SGPS, SA;

- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos da Mário Pires & Fiúza, Lda. – Marfil.

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA, António de Lago Cerqueira, SA e Mota & Companhia, SA;
- Administradora das seguintes sociedades: Aurimove–Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, SA, Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, SA, Estal - Estanhos de Amarante, SA, F.M.– Sociedade de Controlo, SGPS, SA; Maprel Nelas - Indústria de Pré-Fabricados, SA, MESP – Mota Engil, Serviços Partilhados Administrativos e de Gestão, SA; Mota-Engil, Imobiliário e Turismo, SA, Mota Gestão e Participações, SGPS, SA, Planinova – Sociedade Imobiliária, SA, Somota, SGPS, SA e Sunviauto - Indústria de Componentes de Automóveis, SA;
- Gerente das seguintes sociedades: Calçadas do Douro – Sociedade Imobiliária, Lda., Carlos Vieira dos Santos, Lda, Cerâmica do Boialvo, Lda., Duartimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda., Edifícios Galiza - Sociedade Imobiliária, Lda, Edifícios Mota – Viso – Sociedade Imobiliária, Lda., Ladário - Sociedade de Construção, Lda, Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda., Maprel – Empresa de Pavimentos e Materiais Pré-Esforçados, Lda., Matiprel - Materiais Pré-Fabricados, Lda, Motadomus – Sociedade Imobiliária, Lda., Predimarão – Sociedade de

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



Construções, Lda., Serra Lisa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda., Sociedade Agrícola Moura Bastos, Lda e Venimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda.;

- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Engil – Sociedade de Construção Civil, SA e da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, SA.;
- Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Probisa Portuguesa - Construção e Obras Públicas, SA;
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos das seguintes sociedades Caixilhar – Caixilharias de Alumínio, SA, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA, Engil – Sociedade de Construção Civil, SA, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA, Engil Investimentos, SGPS, SA, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA, Engil III – Investimentos Internacionais e Construção, SA, EM – Edifícios Modernos, Construções, SA, em representação da Mota-Engil, SGPS, SA, Ferrovias e Construções, SA Martifer – Construções Metalomecânicas, SA; em representação da Mota-Engil, SGPS, SA, MESP-Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA, Mota-Engil – Imobiliário e Turismo, SA, Mota-Engil – Internacional, Comércio Internacional e Serviços, SA e da Planinova – Sociedade Imobiliária, SA;

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

- Presidente do Conselho de Administração da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, SA;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da FM–Sociedade de Controlo, SGPS, SA, e da Vallis, SGPS, SA.;
- Administradora das seguintes sociedades: António do Lago Cerqueira, SA, Estal–Estanhos de Amarante, SA, Mota & Companhia, SA; Mota Gestão e Participações, SGPS, SA, SDCA – Sociedade de Distribuição e Comércio de Angola, SA, SDCI – Sociedade de Distribuição e Comércio Internacional, SA, Somota, SGPS, SA; Supermercados Navarras SA e da Tabella Holding BV;
- Gerente das seguintes sociedades: Edifícios Galiza - Sociedade Imobiliária, Lda.; Imobiliaria Toca do Lobo, SA., Matripel – Materiais Pré-Fabricados, Lda., Mil e Sessenta – Sociedade Imobiliária, Lda., Motadomus – Sociedade Imobiliária, Lda., e da Sociedade Agrícola Moura Bastos, Lda.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, SA;
- Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Pescas - Tavares Mascarenhas, SA;

Eng<sup>a</sup>. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

- Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Aurimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, SA, Mota-Engil, Imobiliário e Turismo, SA; Planinova – Sociedade Imobiliária, SA, RTA –

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



- Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA e da SGA – Sociedade de Golfe de Amarante, SA;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Algosi – Gestão de Participações Sociais, SGPS, SA;
- Administradora das seguintes sociedades: António do Lago Cerqueira, SA, Engil – Sociedade de Construção Civil, SA, Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, SA; Estal - Estanhos de Amarante, SA., FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SAa Mota Gestão e Participações, SGPS, SA, Somota, SGPS, SA, Soprocil - Sociedade de Projectos e Construções Civas, SA e da Turalgo– Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, SA;
- Gerente das seguintes sociedades: Calçadas do Douro – Sociedade Imobiliária, Lda., Duartimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda., Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda, Edifícios Mota-Viso – Sociedade Imobiliária, Lda.; Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda, Matiprel - Materiais Pré-Fabricados, Lda., Mil e Sessenta – Sociedade Imobiliária, Lda, Motadomus – Sociedade Imobiliária, Lda, Predimarão - Sociedade de Construções, Lda, Sociedade Agrícola Moura Bastos, Lda., Venimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda. e da Verotâmega – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos das seguintes sociedades: Aurimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, SA, Mota-Engil – Imobiliário e Turismo, SA, Planinova –

Sociedade Imobiliária, SA, RTA – Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA e da SGA – Sociedade de Golfe de Amarante, SA;

Eng. Carlos Manuel Marques Martins

- Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Promodois-Investimentos Imobiliários, SA, Promodez-Investimentos Imobiliários, SA, Promovinte-Investimentos Imobiliários, SA, Martifer – Construções Metalomecânicas, SA, Martifer – Construcciones Metálicas España, SA, MTO, SGPS, SA e da Uriba, SGPS, SA;
- Administrador das seguintes sociedades: EM-Edifícios Modernos, Construções, SA, Fabrifis -Serviços Siderúrgicos, SA e da Metalruda – Construções Metálicas, SA;
- Gerente das seguintes sociedades Martins & Coutinho – Construções em Aço Inox, Lda., Imavic – Investimentos Imobiliários, Lda., Laje – Imóveis, Lda., Passeio da Ria – Gestão de Negócios, Lda., Promoquatro – Investimentos Imobiliários, Lda., Promonove – Investimentos Imobiliários, Lda. e da Promodoze – Investimentos Imobiliários, Lda.;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral das seguintes sociedades: Entufapra – Sociedade de Construções, SA e da Promosete – Investimentos Imobiliários, SA.

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha

- Presidente do Conselho Geral da Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, SA;
- Administrador das seguintes sociedades: Algosi – Gestão de Participações Sociais, SA,



## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



e da Martifer – Construções Metalomecânicas, SA;

- Gerente Único da Bilimora – Trading Internacional, Lda.

Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar

- Presidente do Conselho de Administração das seguintes sociedades: Engil - Sociedade de Construção Civil, SA, Engil III - Investimentos Internacionais e Construção, SA, Engil 4i – SGPS, SA, EM-Edifícios Modernos, Construções, SA, Emsa – Empreendimentos e Exploração de Estacionamento, SA e da Ornamag – Mármore e Granitos Ornamentais, SA;
- Gerente da Qualibetão – Comercialização de Betões, Lda.;
- Membro da Comissão de Fixação de Vencimentos das seguintes sociedades: Engil – Sociedade de Construção Civil, SA, EM – Edifícios Modernos, Construções, SA, Emsa – Empreendimentos e Exploração de Estacionamento, SA e da Ornamag - Mármore e Granitos Ornamentais, SA.

O órgão de administração da sociedade exerce o controle efectivo da vida societária através da distribuição de pelouros executivos aos membros do Conselho de Administração. Os pelouros atribuídos compreendem cada uma das linhas de negócio, bem como funções de controle e coordenação de áreas supra-empresas, isto é as que atravessam horizontalmente todo o universo de empresas do GRUPO.

Assim, no que respeita às linhas de negócio, estão definidos os pelouros das “Concessões de Transportes”, da “Metalomecânica”, das

“Tecnologias de Informação”, da “Construção – Mota & Companhia”, da “Construção – Engil”, das “Associadas de Construção”, da “Área Internacional”, da “Imobiliária e Turismo”, da “Energia e Serviços” e do “Ambiente”.

Nos pelouros de coordenação e controle, inscrevem-se os pelouros da “Coordenação Financeira”, da “Coordenação Comercial”, da “Coordenação Jurídica”, da “Coordenação de Recursos Humanos” dos “Sistemas de Informação”, do “Controlo de Gestão”, das “Relações com o Mercado de Capitais” e da “Imagem Corporativa”.

O Conselho de Administração reúne quinzenalmente, para apreciação das matérias relativas aos negócios das sociedades e do GRUPO, sendo que uma das duas reuniões mensais, se destina especificamente à análise do Relatório de Gestão do Grupo, relativo ao mês anterior, onde se analisa o desempenho económico e financeiro das subsidiárias do GRUPO em termos individuais e consolidados.

Durante o exercício de 2002, o Conselho de Administração reuniu por 12 vezes.

Uma parte da remuneração de todos os titulares do órgão de administração, está directamente dependente dos resultados da empresa. Assim, em 2002, os administradores da sociedade auferiram globalmente o montante de 500.000 euros, correspondentes a cerca de 2,5% dos Resultados Líquidos de 2001, por proposta de aplicação de resultados aprovada em Assembleia Geral de Accionistas.

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



No exercício de 2002 a remuneração auferida pelo conjunto dos membros do órgão de administração, excluindo a referida no ponto anterior, foi de 2.096.144 euros do qual o montante de 1.635.467 euros a título de remuneração fixa e o montante de 460.677 euros a título de remuneração variável.

A sociedade define como administrador independente todo aquele que não detenha, directa ou indirectamente, uma participação qualificada, tal como estabelecido pelo regulamento 11/2000 da CMVM, ou materialmente relevante, na sua estrutura accionista. Nesta acepção consideram-se administradores independentes:

- Dr. José Luís Sapateiro
- Eng. António Jorge Campos de Almeida
- Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
- Eng. Manuel Maria Coelho de Sousa Ribeiro
- Eng. Carlos Manuel Marques Martins
- Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha
- Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar

O controlo interno não é exercido por comissões autónomas, decorrendo da composição e organização referida do próprio Conselho de Administração (pelouros por linhas de negócio e pelouros por funções de coordenação e controlo).

### 9. – Outras Informações Obrigatórias

Durante o ano a MOTA-ENGIL, SGPS, SA comunicou os seguintes *factos relevantes*: em 8 de Fevereiro pela alienação de 38,5% da SERURB; em 22 de Março pela parceria estratégica com JARDILAND e TRÍPODE ESPAÑA; em 27 e 28 de

Junho pela adjudicação provisória da Concessão do Scut do Grande Porto; em 4 de Julho informando a aquisição de 90,4% da CPTP-COMPANHIA PORTUGUESA DE TRABALHOS PORTUÁRIOS E CONSTRUÇÕES e; em 30 de Outubro anunciando a revisão das previsões de resultados para o exercício de 2002.

Já em 2003, no passado dia 3 do corrente mês foi, também através de *comunicado de facto relevante*, anunciada a fusão da MOTA & COMPANHIA, SA, ENGIL-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO CIVIL, SA e MOTA-ENGIL INTERNACIONAL – COMÉRCIO INTERNACIONAL E SERVIÇOS, SA.

A Assembleia Geral de Accionistas reuniu em 22 de Março tendo aprovado os Relatórios e Contas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2001.

Na mesma Assembleia Geral foi aprovada a proposta de distribuição de resultados que contemplava um dividendo de 7 cêntimos por acção, que foi entretanto pago durante o mês de Abril.

De acordo com o disposto nos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais são os seguintes os números de valores mobiliários emitidos pela MOTA-ENGIL, SGPS, SA e por sociedades com as quais esta se encontra em relação de domínio ou de grupo, detidos no período de 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2002, por titulares de órgãos sociais: (Nota Prévia: O capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA ascende a 204.635.695 euros, estando representado por 204.635.695 acções ao portador com o valor nominal de 1 Euro cada.

## Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002



O capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA é detido em 33,46% pela MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, em 19,37% pela VALLIS, SGPS, SA e 19,37% pela ALGOSI-GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA.

A MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA detêm 51% DA VALLIS, SGPS, SA e 51% da ALGOSI-GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA.

O capital da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA é detido em 70% pela SOMOTA, SGPS, SA.

O capital da SOMOTA, SGPS, SA é detido em 58,80% pela FM-SOCIEDADE DE CONTROLO, SGPS, SA)

correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de Dezembro de 2002.

1. A F.M. - SOCIEDADE DE CONTROLO, SGPS, SA, com sede na Rua do Rego Lameiro, nº 38, no Porto, com o capital social de Euros 250.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 3.586/950920, pessoa colectiva nº 503.488.860 era detida em 31 de Dezembro de 2002 pelos Administradores da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, Engº António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Drª Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota, Drª Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e Engª Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota

	Detendo em 2002.12.31 acções de															
	MOTA-ENGIL,SGPS, SA				ALGOSI, SGPS, SA		VALLIS, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		SOMOTA, SGPS, SA				FM, SGPS, SA	
	Qt.Inicial	Movimento	Qt.Final	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.Inicial	Movimento	Qt.Final	%	Qt.	%
ANTÓNIO MANUEL QUEIRÓS VASCONCELOS DA MOTA (ENG.), CÔNJUGE E FILHO MENOR	2.590.945	0	2.590.945	1,3	1.666	16,7	3.332	16,7	330.000	5,5	45.534	0	45.534	4,6	19.110	38,2
MARIA MANUELA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DRª) E CÔNJUGE	2.025.005	0	2.025.005	1,0	1.078	10,8	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	0	35.424	3,5	10.290	20,6
MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DRª) E CÔNJUGE	2.100.000	0	2.100.000	1,0	1.078	10,8	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	0	35.424	3,5	10.290	20,6
MARIA PAULA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (ENGª) E CÔNJUGE	2.276.215	0	2.276.215	1,1	1.078	10,8	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	0	35.424	3,5	10.290	20,6
JOSÉ LUIS SAPATEIRO (DR.) E CÔNJUGE	3.340	0	3.340	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	27	0	27	0,0	0	0,0
ANTÓNIO JORGE CAMPOS ALMEIDA (ENGª) E CÔNJUGE	258.475	0	258.475	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
ARNALDO JOSÉ NUNES DA COSTA FIGUEIREDO (ENGª) E CÔNJUGE	91.410	0	91.410	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	18	0	18	0,0	0	0,0
MANUEL MARIA COELHO DE SOUSA RIBEIRO (ENGª) E CÔNJUGE	89.130	0	89.130	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
EDUARDO JORGE ALMEIDA ROCHA (DR.) E CÔNJUGE	89.130	-89.130	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
CARLOS MANUEL MARQUES MARTINS (ENGª) E CÔNJUGE	24.230	0	24.230	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
ISMAEL ANTUNES HERNANDEZ GASPAR (ENGª) E CÔNJUGE	49.110	0	49.110	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA	69.187.566	-713.917	68.473.649	33,5	5.100	51,0	10.200	51,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA	39.635.345	0	39.635.345	19,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
VALLIS - SGPS, SA	39.635.305	0	39.635.305	19,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
SOMOTA, SGPS, SA	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4.200.000	70,0	0	0	0	0,0	0	0,0
FM, SGPS, SA	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	587.799	186	587.985	58,8	0	0,0

Os restantes membros dos Órgãos Sociais não são titulares dos valores mobiliários em causa.

De acordo com o disposto na alínea e) do número 1 do artigo 6º do regulamento 24/2000 da CMVM é a seguinte a lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto

respectivamente nas percentagens de, para o primeiro de 38,2% e 20, 6% para cada uma das três restantes, no total de 99,96%.

2. Os quatro acima referidos Administradores da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, Engº António Manuel

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



Queirós Vasconcelos da Mota, Dr<sup>a</sup> Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota, Dr<sup>a</sup> Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e Eng<sup>a</sup> Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota detinham em 31 de Dezembro de 2002 no capital da sociedade SOMOTA, SGPS, SA, Sociedade Aberta, com sede na Casa da Calçada, Amarante, com o capital social de Euros 5.000.000,00 matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Amarante sob o nº 969/960424, pessoa colectiva nº 503.634.514 respectivamente nas percentagens de, para o primeiro de 4,6% e 3,5% para cada uma das três restantes, enquanto que a F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, SA, S.A. detinha 58,8% do mesmo capital pelo que a SOMOTA é detida no total de 73,98%.

3. A MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, com sede na Rua do Rego Lameiro, nº 38, no Porto, com o capital social de Euros 30.000.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 50.875/931115, pessoa colectiva nº 503.101.524 era detida em 31 de Dezembro de 2002 pelos Administradores da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, Eng<sup>o</sup> António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota, Dr<sup>a</sup> Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota, Dr<sup>a</sup> Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota e Eng<sup>a</sup> Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota respectivamente nas percentagens de, para o primeiro de 5,5% e 4,0% para cada uma das três restantes, enquanto que a SOMOTA a detém na percentagem de 70,0% pelo que a MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES é detida em 87,50% pelos referidos.

4. A MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, S.A., com sede na Rua do Rego Lameiro, N<sup>o</sup> 38, no

Porto, com o capital social de € 30.000.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 50.875/931115, pessoa colectiva nº 503.101.524, detinha em 31 de Dezembro de 2002 no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA:

- i) directamente, 68.473.649 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 33,46% do capital, e a que correspondem 35,01% dos direitos de votos;
- ii) indirectamente, através da VALLIS – SGPS, SA, com sede na Rua do Rêgo Lameiro, 38, no Porto, com o capital social de € 100.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 9.667/980322, pessoa colectiva nº 504.125.257, sociedade detida em 51% pela MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, S.A., 39.635.305 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 19,37% do capital, e a que correspondem 20,26% dos direitos de voto;
- iii) indirectamente, através da ALGOSI – GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA., com sede na Rua do Rêgo Lameiro, N<sup>o</sup>38, no Porto, com o capital social de € 50.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o nº 6.655/980522, pessoa colectiva nº 504.170.945, sociedade detida em 51% pela MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, 39.635.345 acções escriturais, ordinárias, ao portador, com o valor nominal de 1 euro cada, correspondentes a 19,37% do capital, e a que correspondem 20,26% dos direitos de voto.

5. Os membros do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA detinham, em 31 de Dezembro de 2002, individualmente, no capital da

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



MOTA-ENGIL, SGPS, SA, acções escriturais, ordinárias ao portador, cuja totalidade é de 9.094.960, correspondentes a 4,44% do capital, e a que correspondem 4,65% dos direitos de voto, não tendo porém, nenhum membro dos referidos órgãos sociais da MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA individualmente, um número de acções da MOTA-ENGIL, SGPS, SA. representativas de 2% ou mais do capital.

Os direitos de voto, mencionados nas alíneas b) e c) do n.º 4 e no n.º 5 supra, são imputáveis à MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA, nos termos do disposto do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

6. Maria Amália Guedes Queirós Vasconcelos Mota detinha em 31 de Dezembro de 2002, no capital da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, 6.547.345 acções escriturais, ordinárias ao portador, com o valor nominal de 1 euro, cada, correspondentes a 3,20% do capital, e a 3,35% dos direitos de voto.

Não tem a MOTA-ENGIL, SGPS, SA dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

### **10. – Proposta do Conselho de Administração para a Aplicação dos Resultados do Exercício da MOTA-ENGIL, SGPS, SA**

Do Relatório de Gestão Individual consta a seguinte proposta: o Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos

Resultados Líquidos do exercício, no valor referido de 19.362.252 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 968.112 euros e 60 centimos
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 23º, nº 3 dos Estatutos o montante de 500.000 euros, correspondentes a cerca de 2,5%.
- c) Para distribuição aos Accionistas, 7 centimos por acção, cativos de impostos, o valor global de 14.324.498 euros e 65 centimos.
- d) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 3.569.640 euros e 75 centimos.

### **11. – Nota Final**

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do GRUPO, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 20 de Fevereiro de 2003

O Conselho de Administração,

Eng. António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota  
Presidente

Dr. José Luís Sapateiro  
Vice-Presidente

## **Relatório Consolidado de Gestão de MOTA-ENGIL, SGPS, SA relativo ao exercício de 2002**



Eng. António Jorge Campos de Almeida  
Vogal

Eng. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo  
Vogal

Eng. Manuel Maria Coelho de Sousa Ribeiro  
Vogal

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota  
Vogal

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota  
Vogal

Eng<sup>a</sup>. Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota  
Vogal

Eng. Carlos Manuel Marques Martins  
Vogal

Dr. Eduardo Jorge de Almeida Rocha  
Vogal

Eng. Ismael Antunes Hernandez Gaspar  
Vogal

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

## BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas Explicativas	2002		2001		CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	Notas Explicativas	2002	2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de instalação	2	11.620.386	(10.774.337)	846.049	2.465.340	CAPITAL PRÓPRIO			
Despesas de investigação e desenvolvimento	2	2.196.116	(1.634.551)	561.565	955.818	Capital	11	204.635.695	204.635.695
Propriedade industrial e outros direitos	2	746.775	(279.409)	467.366	480.674	Ações próprias - valor nominal	11	(9.028.209)	(9.003.479)
Trespases	2	192.128	(183.399)	8.729	9.514	Ações próprias - descontos e prêmios	11	(3.264.859)	(3.255.634)
Imobilizações em curso	2	1.445.699	-	1.445.699	248.748	Prêmios de emissão de ações	11	87.256.034	87.256.034
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	2	-	-	-	-	Diferenças de consolidação	11	(47.932.587)	(48.763.588)
Diferenças de consolidação	2	30.466.458	(4.478.508)	25.987.950	28.581.554	Reservas legais	11	5.016.786	3.997.520
		46.667.562	(17.350.204)	29.317.358	32.741.648	Reservas livres	11	19.735.320	16.098.963
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Terrenos e recursos naturais	3	33.384.611	(3.438)	33.381.173	33.358.957	Ajustamentos de conversão cambial	11	(34.715.304)	4.569.320
Edifícios e outras construções	3	106.751.312	(28.247.078)	78.504.234	70.084.409	Resultados transitados	11	480.524	(858.068)
Equipamento básico	3	299.187.545	(192.647.417)	106.540.128	104.054.916			222.183.400	254.676.763
Equipamento de transporte	3	137.817.120	(86.497.456)	51.319.664	43.364.723	Resultado consolidado líquido do exercício		19.362.252	19.706.215
Ferramentas e utensílios	3	8.999.917	(6.325.964)	2.673.953	3.809.969	Total do capital próprio		241.545.652	274.382.978
Equipamento administrativo	Notas	28.751.936	(19.181.428)	9.570.508	9.492.435				
Taras e vasilhames	3	3.182.069	(1.908.681)	1.273.388	1.130.540	INTERESSES MINORITÁRIOS	12	15.998.942	16.029.997
Outras imobilizações corpóreas	3	1.112.466	(648.101)	464.365	421.483				
Imobilizações em curso	3	20.964.117	-	20.964.117	47.514.086				
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	3	5.683.125	-	5.683.125	4.100.020				
		645.834.218	(335.459.563)	310.374.655	317.331.538				
INVESTIMENTOS FINANCEIROS									
Partes de capital em empresas do grupo	4	16.224.634	(5.248)	16.219.386	7.809.465	PASSIVO			
Empréstimos a empresas do grupo	4	1.147.680	-	1.147.680	933.586	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	13	14.973.250	25.375.315
Partes de capital em empresas associadas	4	8.088.707	-	8.088.707	5.387.320				
Empréstimos a empresas associadas	4	4.857.943	-	4.857.943	2.211.459	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO			
Partes de capital em empresas participadas	4	4.469.803	-	4.469.803	5.679.390	Empréstimos por obrigações não convertíveis	14	52.425.000	97.262.716
Empréstimos a empresas participadas	4	2.273.652	-	2.273.652	3.310.792	Dívidas a instituições de crédito	14	101.538.104	136.293.203
Títulos e outras aplicações financeiras	4	29.471.098	(1.558.874)	27.912.224	21.901.283	Fornecedores , títulos a pagar	14	-	980.165
Outros empréstimos concedidos	4	-	-	-	3.063.656	Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	14	56.999	1.156.392
Imobilizações em curso	4	276.089	-	276.089	3.402	Empresas associadas	14	300.724	1.937.186
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	4	725.234	-	725.234	822.390	Outros accionistas	14	3.337.134	-
		67.534.840	(1.564.122)	65.970.718	51.122.743	Adiantamentos por conta de vendas	14	16.372.549	16.277.744
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO									
Clientes, conta corrente	5	11.567.894	(228.728)	11.339.166	17.303.672	Outros empréstimos obtidos	14	32.532.976	29.927.874
Clientes, títulos a receber	5	13.822.798	-	13.822.798	23.090.528	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	14	30.017.544	21.142.989
Empresas participadas e participantes	5	26.184.487	-	26.184.487	31.257.471	Outros credores	14	5.842.027	5.421.750
Outros devedores	5	2.163.045	(1.602.115)	560.930	3.131.104			242.423.057	310.400.019
		53.738.224	(1.830.843)	51.907.381	74.782.775				
CIRCULANTE									
Existências						DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	6	27.526.748	(119.748)	27.407.000	34.435.676	Empréstimos por obrigações não convertíveis	15	67.337.716	24.939.895
Produtos e trabalhos em curso	6	31.298.794	-	31.298.794	24.562.285	Dívidas a instituições de crédito	15	193.359.209	112.738.949
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	6	226.208	-	226.208	195.164	Adiantamentos por contas de vendas	15	26.996.674	25.369.074
Produtos acabados	6	7.939.246	(51.371)	7.887.875	5.732.553	Fornecedores, conta corrente	15	155.995.328	199.376.315
Mercadorias	6	30.384.498	(95.304)	30.289.194	30.729.208	Fornecedores, facturas em recepção e conferência	15	1.636.784	490.541
Adiantamentos por conta de compras	6	2.552.598	-	2.552.598	4.713.451	Fornecedores, títulos a pagar	15	11.054.187	6.371.172
		99.928.092	(266.423)	99.661.669	100.368.337	Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	15	-	306.128
Dívidas de terceiros - curto prazo						Empresas associadas	15	1.685.818	1.976.064
Clientes, conta corrente	7	297.286.897	(3.760.918)	293.525.979	313.910.175	Empresas participadas e participantes	15	847.433	80.151
Clientes, títulos a receber	7	24.792.331	-	24.792.331	28.382.225	Outros accionistas	15	260.722	1.588.425
Clientes de cobrança duvidosa	7	9.354.679	(9.073.811)	280.868	1.171.882	Adiantamentos de clientes	15	5.869.228	3.667.720
Empresas associadas	7	4.336.615	-	4.336.615	9.561.716	Outros empréstimos obtidos	15	23.723.905	30.356.586
Empresas participadas e participantes	7	28.937.122	-	28.937.122	6.374.097	Fornecedores de imobilizado conta corrente	15	23.457.154	24.839.037
Adiantamentos a fornecedores	7	5.625.864	-	5.625.864	4.134.686	Estado e outros entes públicos	15	20.157.399	24.130.430
Estado e outros entes públicos	7	6.940.594	-	6.940.594	10.506.172	Outros credores	15	17.047.014	27.947.923
Outros devedores	7	40.888.742	(130.753)	40.757.989	57.786.873			549.428.571	484.178.619
		418.162.844	(12.965.482)	405.197.362	431.827.826				
Títulos negociáveis									
Outras aplicações de tesouraria	8	14.640	(708)	13.932	493.984	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
						Acréscimos de custos	16	28.353.027	25.599.306
Depósitos bancários e caixa						Proveitos diferidos	16	35.687.185	71.059.904
Depósitos bancários	9	22.433.646	-	22.433.646	27.584.608	Passivos por impostos diferidos	26	12.040.362	-
Caixa	9	1.373.699	-	1.373.699	4.413.250			76.080.574	96.659.210
		23.807.345	-	23.807.345	31.997.858				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
Acréscimos de proveitos	10	104.953.769	-	104.953.769	151.142.886	Total do passivo		882.905.452	916.613.163
Custos diferidos	10	25.208.102	-	25.208.102	15.216.543	Total do capital próprio e do passivo		1.140.450.046	1.207.026.138
Activos por impostos diferidos	26	24.037.755	-	24.037.755	-				
		154.199.626	-	154.199.626	166.359.429				
Total de amortizações			(354.394.909)						
Total de provisões			(15.042.436)						
Total do activo		1.509.887.391	(369.437.345)	1.140.450.046	1.207.026.138				

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e notas explicativas correspondentes



MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas Explicativas	2002	2001	PROVEITOS E GANHOS	Notas Explicativas	2002	2001
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:							
Mercadorias	20	4.263.716	54.824.124	Vendas:			
Matérias	20	159.716.578	141.035.996	Mercadorias	18	11.748.215	82.760.226
		163.980.294	195.860.120	Produtos	18	382.086.323	377.871.203
						393.834.538	460.631.429
Fornecimentos e serviços externos	21	470.818.444	416.056.502	Prestação de serviços	18	482.272.621	408.209.309
						876.107.159	868.840.738
Custos com o pessoal:				Varição da produção		8.271.673	6.322.537
Remunerações	22	138.173.778	137.004.722				
Encargos sociais:				Trabalhos para a própria empresa	19	14.579.981	12.455.783
Pensões	22	669.575	574.117				
Outros	22	37.895.528	39.643.061	Proveitos suplementares		5.124.566	3.849.578
		811.537.619	789.138.522				
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2 e 3	47.815.065	52.201.161	Subsídios à exploração		748.521	744.132
Provisões	23	2.383.516	2.303.370				
		861.736.200	843.643.053	Outros proveitos e ganhos operacionais		11.616.045	9.973.460
				(B)		916.447.945	902.186.228
Impostos		2.702.609	4.003.485				
				Proveitos e ganhos financeiros	24	17.534.931	23.422.669
Outros custos e perdas operacionais		3.950.571	3.228.041	(D)		933.982.876	925.608.897
(A)		868.389.380	850.874.579				
Custos e perdas financeiros	24	41.100.084	47.158.706	Proveitos e ganhos extraordinários	25	10.767.446	14.577.532
(C)		909.489.464	898.033.285				
Custos e perdas extraordinários	25	7.218.887	11.926.928				
(E)		916.708.351	909.960.213				
Impostos sobre o rendimento do exercício	26	5.281.709	8.472.488				
(G)		921.990.060	918.432.701				
Interesses minoritários	27	3.398.010	2.047.513				
Resultado consolidado líquido do exercício		19.362.252	19.706.215				
		944.750.322	940.186.429	(F)		944.750.322	940.186.429
				Resultado operacional	(B) - (A)	48.058.565	51.311.649
				Resultado financeiro	(D - B) - (C - A)	(23.565.153)	(23.736.037)
				Resultado corrente	(D) - (C)	24.493.412	27.575.612
				Resultado antes de impostos e interesses minoritários	(F) - (E)	28.041.971	30.226.216
				Resultado consolidado líquido do exercício antes de interesses minoritários	(F) - (G)	22.760.262	21.753.728
				Resultado consolidado líquido do exercício		19.362.252	19.706.215

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e correspondentes notas explicativas

MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	876.107.159	868.840.738
Custo das vendas e das prestações de serviços	(797.274.775)	(775.739.753)
Resultados brutos	78.832.384	93.100.985
Outros proveitos e ganhos operacionais	51.108.232	47.923.022
Custos de distribuição	(8.598.358)	(5.938.048)
Custos administrativos	(53.479.551)	(59.661.882)
Outros custos e perdas operacionais	(16.255.583)	(21.461.824)
Resultados operacionais	51.607.124	53.962.253
Custo líquido de financiamento	(22.357.119)	(23.156.296)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	(1.215.864)	(532.439)
Ganhos (perdas) em outros investimentos	7.830	(47.302)
Resultados correntes	28.041.971	30.226.216
Impostos sobre os resultados correntes	(5.281.709)	(8.472.488)
Resultados correntes após impostos	22.760.262	21.753.728
Resultados extraordinários	-	-
Impostos sobre os resultados extraordinários	-	-
Resultados líquidos	22.760.262	21.753.728
Interesses minoritários	(3.398.010)	(2.047.513)
Resultado consolidado líquido do exercício	19.362.252	19.706.215

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e correspondentes notas explicativas.

MOTA - ENLIL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>		
Recebimentos de Clientes	967.300.064	885.684.162
Pagamentos a fornecedores	(732.354.024)	(607.983.678)
Pagamento ao pessoal	(131.692.450)	(119.672.356)
Fluxos gerados pelas operações	<u>103.253.590</u>	<u>158.028.128</u>
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento	(6.861.105)	(9.796.852)
Outros recebimentos de actividades operacionais	(20.985.179)	(86.448.583)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	<u>75.407.306</u>	<u>61.782.693</u>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	3.291.871	2.797.952
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(1.578.892)	(3.133.332)
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u><u>77.120.285</u></u>	<u><u>61.447.313</u></u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	682.538	8.618.892
Imobilizações corpóreas	6.633.678	5.696.708
Imobilizações incorpóreas	2.622	174.715
Subsídios de investimento	-	1.381.222
Juros e proveitos similares	3.092.146	1.412.372
Dividendos	-	148.647
Outros	306.753	8.389.886
	<u>10.717.737</u>	<u>25.822.442</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(13.702.466)	(11.952.332)
Imobilizações corpóreas	(74.088.784)	(84.310.512)
Imobilizações incorpóreas	(555.362)	(168.354)
	<u>(88.346.612)</u>	<u>(96.431.198)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u><u>(77.628.875)</u></u>	<u><u>(70.608.756)</u></u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	239.823.907	119.526.879
Subsídios e doações	16.527	486.064
Outros	711.255	2.689.039
	<u>240.551.689</u>	<u>122.701.982</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(181.439.019)	(55.475.362)
Amortizações de contratos de locação financeira	(18.826.327)	(13.388.030)
Juros e custos similares	(29.477.588)	(34.077.449)
Dividendos	(13.692.525)	(7.629.984)
Aquisição de acções/quotas próprias	(33.956)	(1.443.199)
Outros	(59.681)	(806.277)
	<u>(243.529.096)</u>	<u>(112.820.301)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u><u>(2.977.407)</u></u>	<u><u>9.881.681</u></u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(3.485.997)	720.238
Variações decorrentes de alterações de perímetro	(5.184.568)	691.683
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	32.491.842	31.079.921
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	23.821.277	32.491.842

Para ser lido em conjunto com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e correspondentes notas explicativas

## **ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS**

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados  
31 de Dezembro de 2002**

Indicações obrigatórias constantes do Plano Oficial de Contabilidade:

- 1) As informações relativas às empresas incluídas na consolidação pelo método integral são apresentadas na Nota Explicativa 4.
- 2) Os motivos da exclusão de empresas do grupo da consolidação pelo método integral são apresentados na Nota Explicativa 4.
- 3) As informações relativas a empresas associadas são apresentadas na Nota Explicativa 4.
- 4) Os motivos da exclusão de empresas associadas da consolidação pelo método de equivalência patrimonial são apresentados na Nota Explicativa 4.
- 5) As informações relativas a empresas consolidadas pelo método proporcional são apresentadas na Nota Explicativa 4.
- 6) As informações relativas a empresas participadas em mais de 10% cuja informação não foi apresentada nas notas anteriores são referidas na Nota Explicativa 4.
- 7) O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das empresas incluídas na consolidação pelos métodos integral e proporcional, bem como a sua repartição por categorias encontra-se referido na Nota Explicativa 22.
- 8) Não existem casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.
- 9) Não existe qualquer afastamento da aplicação das normas de consolidação efectuado para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas incluídas na consolidação.
- 10) A discriminação das diferenças de consolidação, indicação dos métodos de cálculo adoptados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior são apresentados nas Notas Explicativas 2, 11 e 16.
- 11) Não existem alterações de métodos e procedimentos de consolidação que afectem a comparabilidade dos valores entre os dois exercícios.
- 12) Não existem situações, materialmente relevantes, que impliquem a não eliminação de resultados decorrentes de operações efectuadas entre empresas do grupo ou associadas, quando estes resultados estejam incluídos nos valores contabilísticos dos activos.
- 13) As demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas com referência à mesma data das demonstrações financeiras anuais da empresa-mãe.
- 14) Não existem alterações significativas na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação durante o corrente exercício.
- 15) Os critérios de valorimetria utilizados pelas empresas do grupo foram consistentes entre si e são os descritos na Nota Explicativa 1.
- 16) Não existem ajustamentos excepcionais de valor dos activos, feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação.

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados  
31 de Dezembro de 2002**

- 17) A justificação da amortização do valor de diferenças de consolidação para além do período de cinco anos é apresentada na Nota Explicativa 2.
- 18) Os critérios de contabilização das participações em empresas associadas são referidos na Nota Explicativa 4.
- 19) Não se aplicou o método da equivalência patrimonial pela primeira vez a nenhuma participação no corrente exercício.
- 20) Não existem elementos do activo ou do passivo de empresas associadas que tenham sido valorizados segundo critérios diferentes dos utilizados na consolidação.
- 21) Não existem compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado.
- 22) A descrição das responsabilidades por garantias prestadas, desdobradas por natureza é apresentada na Nota Explicativa 17.
- 23) As bases de apresentação e principais critérios valorimétricos utilizados são apresentados na Nota Explicativa 1.
- 24) O método de conversão utilizado para conversão em Euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira é apresentado na Nota Explicativa 1-c-xvii).
- 25) Os valores incluídos em despesas de instalação e em despesas de investigação e desenvolvimento são analisados na Nota Explicativa 2.
- 26) Não existem trespases amortizados para além de um período de cinco anos.
- 27) Os movimentos do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões são apresentados nas Notas Explicativas 2, 3 e 4.
- 28) Não existem juros suportados referentes a imobilizado em construção que tenham sido capitalizados no corrente exercício.
- 29) Não existem ajustamentos do valor dos activos compreendidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais.
- 30) Em 31 de Dezembro de 2002 não existem diferenças significativas, que não estejam cobertas pelas provisões constituídas pelo Grupo, entre os valores das rubricas do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pelo Grupo e o respectivo valor de mercado.
- 31) Não existem elementos do activo circulante que se encontrem registados a um valor inferior ao mais baixo do custo ou do valor de mercado.
- 32) Não existem provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante.
- 33) Não existem dívidas a terceiros que se vençam para além de cinco anos.
- 34) O montante total das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas por empresas incluídas na consolidação, com indicação de natureza e forma é apresentado na Nota Explicativa 17.
- 35) Não existem diferenças levadas ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes dívidas arrecadadas.
- 36) A análise do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços é apresentada na Nota Explicativa 18.

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados  
31 de Dezembro de 2002**

- 37) Os elementos do activo, passivo e dos capitais próprios foram valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes, de acordo com o estipulado no Plano Oficial de Contas, e não foram efectuadas amortizações e provisões extraordinárias com vista a obter vantagens fiscais durante o corrente exercício ou em exercícios anteriores.
- 38) A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores, e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses mesmos exercícios encontra-se descrita na Nota Explicativa 26.
- 39) As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionadas com o exercício das respectivas funções, bem como o montante dos compromissos em matéria de pensões de reforma referentes a antigos membros destes órgãos são apresentadas na Nota Explicativa 22.
- 40) Não existem adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização da empresa-mãe, efectuados por esta última ou por uma empresa filial.
- 41) Os diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas são apresentados na Nota Explicativa 3.
- 42) A análise das reavaliações é apresentada na Nota Explicativa 3.
- 43) Aplicando as disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28, a Empresa registou pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os activos e passivos por impostos diferidos resultantes das diferenças temporais entre o resultado contabilístico e o fiscal, bem como os derivados de prejuízos fiscais reportáveis (Nota Explicativa 26). Por este motivo, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 não são integralmente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001.

O efeito líquido dos impostos diferidos, relacionados com as diferenças acumuladas em 1 de Janeiro de 2002 no montante de Euros 7.338.016, dos quais Euros 6.827.040, relacionados com as empresas participadas, foram registados na rubrica de capital próprio "Diferenças de consolidação" e Euros 510.976, relacionados com a Mota Engil SGPS foram registados na rubrica de capital próprio "Resultados Transitados" (Nota explicativa 11).

Adicionalmente, e como consequência da reversão dos impostos diferidos registados e reportados a 1 de Janeiro de 2002 bem como das diferenças temporárias geradas durante o exercício, as quais estão essencialmente relacionados com prejuízos fiscais gerados, o Grupo registou um efeito positivo no resultado líquido, antes de interesses minoritários, no montante de Euros 4.674.848 (Nota explicativa 26).

Consequentemente, o efeito desta alteração de políticas contabilísticas provocou um aumento dos capitais próprios a 1 de Janeiro de 2002 e um aumento do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 de Euros 7.338.016 e Euros 4.674.848, respectivamente.

- 44) A análise dos resultados financeiros consolidados é apresentada na Nota Explicativa 24.
- 45) A análise dos resultados extraordinários consolidados é apresentada na Nota Explicativa 25.
- 46) O movimento ocorrido nas provisões é apresentado nas Notas Explicativas 4 a 8 e 13.
- 47) A indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira é apresentada na Nota Explicativa 14.

## **MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.**

### **Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados 31 de Dezembro de 2002**

- 48) Em 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades financeiras por letras descontadas assumidas pela participada Mota & Companhia, e não cobertas por seguro de crédito, ascendiam a Euro 2.084.521. O montante de contas a receber cedidas em “factoring” ascendia a Euro 25.117.824. Nesta mesma data, as rubricas “Dívidas de terceiros – médio e longo prazo” e “Clientes, títulos a receber” incluem, essencialmente, letras aceites pelas empresas participadas sediadas em Angola (Paviterra e ICER), nos montantes de Euro 19.540.044 e Euro 1.989.152, respectivamente. No valor acima referido respeitante a letras descontadas, Euro 241.183 correspondiam a títulos aceites por estas participadas.
- 49) Não existem outras informações exigidas por diplomas legais.
- 50) Não existem outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação, para além das apresentadas nas notas explicativas deste anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados.



## **NOTAS EXPLICATIVAS**

(Faz parte integrante do anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados)

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	Nota Explicativa	2002 Euro	2001 Euro
<b>Activo</b>			
Imobilizações incorpóreas	2	29.317.358	32.741.648
Imobilizações corpóreas	3	310.374.655	317.331.538
Investimentos financeiros	4	65.970.718	51.122.743
Dívidas de terceiros de médio e longo prazo	5	51.907.381	74.782.775
Existências	6	99.661.669	100.368.337
Dívidas de terceiros de curto prazo	7	405.197.362	431.827.826
Títulos negociáveis	8	13.932	493.984
Disponibilidades	9	23.807.345	31.997.858
Acréscimos e diferimentos activos	10	130.161.871	166.359.429
Activos por impostos diferidos	26	24.037.755	-
		<u>1.140.450.046</u>	<u>1.207.026.138</u>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	11	204.635.695	204.635.695
Acções próprias	11	(12.293.068)	(12.259.113)
Prémios de emissão	11	87.256.034	87.256.034
Diferenças de consolidação	11	(47.932.587)	(48.763.588)
Ajustamentos de conversão cambial	11	(34.715.304)	4.569.320
Reservas e resultados transitados	11	25.232.630	19.238.415
Resultado líquido do exercício		<u>19.362.252</u>	<u>19.706.215</u>
Total do Capital Próprio		<u>241.545.652</u>	<u>274.382.978</u>
<b>Interesses Minoritários</b>	12	<u>15.998.942</u>	<u>16.029.997</u>
<b>Passivo</b>			
Provisões para outros riscos e encargos	13	14.973.250	25.375.315
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	14	242.423.057	310.400.019
Dívidas a terceiros de curto prazo	15	549.428.571	484.178.619
Acréscimos e diferimentos passivos	16	64.040.212	96.659.210
Passivos por impostos diferidos	26	<u>12.040.362</u>	<u>-</u>
Total do Passivo		<u>882.905.452</u>	<u>916.613.163</u>
		<u>1.140.450.046</u>	<u>1.207.026.138</u>

Para ser lido com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e correspondentes notas explicativas

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Demonstração dos Resultados Consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	Nota Explicativa	2002 Euro	2001 Euro
<i>Proveitos Operacionais</i>			
Vendas e prestações de serviços	18	876.107.159	868.840.738
Variação da produção		8.271.673	6.322.537
Trabalhos para a própria empresa	19	14.579.981	12.455.783
Subsídios à exploração		748.521	744.132
Outros proveitos e ganhos operacionais		16.740.611	13.823.038
		<u>916.447.945</u>	<u>902.186.228</u>
<i>Custos Operacionais</i>			
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	20	163.980.294	195.860.120
Fornecimentos e serviços externos	21	470.818.444	416.056.502
Custos com pessoal	22	176.738.881	177.221.900
Amortizações	2 e 3	47.815.065	52.201.161
Provisões	23	2.383.516	2.303.370
Outros custos operacionais		6.653.180	7.231.526
		<u>678.986.370</u>	<u>644.673.579</u>
Resultado operacional		48.058.565	51.311.649
Resultado Financeiro	24	(23.565.153)	(23.736.037)
Resultado Extraordinário	25	3.548.559	2.650.604
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	5.281.709	8.472.488
		<u>22.760.262</u>	<u>21.753.728</u>
Resultado Líquido Consolidado antes de Interesses Minoritários		22.760.262	21.753.728
Interesses Minoritários	27	3.398.010	2.047.513
Resultado Líquido Consolidado do Exercício		<u>19.362.252</u>	<u>19.706.215</u>

Para ser lido com o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e correspondentes notas explicativas

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados**  
**Notas explicativas**  
**31 de Dezembro de 2002**

**Nota Introdutória**

A Mota – Engil, SGPS, S.A. (“Mota-Engil SGPS”), e empresas participadas (“Grupo”), têm como actividade principal as empreitadas de obras públicas e privadas e actividades com elas conexas.

Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em Euro, salvo se expressamente referido em contrário.

**1. Políticas Contabilísticas**

*a) Bases de apresentação*

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo (Nota Explicativa 4), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Contudo, à data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a maioria das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação estão pendentes de aprovação pelos respectivos órgãos sociais. O Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS entende que essas demonstrações financeiras serão aprovadas sem alterações significativas.

*b) Princípios de consolidação*

A consolidação das empresas referidas na Nota Explicativa 4, efectuou-se pelos métodos de integração global e proporcional, conforme aplicável. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nas empresas consolidadas pelo método de integração global, é apresentado no balanço consolidado anexo, na rubrica “Interesses minoritários” (Nota Explicativa 12). As diferenças de consolidação, decorrentes da diferença entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da respectiva proporção do capital próprio que elas representam, foram registadas no balanço consolidado no capital próprio ou i) se positivo nas imobilizações incorpóreas, ii) se negativo na rubrica de proveitos diferidos (Notas Explicativas 2, 11 e 16).

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas (Nota Explicativa 4) encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial, com excepção dos referido, os quais foram valorizados ao mais baixo do custo de aquisição, ou do valor estimado de realização.

*c) Principais critérios valorimétricos*

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

*i) Imobilizações incorpóreas*

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por despesas com aumentos de capital, organização e trespases, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período entre três e seis anos. As diferenças de consolidação são amortizadas durante um período entre cinco e vinte anos, com excepção da Lusoponte que está a ser amortizada pelo período de concessão (vinte e sete anos), e são registadas em rubricas de custos e perdas financeiras (Notas Explicativas 2 e 24).

## **MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.**

### **Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002**

#### *ii) Imobilizações corpóreas*

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais aplicáveis (Nota Explicativa 3). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, excepto quanto às taxas de amortização aplicadas ao equipamento básico da subsidiária Mota & Companhia, as quais estão indexadas à taxa de ocupação verificada no exercício, mas mantendo-se dentro dos limites legais. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6
Equipamento administrativo	4 a 10
Taras e vasilhame	3 a 6
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

As despesas incorridas pelo Grupo com grandes reparações de imobilizado são amortizadas num período que varia entre 2 e 5 anos. As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

#### *iii) Locação financeira*

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades encontram-se reflectidos no balanço consolidado, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis estimadas referidas na alínea anterior. A parcela de capital incluída nas rendas pagas relativas aos contratos de locação financeira é registada como redução daquelas responsabilidades, sendo os juros incluídos nessas rendas registados como custo financeiro do exercício a que respeitam.

As mais-valias obtidas numa operação de re-locação financeira de dois imóveis mantidos pela Mota & Companhia, estão registadas em "Proveitos diferidos" e são amortizadas ao longo do período dos contratos (Nota Explicativa 16).

#### *iv) Investimentos financeiros*

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação dos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos (Nota Explicativa 4).

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados**  
**Notas explicativas**  
**31 de Dezembro de 2002**

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado, e no caso de empréstimos concedidos ao valor nominal.

As mais e menos valias apuradas na alienação de participações financeiras encontram-se contabilizadas em resultados financeiros.

*v) Existências*

As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

*vi) Provisões para créditos de cobrança duvidosa*

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram calculadas com base na avaliação global das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

*vii) Outras aplicações de tesouraria*

As outras aplicações de tesouraria encontram-se registadas ao mais baixo do custo de aquisição, ou valor de mercado.

*viii) Especialização de exercícios*

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas Explicativas 10 e 16).

*ix) Acções próprias*

As acções próprias são registadas ao custo de aquisição, sendo as mais ou menos-valias geradas com a sua alienação registadas directamente na rubrica "Reservas livres" (Nota Explicativa 11).

*x) Pensões e complemento de pensões*

As empresas participadas Mota & Companhia e Engil assumiram em exercícios anteriores o compromisso de conceder a alguns dos seus ex-empregados prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma. Em 31 de Dezembro de 2002 estas participadas têm constituído um acréscimo de custo de, aproximadamente, Euro 4.000.000, que visa dar cobertura às responsabilidades àquela data (Nota Explicativa 16).

*xi) Reconhecimento de custos e proveitos em obras*

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método de percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados, são levadas às rubricas "Acréscimos de proveitos" (Nota Explicativa 10) ou "Proveitos diferidos" (Nota Explicativa 16). Até 30 de Junho de 2001, em algumas empresas do Grupo, este movimento era levado à rubrica de "Produtos e trabalhos em curso", passando a partir dessa data a ser contabilizado conforme acima referido.

## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

Relativamente aos contratos de prestação de serviços das Sucursais no estrangeiro, os proveitos são registados com base nos autos de medição dos trabalhos realizados, sendo as diferenças positivas ou negativas face à facturação efectuada, calculadas contrato a contrato e, apresentadas nas rubricas do balanço “Acréscimos de proveitos” (Nota Explicativa 10) ou “Proveitos diferidos” (Nota Explicativa 16).

#### *xii) Obras de construção civil e obras públicas de curta duração*

Nestes contratos de prestação de serviços o Grupo reconhece os proveitos e custos à medida que se facturam ou incorrem, respectivamente.

#### *xiii) Reconhecimento de custos e proveitos na actividade imobiliária*

As vendas da actividade imobiliária e os correspondentes custos das fracções vendidas são registados no momento em que existe expectativa, pelas condições contratuais, de que os clientes irão consumir a aquisição, isto é, quando o preço da venda está na sua quase totalidade pago, ou em que existe acordo de compra com entidades públicas relativo a planos de realojamento. A margem das vendas é ponderada pela percentagem de acabamento do imóvel, determinada pela relação entre os custos incorridos e os custos totais estimados.

#### *xiv) Trabalhos para a própria empresa*

Os trabalhos para a própria empresa correspondem basicamente a obras de construção e beneficiação, executadas pelas próprias empresas, bem como grandes reparações de equipamentos e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

#### *xv) Resultados em Agrupamentos Complementares de Empresas*

Os resultados nos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) são reconhecidos ou na proporção em que se participa nesses agrupamentos, ou através de facturação de custos e proveitos com os ACE.

#### *xvi) Sucursais no estrangeiro*

Em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações financeiras das sucursais no estrangeiro, para além da Sucursal de Moçambique da Mota & Companhia, foram integradas nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido eliminadas as transacções com elas efectuadas. As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros dessas demonstrações financeiras foram incluídas no capital próprio. A Sucursal de Moçambique da Mota & Companhia e a sucursal de Angola da Engil foram integradas ao nível das rubricas de custos e proveitos nas demonstrações financeiras destas empresas, sendo que ao nível das rubricas de balanço, o seu efeito encontra-se concentrado na rubrica de “Outros devedores”. Seguidamente apresenta-se um resumo da informação relativa às sucursais no estrangeiro:

	<u>Angola</u>	<u>Moçambique</u>	<u>Polónia</u>	<u>Hungria</u>	<u>República Checa</u>	<u>Benim</u>	<u>Chade</u>
Activos imobilizados	29.687.764	85.071	1.057.378	-	58.463	150.516	2.134.000
Activos circulantes	58.270.703	7.717.501	7.260.808	1.300.496	371.218	3.223.115	6.446.981
Acréscimos e diferimentos activos	15.770.963	1.809.199	219.255	27.494	59	3.927.994	2.394.337
Passivos	56.967.826	10.144.078	9.074.447	1.736.496	576.682	7.310.940	10.964.850

**Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados**  
**Notas explicativas**  
**31 de Dezembro de 2002**

*xvii) Activos e passivos expressos em moeda estrangeira*

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros, utilizando-se as cotações oficiais vigentes em 31 de Dezembro de 2002. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

As diferenças de câmbio favoráveis nas dívidas de médio e longo prazo foram registadas como proveito diferido (Nota Explicativa 16).

As dívidas de terceiros a médio e longo prazo, correspondentes a contas a receber de empresas participadas localizadas em países africanos, foram registadas a taxas de câmbio históricas (inferiores às taxas de câmbio à data do balanço). As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras das empresas participadas registadas pelo método de equivalência patrimonial são registadas directamente em capitais próprios.

As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira foram convertidas para Euros, através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Histórica:	para as rubricas do capital próprio, com excepção do resultado do ano;
Vigente no final do ano:	para a totalidade dos activos e passivos;
Média:	para a demonstração dos resultados do ano.

As diferenças de câmbio originadas nesta conversão, foram incluídas no capital próprio na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial".

Tendo em conta o fim da paridade entre o Peso Argentino e o Dólar dos EUA, bem como a instabilidade (social, política e económico-financeira) então gerada naquele país, com a consequente perda de valor comercial do Peso Argentino, procedeu-se à conversão do património da sua subsidiária com sede na Argentina (Herso), tendo a consequente desvalorização integral sido registada em "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota Explicativa 11).

*xviii) Impostos diferidos*

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação, tendo sido aplicada no exercício de 2002 a Directriz Contabilística nº 28 (Notas explicativas 11 e 26).

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura. (Nota Explicativa 26).



# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### xix) Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em “factoring” à data de balanço, estão evidenciadas pelo seu valor nominal, como dedução às correspondentes rubricas do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério da especialização do exercício (Nota 48 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados).

### 2. Imobilizações incorpóreas

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido no valor de custo ou reavaliado das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<i>Valor Bruto:</i>					
Despesas de instalação	15.546.781	237.890	(168.099)	(3.996.186)	11.620.386
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.138.164	477.171	-	(419.219)	2.196.116
Propriedade industrial e outros direitos	750.393	119.951	-	(123.569)	746.775
Trespases	202.109	-	-	(9.981)	192.128
Imobilizações em curso	248.748	1.323.173	-	(126.222)	1.445.699
Adiantamento por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	-	-
Diferenças de consolidação	31.940.288	4.487.360	-	(5.961.190)	30.466.458
	<u>50.826.483</u>	<u>6.645.545</u>	<u>(168.099)</u>	<u>(10.636.367)</u>	<u>46.667.562</u>
<i>Amortizações Acumuladas:</i>					
Despesas de instalação	(13.081.441)	(538.732)	105.906	2.739.930	(10.774.337)
Despesas de investigação e desenvolvimento	(1.182.346)	(221.872)	-	(230.333)	(1.634.551)
Propriedade industrial e outros direitos	(269.719)	(62.422)	-	52.732	(279.409)
Trespases	(192.595)	(31.063)	-	40.259	(183.399)
Diferenças de consolidação	(3.358.734)	(1.689.678)	-	569.904	(4.478.508)
	<u>(18.084.835)</u>	<u>(2.543.767)</u>	<u>105.906</u>	<u>3.172.492</u>	<u>(17.350.204)</u>
	<u>32.741.648</u>	<u>4.101.778</u>	<u>(62.193)</u>	<u>(7.463.875)</u>	<u>29.317.358</u>

Os valores inscritos na coluna de transferências e abates do valor bruto do imobilizado, incluem os movimentos decorrentes da alteração no perímetro da consolidação e o efeito da variação cambial, nos montantes negativos de Euro 10.499.861 e de Euro 17.060, respectivamente. Os valores correspondentes no mapa de movimentos das amortizações acumuladas ascendem a Euro 3.044.344 e Euro 8.702.

O Grupo tem vindo a registar nas rubricas de “Despesas de instalação”, “Despesas de investigação e desenvolvimento” e “Propriedade industrial e outros direitos” as seguintes naturezas de custo que, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, apresentavam os seguintes saldos:

	31.12.02	31.12.01
<i>Despesas de instalação:</i>		
Despesas incorridas com aumentos de capital e organização	11.620.386	15.546.781
Amortizações acumuladas	(10.774.337)	(13.081.441)
	<u>846.049</u>	<u>2.465.340</u>
<i>Despesas de investigação e desenvolvimento:</i>		
Estudos e projectos	2.196.116	2.138.164
Amortizações acumuladas	(1.634.551)	(1.182.346)
	<u>561.565</u>	<u>955.818</u>
<i>Propriedade industrial e outros direitos:</i>		
Direitos e licenciamentos	746.775	750.393
Amortizações acumuladas	(279.409)	(269.719)
	<u>467.366</u>	<u>480.674</u>

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

Os saldos apresentados na rubrica “Diferenças de consolidação”, correspondem às diferenças positivas entre o custo de aquisição das partes de capital e a proporção dos respectivos capitais próprios à data de compra, sendo amortizadas no período estimado de recuperação dos investimentos actualmente compreendido entre 5 e 20 anos (27 anos no caso da diferença gerada na Lusoponte e que corresponde ao período da concessão). Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Sol-S	6.821.760	(1.114.330)	5.707.430
Aurimove	83.242	(16.648)	66.594
Mota-Viso	19.900	(3.980)	15.920
Maprel	526.637	(105.327)	421.310
Suma	3.404.209	(356.743)	3.047.466
Marfil	217.132	(217.132)	-
Geogranitos	3.030.068	(454.510)	2.575.558
Sonauta	898.979	(89.898)	809.081
KPRD	4.245.398	(729.470)	3.515.928
PBM	218.044	(21.805)	196.239
Correia & Correia	175.622	(13.171)	162.451
Armando Duarte	272.977	(40.947)	232.030
Ornamag	1.865.878	(251.088)	1.614.790
Timoz	541.221	(81.183)	460.038
Metalruda	2.344.994	(351.749)	1.993.245
Manvia	497.747	(49.775)	447.972
Martifer	1.160.816	(232.163)	928.653
Maprel Nelas	526.700	(105.340)	421.360
Lusoponte	2.813.997	(104.222)	2.709.775
Icil-Icafal	801.137	(139.027)	662.110
	<u>30.466.458</u>	<u>(4.478.508)</u>	<u>25.987.950</u>

O aumento na rubrica “Diferenças de consolidação”, resulta de diferenças positivas geradas no exercício de 2002 entre o custo de aquisição de partes de capital e a proporção dos respectivos capitais próprios à data de compra dessas partes de capital, como se segue:

Icil-Icafal	212.004
Lusoponte	2.813.997
Maprel Nelas	526.700
Ornamag	304.880
Aurimove	83.242
Mota Viso	19.900
Maprel	526.637
	<u>4.487.360</u>

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### 3. Imobilizações Corpóreas

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido no valor de custo ou reavaliado das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transferências	Saldo Final
<i>Valor Bruto:</i>					
Terrenos e recursos naturais	33.358.957	22.287	-	3.367	33.384.611
Edifícios e outras construções	96.283.393	4.023.301	(1.496.233)	7.940.851	106.751.312
Equipamento básico	297.589.143	35.542.417	(21.529.993)	(12.414.022)	299.187.545
Equipamento de transporte	127.824.341	21.054.785	(9.055.447)	(2.006.559)	137.817.120
Ferramentas e utensílios	10.182.237	946.076	(1.016.795)	(1.111.601)	8.999.917
Equipamento administrativo	30.998.104	4.479.704	(2.761.468)	(3.964.404)	28.751.936
Taras e vasilhame	2.617.092	647.496	(82.519)	-	3.182.069
Outras imobilizações corpóreas	1.078.687	176.858	(5.029)	(138.050)	1.112.466
Imobilizações em curso	47.514.086	11.584.357	-	(38.134.326)	20.964.117
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	4.100.020	5.683.125	-	(4.100.020)	5.683.125
	<u>651.546.060</u>	<u>84.160.406</u>	<u>(35.947.484)</u>	<u>(53.924.764)</u>	<u>645.834.218</u>
<i>Amortizações Acumuladas:</i>					
Terrenos e recursos naturais	-	(3.438)	-	-	(3.438)
Edifícios e outras construções	(26.198.984)	(3.741.329)	792.188	901.047	(28.247.078)
Equipamento básico	(193.534.227)	(26.210.662)	17.411.284	9.686.188	(192.647.417)
Equipamento de transporte	(84.459.618)	(12.448.377)	7.361.225	3.049.314	(86.497.456)
Ferramentas e utensílios	(6.372.268)	(1.004.233)	867.665	182.872	(6.325.964)
Equipamento administrativo	(21.505.669)	(2.958.487)	2.427.277	2.855.451	(19.181.428)
Taras e vasilhame	(1.486.552)	(485.510)	63.381	-	(1.908.681)
Outras imobilizações corpóreas	(657.204)	(108.940)	4.924	113.119	(648.101)
	<u>(334.214.522)</u>	<u>(46.960.976)</u>	<u>28.927.944</u>	<u>16.787.991</u>	<u>(335.459.563)</u>
	<u>317.331.538</u>	<u>37.199.430</u>	<u>(7.019.540)</u>	<u>(37.136.773)</u>	<u>310.374.655</u>

Os valores inscritos na coluna de transferências e abates do valor bruto do imobilizado, incluem os movimentos decorrentes da alteração no perímetro da consolidação e o efeito da variação cambial, nos montantes negativos de Euro 37.274.652 e de Euro 13.834.289, respectivamente. Os valores correspondentes no mapa de movimentos das amortizações acumuladas ascendem a Euro 9.633.794 e Euro 7.154.198, respectivamente.

O Grupo procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro.

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas reavaliadas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2002, líquidos de amortizações, é o seguinte:

	<b>Custos históricos</b>	<b>Reavaliação</b>	<b>Valores contabilísticos reavaliados</b>
<i>Imobilizações corpóreas</i>			
Terrenos e recursos naturais	28.849.489	4.531.684	33.381.173
Edifícios e outras construções	74.906.646	3.597.588	78.504.234
Equipamento básico	105.707.338	832.790	106.540.128
Equipamento de transporte	51.058.772	260.892	51.319.664
Ferramentas e utensílios	2.673.298	655	2.673.953
Equipamento administrativo	9.363.709	206.799	9.570.508
Taras e vasilhame	1.273.388	-	1.273.388
Outras imobilizações corpóreas	463.752	613	464.365
	<b>274.296.392</b>	<b>9.431.021</b>	<b>283.727.413</b>

Uma parte (40%) do incremento decorrente das reavaliações não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 encontravam-se no estrangeiro, nomeadamente em sucursais, as seguintes imobilizações corpóreas propriedade da Mota & Companhia e da Engil:

	<b>31.12.02</b>	<b>31.12.01</b>
Angola	33.148.344	26.125.867
Benim	2.619.808	3.249.717
Bulgária	2.111	3.118
Cabo Verde	-	612
Chade	8.036.463	-
Gana	201.837	1.858.112
Malawi	1.423.541	2.410.605
Moçambique	538.385	1.021.461
Polónia	4.136.871	2.294.630
República Checa	10.170	17.994
	<b>50.117.530</b>	<b>36.982.116</b>

### 4. Investimentos Financeiros

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido no valor de custo ou reavaliado dos investimentos financeiros, bem como nas respectivas provisões acumuladas foi o seguinte:

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Alienações</b>	<b>Transferências e abates</b>	<b>Saldo Final</b>
<i>Valor Bruto:</i>					
Partes de capital em empresas do grupo	7.814.713	4.743.580	(95.839)	3.762.180	16.224.634
Empréstimos a empresas do grupo	933.586	243.334	-	(29.240)	1.147.680
Partes de capital em empresas associadas	5.387.320	738.013	(278.362)	2.241.736	8.088.707
Empréstimos a empresas associadas	2.211.459	1.464.123	-	1.182.361	4.857.943
Partes de capital em outras empresas participadas	5.679.390	15.749	-	(1.225.336)	4.469.803
Empréstimos a outras empresas participadas	3.310.792	-	-	(1.037.140)	2.273.652
Títulos e outras aplicações financeiras	23.182.133	7.186.596	-	(897.631)	29.471.098
Outros empréstimos concedidos	3.063.656	-	-	(3.063.656)	-
Imobilizações em curso	3.402	-	-	272.687	276.089
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	822.390	-	-	(97.156)	725.234
	<b>52.408.841</b>	<b>14.391.395</b>	<b>(374.201)</b>	<b>1.108.805</b>	<b>67.534.840</b>
<i>Amortizações e Provisões Acumuladas:</i>					
Partes de capital em empresas associadas	(5.248)	-	-	-	(5.248)
Títulos e outras aplicações financeiras	(1.280.850)	(278.024)	-	-	(1.558.874)
	<b>(1.286.098)</b>	<b>(278.024)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.564.122)</b>
	<b>51.122.743</b>	<b>14.113.371</b>	<b>(374.201)</b>	<b>1.108.805</b>	<b>65.970.718</b>

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

Incluído em transferências encontram-se o montante de Euro 4.997.145 e o montante negativo de Euro 193.048 relativo a alterações no perímetro de consolidação, e à apropriação do resultado das empresas registadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota Explicativa 24), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os saldos das rubricas incluídas em investimentos financeiros, compõem-se como segue:

	31.12.02	31.12.01
<i>Partes de capital em empresas do grupo</i>		
SGA	2.444.642	2.391.962
Sonauta	1.658.187	1.064.645
PBM	930.370	1.030.535
Metroepszolg	1.107.287	937.455
Engil JCA	329.207	329.207
Sols-e-Invest	-	250.002
Turalgo	248.203	248.203
Engil Tâmega ACE	199.519	199.519
Manvia	-	101.643
Sol-S Internacional	-	160.468
M-Invest	593.291	140.975
Corgimobil	105.436	105.436
Holdinorte	73.573	75.373
EMASA	71.544	71.544
Engil – Moçambique	-	95.839
Moravian	84.988	63.285
Solmaster	29.738	49.995
EMSA	51.731	44.894
Sol-S	1.450.451	-
CPTP	6.694.093	-
Outras	152.374	453.733
	<u>16.224.634</u>	<u>7.814.713</u>
<i>Empréstimos a empresas do grupo</i>		
PBM	802.254	831.487
Corgimobil	243.334	-
Cogamo	43.059	43.061
Matiprel	42.398	42.398
Fibreglass	13.904	13.906
Turalgo	2.731	2.734
	<u>1.147.680</u>	<u>933.586</u>
<i>Partes de capital em empresas associadas</i>		
Auto-Sueco Angola	1.347.845	1.437.515
Asinter	111.459	-
Ecodetra	1.153.202	1.141.554
HE70	2.072.330	-
Tratofoz	663.300	-
Vortal	1.094.136	1.094.136
PAN	506.392	506.392
Soprocil	421.523	400.964
Revigesso	-	278.362
Cimertex & Ca	156.109	152.672
Ambilital	97.437	-
Cecime	249.400	-
Outras	215.574	375.725
	<u>8.088.707</u>	<u>5.387.320</u>
<i>Empréstimos a empresas associadas</i>		
Aenor	1.838.550	816.648
Empresa Agrícola	860.352	860.352
Intercon	1.405.570	-
Fabrifis	206.250	206.250
Operadora Lusoscut BLA	435.323	-
Indáqua	105.000	328.209
Outros	6.898	-
	<u>4.857.943</u>	<u>2.211.459</u>

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

	31.12.02	31.12.01
<i>Partes de capital em outras empresas participadas</i>		
Icil-Icafal	1.411.401	1.239.313
MTS – Metro Transportes do Sul	904.400	-
Lusoponte	1.140.129	3.457.852
Iberfibran	375.000	374.999
Cerâmica de Boialvo, Lda	319.343	319.343
Outros	319.530	287.883
	<b>4.469.803</b>	<b>5.679.390</b>
<i>Empréstimos a empresas participadas</i>		
Lusoponte	1.934.502	1.934.502
MTS-Metro, Transportes do Sul	339.150	-
Lusoscut CP	-	1.238.750
Outros	-	137.540
	<b>2.273.652</b>	<b>3.310.792</b>
<i>Títulos e outras aplicações financeiras</i>		
Investimentos em imóveis	11.696.048	11.697.584
Lusoponte	4.828.862	4.828.862
Aenor	3.816.970	2.657.238
Dependências em países africanos	1.144.584	1.213.411
Lusoscut BLA	2.396.883	958.234
Lusoscut CP	3.991.696	836.351
Lusoscut GP	1.432.870	-
Intercon	-	663.611
MTS – Metro Transportes do Sul	113.050	-
Outros investimentos	50.135	326.842
	<b>29.471.098</b>	<b>23.182.133</b>
<i>Adiantamentos por conta de investimentos financeiros</i>		
Terriminas	578.403	551.510
Tratofoz	-	221.000
Parque Ambiental Nortinho	96.951	-
Paínhas & Paínhas	49.880	49.880
	<b>725.234</b>	<b>822.390</b>

### Empresas incluídas na consolidação pelo método integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, proporção do capital detido, actividade, data de constituição e data de aquisição das participações financeiras, são as seguintes:

	Sede	Percentagem efectiva da participação	Actividade	Data de constituição	Data de aquisição
Mota Engil, SGPS, S.A., sociedade aberta	Porto	-	SGPS	Agosto 90	-
Aurimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda. ("Aurimove")	Porto	100,00%	Imobiliária	Dezembro 93	-
Através da Mota & Companhia		63,80%			
Através da MEIT		36,20%			
Calçadas do Douro - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Calçadas do Douro")	Porto	100,00%	Imobiliária		Setembro 00
Através da MEIT		100,00%			
Duartimove – Util., Equipamentos e Investimentos imobiliários, Lda. ("Duartimove")	Lisboa	100,00%	Imobiliária	-	Outubro 01
Através da MEIT		50,00%			
Através da Mota & Companhia		50,00%			
Edifício Mota - Viso – Soc. Imobiliária, Lda. ("Mota Viso")	Porto	100,00%	Imobiliária	Junho 94	-
Através da Mota & Companhia		75,00%			
Através da MEIT		25,00%			
Emocil – Empresa Moçambicana de Construção Imobiliária ("Emocil")	Maputo (Moçambique)	75,00%	Imobiliária	Julho 94	-
Através do Mota & Companhia		75,00%			
Engil – Sociedade de Construção Civil, S.A. ("Engil")	Linda-a-Velha	100,00%	Execução de obras e compra e venda de imóveis	Setembro 52	Agosto 90 Julho 96

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados

### Notas explicativas

### 31 de Dezembro de 2002

	<u>Sede</u>	<u>Percentagem efectiva da participação</u>	<u>Actividade</u>	<u>Data de constituição</u>	<u>Data de aquisição</u>
Engil Investimentos – SGPS, S.A. ("Engil Investimentos")	Linda-a-Velha	100,00%	SGPS	Junho 97	-
Engil III – Investimentos Internacionais e Construção, S.A. ("Engil III") Através da Engil	Funchal	100,00% 100,00%	Gestão de participações financeiras	Agosto 97	-
Engil 4i – SGPS, S.A. ("Engil 4i") Através da Engil	Porto	100,00% 100,00%	SGPS	Dezembro 02	-
EM - Edifícios Modernos , Construções, S.A. ("EM") Através Engil Através Martifer	Oliveira de Frades	75,00% 50,00% 25,00%	Construção edifícios metálicos	Maio 99	-
Ferrovias e Construções, S.A. ("Ferrovias")	Linda-a-Velha	100,00%	Construção e manutenção de caminhos de ferro	Abril 88	Setembro 94
Geogranitos – Pedreiras de Amarante, Lda. ("Geogranitos") Através da Mota & Companhia	Amarante	100,00% 100,00%	Construção e exploração de pedreiras	Abril 88	Março 90 Junho 00 Dezembro 00
Gerco – Sociedade de Engenharia Electrotécnica, S.A. ("Gerco")	Lisboa	99,95%	Execução de instalações eléctricas	Junho 84	Agosto 90 Maio 94 Setembro 94 Março 95 Dezembro 95
Herso- Obras Civiles y Ferroviárias, S.A. ("Herso") Através da Engil III Através da Ferrovias	Buenos Aires (Argentina)	95,70% 87,84% 7,86%	Construção e manutenção de caminhos de ferro	Julho 92	Novembro 97 Abril 98
Imoengil – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Imoengil") Através da Engil	Matosinhos	100,00% 100,00%	Imobiliária	Janeiro 34	Setembro 91 Março 93 Maio 97
KPRD – Krakowskie Przedsiębiorstwo Robót Drogowych, S.A. ("KPRD") Através da Tabella Holding	Cracóvia (Polónia)	100,00% 100,00%	Execução de obras	Fevereiro 53	Março 99
Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda. ("Largo do Paço") Através da MEIT Através da Mota & Companhia	Amarante	100,00% 95,00% 5,00%	Imobiliária	-	Outubro 01
Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações, Lda. ("Manvia") Através da Engil	Lisboa	100% 100%	Manutenção e exploração de instalações		Junho 98
Maprel – Empresa de Pavimentos e Materiais Pré-esforçados, Lda ("Maprel") Por via directa Através da Mota & Companhia	Vila Nova de Gaia	100,00% 25,10% 74,90%	Fabrico de materiais pré-esforçados	Janeiro 60	Fevereiro 87
Maprel - Nelas, Indústria de Pré- Fabricados, S.A. ("Maprel Nelas") Através da Maprel Através da Mota & Companhia	Porto	97,00% 96,00% 1,00%	Fabrico de materiais pré-esforçados	Janeiro 01	-
Mário Pires & Fiúza, Lda. - Marfil ("Marfil") Através da Mota & Companhia	Ponte de Lima	51,19% 51,19%	Execução de obras	Dezembro 64	Fevereiro 97
Martifer – Construções Metalomecânicas, S.A. ("Martifer")	Oliveira de Frades	50,00%	Execução e montagem de estruturas metálicas	Fevereiro 90	Junho 98 Fevereiro 99
Martifer - Alumínios ,S.A. ("Martifer Alumínios") Através da Martifer	Oliveira de Frades	27,50% 27,50%	Caixilharias	Outubro 90	Abril 99
Martifer Construcciones Metalicas España, S.A. ("Martifer Espanha") Através da Martifer	Valência (Espanha)	50,00% 50,00%	Projecto, execução e montagem de estruturas metálicas	Novembro 99	-
Martins & Coutinho, Construções em Aço Inox, Lda. ("Martins & Coutinho") Através da Martifer	Oliveira de Frades	37,50% 37,50%	Construções em aço inox	Abril 96	Agosto 98 Outubro 98 Dezembro 98
Metalruda – Construções Metálicas, S.A. ("Metalruda") Através da Martifer	Arruda dos Vinhos	50,00% 50,00%	Execução e montagem de estruturas metálicas	Março 79	Junho 99
Mil e Sessenta – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Mil e Sessenta") Através da MEIT	Porto	100,00% 100,00%	Imobiliária	-	Julho 01
Mota & Companhia, S.A. ("Mota & Companhia")	Amarante	100,00%	Execução de obras e compra e venda de imóveis	-	Dezembro 00

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados

### Notas explicativas

### 31 de Dezembro de 2002

	<b>Sede</b>	<b>Percentagem efectiva da participação</b>	<b>Actividade</b>	<b>Data de constituição</b>	<b>Data de aquisição</b>
Mota Engil – Imobiliário e Turismo, S.A. ("MEIT")	Porto	100,00%	Gestão de participações financeiras	Setembro 01	-
Mota Engil - Internacional, Comércio Internacional e Serviços, S.A. ("MEI")	Porto	100,00%	Gestão de participações financeiras	Maio 02	-
MESP- Mota Engil , Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("MESP")	Porto	100,00%	Serviços Administrativos	Dezembro 02	-
Motadómus, Lda. ("Motadómus") Através da Aurimove	Porto	95,00% 95,00%	Imobiliária	Dezembro 96	Dezembro 00
Mota Hungária, Rt (" Mota Hungária") Através da MEI	Budapeste (Hungria)	100,00% 100,00%	Execução de obras públicas	Janeiro 96	-
Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda ("Mota Internacional") Através da Mota & Companhia	Funchal	100,00% 100,00%	Gestão de participações financeiras	Setembro 97	Dezembro 98
Mota Keystone Construction, LLC ("MKC") Através da MEI	Miami (EUA)	50,50% 50,50%	Imobiliária	Março 02	-
Planinova – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Planinova") Através da MEIT	Porto	100,00% 100,00%	Imobiliária	Dezembro 00	-
Prefal – Préfabricados de Luanda, Lda. ("Prefal") Através da Mota Internacional Através da Maprel	Luanda (Angola)	90,00% 70,00% 20,90%	Fabrico de materiais pré-esforçados	Dezembro 93	-
Qualibetão – Comercialização de Betões, Lda. ("Qualibetão") Através da Engil Por via directa	Porto Alto	100,00% 70,00% 30,00%	Fabrico e comercialização de betão de cimento e betuminoso	Julho 96	-
Rentaco – Equipamentos de Construção, Lda. ("Rentaco") Através da Engil Através da Qualibetão	Porto Alto	100,00% 70,00% 30,00%	Aluguer de equipamentos de construção	Setembro 89	Julho 96
RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A. ("RTA") Através da Mota & Companhia Através da MEI	Amarante	86,94% 43,47% 43,47%	Imobiliário e turismo	-	Maio 00 Dezembro 01
Sedengil – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Sedengil") Através da Engil Através da Imoengil	Matosinhos	100,00% 70,00% 30,00%	Imobiliária	Outubro 82	Maio 95 Maio 97 Agosto 97
Sefimota Stavebni, AS ("Sefimota") Através Mota & Companhia	Praga (R. Checa)	80,00% 80,00%	Construção civil e obras públicas	Janeiro 97	-
Serurb – Serviços Urbanos, Lda. ("Serurb") Através da Engil Através da Engil Investimentos	V.N. Famalicão	61,50% 11,50% 50,00%	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Julho 92	Julho 92 Maio 98
Serurb (Matosinhos) Serviços Urbanos, S.A. ("Serurb Matosinhos") Através Serurb Através Engil	Matosinhos	61,89% 60,89% 1,00%	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dezembro 00	-
Serurb (Douro) Serviços Urbanos, Lda. ("Serurb Douro") Através Serurb Através Engil	Murça	65,35% 55,35% 10,00%	Recolha de resíduos sólidos urbanos	Dezembro 00	-
Siltei - Aluguer de Máquinas e Equipamentos, S.A. ("Siltei") Através da Geogranitos	Amarante	100,00% 100,00%	Aluguer de equipamento de transporte	-	-
Suma – Serviços Urbanos Meio Ambiente, S.A. ("Suma") Através da Mota & Companhia Através da Tracevia	Lisboa	61,25% 60,41% 0,84%	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	-
Tabella Holding, BV ("Tabella") Através da Mota & Companhia	Amesterdão (Holanda)	100,00% 100,00%	Gestão de Participações financeiras	Novembro 98	-
Tecnocarril – Sociedade de Serviços Industriais e Ferroviários, Lda. ("Tecnocarril") Por via directa Através da Ferrovias	Entroncamento	100,00% 15,00% 85,00%	Tratamento de madeira para uso ferroviário	Janeiro 94	Setembro 94
Tracevia – Sinalização Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia") Através da Mota & Companhia	Sintra	77,50% 77,50%	Sinalização e gestão de tráfego	Junho 80	Outubro 84
Transportes Lei, S.A. ("Translei") Através da Engil III Através da Mota & Companhia	Lima (Perú)	100,00% 55,00% 45,00%	Industria da construção e actividades complementares	Setembro 86	Junho 98 Junho 99
Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A. ("Vibeiras") Através da Engil Investimentos	Torres Novas	66,67% 66,67%	Espaços verdes	Julho 88	Outubro 98



# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

É de referir que no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 são incluídas pela primeira vez no perímetro de consolidação do Grupo Mota-Engil pelo método integral as empresas Maprel Nelas, Largo do Paço, MEI, MESP e Engil 4I.

### *Empresas do Grupo excluídas da consolidação*

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo não consolidadas pelo método de consolidação integral (dado não terem actividade ou serem imateriais, individualmente e no seu conjunto, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo, conforme o estipulado no nº1 do Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho), encontram-se registadas na rubrica “Partes de capital em empresas do grupo”, ao respectivo custo de aquisição, sendo as suas respectivas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2002, as seguintes:

Designação	País	Percentagem Efectiva da Participação
Cogamo-Constructions Gabonaises, Mota, S.A. (“Cogamo”)	Portugal	51,30
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda. (“Corgimobil”)	Portugal	70,42
EMASA, Lda. (“EMASA”)	Angola	95,00
Engil – Construtora do Tâmega, ACE, S.A. (“Engil Tâmega ACE”)	Portugal	53,00
Engil, S.A. – Bau, GmbH (“Engil Bau”)	Alemanha	100,00
Engil JCA - Construção Civil e Obras Públicas, Lda. (“Engil JCA”)	Portugal	60,00
Fibreglass Sundlete, Lda. (“Fibreglass”)	Mocambique	100,00
Holdinorte - Sociedade Imobiliária do Norte, Lda. (“Holdinorte”)	Portugal	67,00
Matiprel – Materiais Pré-Esforçados, Lda. (“Matiprel”)	Portugal	70,00
Mota Maurícias, Lda. (“Mota Maurícias”)	Maurícias	100,00
Mota Real Estate, sro (“Mota Real Estate”)	Rep. Checa	100,00
Serurb Esposende – Serviços Urbanos, Lda.	Portugal	100,00
Tratofoz - Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. (“Tratofoz”)	Portugal	67,00
Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A. (“Turalgo”)	Portugal	51,00
Venimove – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda. (“Venimove”)	Portugal	100,00

### *Empresas do Grupo e Associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial*

As empresas do grupo e associadas incluídas na consolidação pela aplicação do método da equivalência patrimonial, suas respectivas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2002, são as seguintes:

Designação	País	Percentagem Efectiva da Participação
Alto de Espinho – Energia Eólica Unipessoal, Lda. (“Alto Espinho”)	Portugal	50,00
Armando Duarte, Lda. (“Armando Duarte”)	Portugal	100,00
Ambilital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM. (“Ambilital”)	Portugal	30,13
Asinter – Comércio Internacional, Lda. (“Asinter”)	Portugal	30,00
Auto Sueco Angola, S.A. (“Auto Sueco Angola”)	Angola	25,50
HE70 – Energias Renováveis Reunidas, SGPS, S.A. (“HE70”)	Portugal	50,00
Cimertex Angola – Sociedade de Máquinas e Equipamentos, Lda. (“Cimertex Angola”)	Angola	44,90
Cimertex & Companhia- Comércio Equipamentos e Serviços Técnicos, Lda. (“Cimertex & Companhia”)	Portugal	50,00
Citrup – Centro Integrado de Resíduos, Lda. (“Citrup”)	Portugal	15,37
Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A. (“CPTP”)	Portugal	90,40
Dirac – Soluções de Engenharia e Informática, Lda. (“Dirac”)	Portugal	48,00
Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, S.A. (“Empresa Agrícola”)	Portugal	44,70
EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, S.A. (“EMSA”)	Portugal	100,00
Fabritubo - Tubos Pressocentrífugados de Betão, Lda. (“Fabritubo”)	Portugal	50,00
Ferrovias Brasil, Lda. (“Ferrovias Brasil”)	Brasil	100,00
Hidroeléctrica de Fagilde, Lda. (“Fagilde”)	Portugal	50,00
Hidroeléctrica de Fraga, Unipessoal Lda. (“Fraga”)	Portugal	50,00
Hidroeléctrica de Penacova, Lda. (“Penacova”)	Portugal	50,00
Hidroeléctrica de Pinhel, Lda. (“Pinhel”)	Portugal	35,00
Hidroeléctrica de Rabaçal - Ponte, Lda. (“Rabaçal”)	Portugal	33,00
Icil – Icafal, S.A. (“Icil-Icafal”)	Chile	17,64
Indáqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A. (“Indáqua”)	Portugal	28,00
Indáqua Fafe – Gestão de Águas de Fafe, S.A. (“Indáqua Fafe”)	Portugal	27,96
Indáqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. (“Indáqua Feira”)	Portugal	20,04
Indáqua Santo Tirso – Gestão de Águas de Santo Tirso, S.A.	Portugal	28,00
Inovia, Serviços Ferroviários ACE, AS	Portugal	33,00
Lusoponte – Concessionária para a Travessia Tejo, S.A. (“Lusoponte”)	Portugal	13,83
Metroepszolg, RT (“Metroepszolg”)	Hungria	99,77
Moravian Partner Constructors, sro (“Moravian”)	Rep. Checa	64,00
M-Invest Neklanova, sro (“M-Invest Neklanova”)	Rep. Checa	84,00
M-Invest, sro (“M-Invest”)	Rep. Checa	92,00
Netmaster – Tecnologias de Informação, Lda. (“Netmaster”)	Portugal	60,00

## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

Designação	País	Percentagem Efectiva da Participação
Ornamag – Mármore e Granitos Ornamentais, S.A. ("Ornamag")	Portugal	100,00
Parquegil- Planeamento e Gestão de Estacionamento, S.A. ("Parquegil")	Portugal	50,00
PBM-Lubartow ("PBM")	Polónia	100,00
SGA – Sociedade do Golfe de Amarante, S.A. ("SGA")	Portugal	85,64
Solmaster-Tecnologias de Informação, S.A. ("Solmaster")	Portugal	60,00
SOL- S e SOLSUNI- Tecnologias de Informação, S.A. (Sol-S e Solsuni)	Portugal	60,00
Sol-S Internacional, Tecnologias de Informação S.A. ("Sol-S Internacional")	Portugal	60,00
Sonauta-Sociedade de Navegação, Lda. ("Sonauta")	Angola	83,00
Somafel e Ferrovias, ACE ("Somafel – Ferrovias, ACE")	Portugal	40,00
Soprocil – Sociedade de Projectos e Construções Cíveis, S.A. ("Soprocil")	Portugal	24,70
Timoz – Transformadora Industrial de Mármore de Estremoz, Lda. ("Timoz")	Portugal	100,00

As participações nas empresas Armando Duarte, Ornamag e Timoz foram consolidadas em 2001 pelo método da integração global. Dado ser intenção do Conselho de Administração rever o seu posicionamento estratégico nesta área de negócios, estando incluída a possibilidade de alienação, estas empresas foram consolidadas no exercício de 2002 pelo método da equivalência patrimonial reportado a 31 de Dezembro de 2001, não tendo sido apropriado o resultado líquido de 2002 destas associadas, cujo efeito líquido ascende a, aproximadamente, Euro 15.000. Incluído em provisões para outros riscos e encargos encontra-se registada uma provisão no montante de Euro 865.169 para fazer face aos capitais próprios negativos destas associadas.

Em relação às empresas que constituem o Grupo Sol-S (Sol-S, Solmaster, Netmaster e Dirac) as mesmas foram incluídas no exercício de consolidação de 2001 pelo método de integração global. Face ao processo de reestruturação que ocorreu durante 2002 nestas participadas que se substanciou na fusão por incorporação da Sol-Shop, Solsuni, Devweb, Infomania e Solsoft na Sol-S, e em virtude de ser intenção do Conselho de Administração rever o seu posicionamento estratégico na área de negócio das novas tecnologias, estas participações financeiras foram incluídas no exercício de consolidação de 2002 pelo método da equivalência patrimonial.

A Lusoponte foi incluída na consolidação pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

#### *Participações materialmente irrelevantes em empresas associadas*

Os investimentos financeiros em empresas associadas cujas participações são materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação, bem como a proporção do capital detido nestas empresas (empresas sem actividade e/ou sem informação disponível em 31 de Dezembro de 2002), são como segue:

Designação	País	Percentagem Efectiva da Participação
Ecodetra – Sociedade de Tratamento e Deposição de Resíduos, S.A. ("Ecodetra")	Portugal	49,00
Mota Cheong Kong – Construções e Investimentos, Lda. ("Mota Cheong Kong")	China	40,00
Socibil, SARL ("Socibil")	Angola	30,00
Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	Portugal	22,50

Estes investimentos financeiros estão registados ao custo de aquisição o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### Empresas consolidadas pelo método proporcional

As empresas consolidadas pelo método de consolidação proporcional, suas respectivas sedes e a proporção de capital detido são como segue:

	<u>Sede</u>	<u>Percentagem efectiva da participação</u>	<u>Actividade</u>	<u>Data de constituição</u>	<u>Data de aquisição</u>
Correia & Correia, Lda. ("Correia & Correia") Através da Enviroil	Sertã	34,00%	Comércio e recolha de óleos usados	Setembro 88	Fevereiro 00
Empresa de Terraplenagem e Pavimentações – Paviterra, SARL (Angola) ("Paviterra") (Angola) Luanda Através de Mota Internacional	Luanda (Angola)	49,00%	Execução de obras	Novembro 80	-
Enviroil – Resíduos e Energia, Lda. ("Enviroil") Através da Engil Investimentos	Matosinhos	42,50%	Comércio e recolha de resíduos industriais	Novembro 97	-
Fabrifis – Serviços Siderúrgicos, S.A. ("Fabrifis") Através da Martifer	Oliveira de Frades	25,00%	Comercialização e serviços siderúrgicos	Maio 99	-
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer") Através da Mota & Companhia	Luanda (Angola)	50,00%	Indústria cerâmica	Novembro 91	-
Probigalp Ligantes Betuminosos, S.A. ("Probigalp") Através da Mota & Companhia	Amarante	25,00%	Fabrico de produtos betuminosos	Abril 98	-
Probisa Portuguesa - Construção e Obras Públicas, S.A. ("Probisa") Através da Mota & Companhia	Amarante	50,00%	Construção	Janeiro 86	-

Nestas empresas, a gestão é partilhada com os outros accionistas, pelo que se considera ser o método de consolidação proporcional aquele que melhor representa o efeito da actividade destas empresas nas demonstrações financeiras do Grupo.

### Participações não inferiores a 10% em empresas não mencionadas anteriormente

As empresas não mencionadas nas notas anteriores, registadas ao custo de aquisição, percentagem de participação, e suas respectivas sedes, são conforme segue:

<u>Designação</u>	<u>País</u>	<u>Percentagem Efectiva da Participação</u>
Aenor – Auto-Estradas do Norte, S.A. ("Aenor")	Portugal	32,42
Imosines – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Imosines")	Portugal	10,61
Lusoscut – Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A. ("Lusoscut CP")	Portugal	32,79
Lusoscut – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A. ("Lusoscut BLA")	Portugal	32,79
Lusoscut – Auto Estradas do Grande Porto, S.A. ("Lusoscut")	Portugal	32,79
Operadora Lusoscut CP – Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A. ("Operadora Lusoscut CP")	Portugal	28,00
Operadora Lusoscut BLA – Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A. ("Operadora Lusoscut BLA")	Portugal	32,79
Operador – Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A. ("Operador")	Portugal	32,42
Operadora Lusoscut GP – Operação e Manutenção de Auto Estradas, S.A. ("Operadora Lusoscut GP")	Portugal	32,42
Tratoser – Tratamento e Serviços Ambientais, S.A. ("Tratoser")	Portugal	10,00
Publicultura – Sociedade de Informação e Cultura, S.A. ("Publicultura")	Portugal	10,00
MTS – Metro, Transportes do Sul, S.A. ("MTS")	Portugal	18,09

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### *Critérios de contabilização das participações em associadas*

As empresas incluídas na consolidação que detêm participações financeiras em associadas, adoptam o critério de as valorizar nas suas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial ou ao custo de aquisição, conforme aplicável. Os critérios de valorimetria utilizados para as participações financeiras em empresas associadas não consolidadas são os descritos na Nota Explicativa 1-c-iv), à excepção das participações nas associadas AENOR, Lusoscut CP, Lusoscut BLA, Lusoscut GP, Operanor, Operadora Lusoscut CP e Operadora Lusoscut BLA, Operadora Lusoscut GP que estão registadas ao custo histórico. De facto, atendendo à participação do Grupo nestas empresas, à actividade de concessionárias a que estas se dedicam e ao seu estado de arranque de operações, estas participações estão registadas ao custo de aquisição, que é inferior ao respectivo valor de mercado.

## 5. Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.02	31.12.01
<i>Custo:</i>		
Clientes, conta corrente	11.567.894	17.311.139
Clientes, títulos a receber	13.822.798	23.090.528
Empresas participadas e participantes	26.184.487	32.674.343
Outros devedores	2.163.045	3.131.104
	<u>53.738.224</u>	<u>76.207.114</u>
<i>Provisões para cobranças duvidosas:</i>		
Clientes, conta corrente	(228.728)	(7.467)
Outros devedores	(1.602.115)	(1.416.872)
	<u>(1.830.843)</u>	<u>(1.424.339)</u>
	<u>51.907.381</u>	<u>74.782.775</u>

As dívidas de terceiros de médio e longo prazo incluem o montante de Euro 49.348.389 relativo a créditos sobre o estado Angolano e sobre empresas sediadas em Angola.

### *Provisão para Cobranças Duvidosas*

Os movimentos na Provisão para cobranças duvidosas são analisados como segue:

	31.12.02	31.12.01
<i>Clientes, conta corrente:</i>		
Saldo Inicial	7.467	-
Aumento	43.055	7.467
Redução e Transferências	178.206	-
Saldo Final	<u>228.728</u>	<u>7.467</u>
<i>Outros devedores:</i>		
Saldo Inicial	1.416.872	1.416.872
Aumento	185.243	-
Saldo Final	<u>1.602.115</u>	<u>1.416.872</u>
	<u>1.830.843</u>	<u>1.424.339</u>

## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

#### 6. Existências

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.02	31.12.01
<i>Custo:</i>		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	27.526.748	34.633.292
Produtos e trabalhos em curso	31.298.794	24.562.285
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	226.208	195.164
Produtos acabados	7.939.246	5.783.924
Mercadorias	30.384.498	30.817.777
Adiantamentos por conta de compras	2.552.598	4.713.451
	<u>99.928.092</u>	<u>100.705.893</u>
<i>Provisões para depreciação de existências:</i>		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(119.748)	(197.616)
Produtos acabados	(51.371)	(51.371)
Mercadorias	(95.304)	(88.569)
	<u>(266.423)</u>	<u>(337.556)</u>
	<u>99.661.669</u>	<u>100.368.337</u>

#### Produtos e Trabalhos em Curso

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 o detalhe dos produtos e trabalhos em curso, era como segue:

	31.12.02	31.12.01
Aurimove	2.597.414	2.456.264
Calçadas do Douro	440.011	205.781
Geogranitos	-	2.554.521
Marfil	-	578.287
Martifer Espanha	-	29.896
Martins & Coutinho	-	159.823
Mil e Sessenta	464.598	87.193
Mota & Companhia	7.400.640	5.453.584
Mota Hungaria	-	220.537
Mota Viso	5.366.450	2.454.397
Planinova	10.098.079	9.582.559
RTA	131.306	131.306
Sedengil	1.902.086	-
Sefimota	2.898.210	530.010
Timoz	-	75.109
Tracevia	-	43.018
	<u>31.298.794</u>	<u>24.562.285</u>

#### Provisão para depreciação de existências

Os movimentos na Provisão para depreciação de existências são analisados como segue:

	31.12.02	31.12.01
Saldo inicial	337.556	145.918
Aumento	52.831	235.166
Redução e transferências	<u>(123.964)</u>	<u>(43.528)</u>
Saldo Final	<u>266.423</u>	<u>337.556</u>

Incluído em Redução e transferências encontram-se os montantes de Euro 4.774 e Euro 15.311 relativos a alterações no perímetro de consolidação e diferenças cambiais.

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### 7. Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.02	31.12.01
<i>Custo:</i>		
Cientes, conta corrente	297.286.897	315.421.562
Cientes, títulos a receber	24.792.331	28.382.225
Cientes de cobrança duvidosa	9.354.679	10.184.401
Empresas associadas	4.336.615	9.737.705
Empresas participadas e participantes	28.937.122	6.374.097
Adiantamentos a fornecedores	5.625.864	4.134.686
Estado e outros entes públicos	6.940.594	10.506.172
Outros devedores	40.888.742	58.044.455
	<u>418.162.844</u>	<u>442.785.303</u>
<i>Provisões para cobranças duvidosas:</i>		
Cientes, conta corrente	(3.760.918)	(1.511.387)
Cientes de cobrança duvidosa	(9.073.811)	(9.012.519)
Empresas associadas	-	(175.989)
Outros devedores	(130.753)	(257.582)
	<u>(12.965.482)</u>	<u>(10.957.477)</u>
	<u>405.197.362</u>	<u>431.827.826</u>

#### *Estado e outros entes públicos*

Em 31 de Dezembro de 2002 os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	2.716.241	3.503.568
Imposto sobre o valor acrescentado	2.814.332	5.182.177
Segurança social	2.867	6.737
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	75.036	132.087
Outros impostos	530.545	1.122.962
Impostos em outros países	801.573	558.641
	<u>6.940.594</u>	<u>10.506.172</u>

A rubrica “Impostos em outros países” respeita às dívidas activas com as administrações fiscais dos países estrangeiros onde o Grupo desenvolve a sua actividade.

## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

#### Provisão para cobranças duvidosas

Os movimentos na Provisão para cobranças duvidosas são analisados como segue:

	31.12.02	31.12.01
<i>Cientes, conta corrente:</i>		
Saldo Inicial	1.511.387	994.229
Aumento	206.726	517.158
Redução e Transferências	2.042.805	-
Saldo Final	3.760.918	1.511.387
<i>Cientes de cobrança duvidosa:</i>		
Saldo Inicial	9.012.519	7.804.636
Aumento	1.681.831	1.490.000
Redução e Transferências	(1.620.539)	(282.117)
Saldo Final	9.073.811	9.012.519
<i>Empresas associadas:</i>		
Saldo Inicial	175.989	175.989
Redução e Transferências	(175.989)	-
Saldo Final	-	175.989
<i>Outros devedores:</i>		
Saldo Inicial	257.582	214.623
Aumento	33.658	42.959
Redução e Transferências	(160.487)	-
Saldo Final	130.753	257.582
	12.965.482	10.957.477

Durante o exercício de 2002 foi efectuada uma transferência da provisão para outros riscos e encargos para provisão para clientes conta corrente no montante de Euros 2.500.000 (Nota Explicativa 13).

#### 8. Títulos Negociáveis

Os movimentos na Provisão para aplicações de tesouraria são analisados como segue:

	31.12.02	31.12.01
<i>Aplicações de tesouraria:</i>		
Saldo Inicial	10.620	-
Aumento	-	10.620
Redução	(9.912)	-
	708	10.620

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### 9. Disponibilidades

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.02	31.12.01
Depósitos bancários	22.433.646	27.584.608
Caixa	1.373.699	4.413.250
	<u>23.807.345</u>	<u>31.997.858</u>

### 10. Acréscimos e Diferimentos Activos

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 os saldos desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
<i>Acréscimos de proveitos</i>		
Trabalhos por facturar	86.928.859	104.128.242
Projectos imobiliários	16.018.635	44.409.059
Juros a receber	898.606	1.299.849
Outros acréscimos de proveitos	1.107.669	1.605.736
	<u>104.953.769</u>	<u>151.142.886</u>
<i>Custos diferidos</i>		
Custos com propostas e de arranque de obras	17.441.877	7.049.283
Seguros	675.870	612.025
Juros e outros encargos financeiros diferidos	3.632.883	3.436.809
Impostos a receber	-	526.927
Grandes reparações	-	478.067
Diferenças cambiais	366.280	-
Outros custos diferidos	3.091.192	3.113.432
	<u>25.208.102</u>	<u>15.216.543</u>
	<u>130.161.871</u>	<u>166.359.429</u>

Os acréscimos de proveitos relativos a projectos imobiliários referem-se aos montantes a facturar relativos à construção de vários projectos imobiliários no âmbito dos Planos Especiais de Realojamento – PER, efectuados pela participada Sedengil.

O Grupo adopta o procedimento de diferir custos com propostas de trabalhos, cuja adjudicação à data do balanço não é conhecida mas que se antecipa favorável. Consequentemente, estes custos são na generalidade dos casos incluídos na obra no caso desta ser adjudicada, ou como custos do exercício quando a decisão é desfavorável.

O aumento verificado na rubrica “Custos diferidos – Custos com propostas e de arranque de obras” está relacionado com os custos incorridos com o arranque das sucursais do Benim e Chade.



# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### 11. Capital Próprio

Durante o exercício de 2002 o movimento ocorrido nos saldos da rubricas de capital próprio, foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Aplicação de resultados	Saldo Final
Capital	204.635.695	-	-	-	204.635.695
Acções próprias – valor nominal	(9.003.479)	(24.730)	-	-	(9.028.209)
Acções próprias – descontos e prémios	(3.255.634)	(9.225)	-	-	(3.264.859)
Prémios de emissão de acções	87.256.034	-	-	-	87.256.034
Diferenças de consolidação	(48.763.588)	800.549	30.452	-	(47.932.587)
Reserva legal	3.997.520	-	33.955	985.311	5.016.786
Reservas livres	16.098.963	631.974	(33.955)	3.038.338	19.735.320
Ajustamentos de conversão cambial	4.569.320	(39.284.624)	-	-	(34.715.304)
Resultados transitados	(858.068)	510.976	(30.452)	858.068	480.524
Resultado líquido do exercício	19.706.215	19.362.252	-	(19.706.215)	19.362.252
	<u>274.382.978</u>	<u>(18.012.828)</u>	<u>-</u>	<u>(14.824.498)</u>	<u>241.545.652</u>

#### Capital

O capital da Mota-Engil SGPS em 31 de Dezembro de 2002, ascende a Euro 204.635.695, estando representado por 204.635.695 acções ao portador com valor nominal de 1 Euro cada.

#### Prémios de emissão de acções

A legislação comercial dispõe que os prémios de emissão de acções não podem ser distribuídos aos accionistas, só podendo ser utilizados em aumentos de capital, ou na cobertura de prejuízos depois de utilizadas as reservas e resultados distribuíveis.

#### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Segundo dispõe a legislação comercial, esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas apenas podendo ser utilizada em aumentos de capital ou na cobertura de prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

#### Aplicação de resultados

De acordo com a decisão da Assembleia Geral da Mota-Engil SGPS em reunião realizada em 22 de Março de 2002, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi aplicado como segue:

Reserva legal	985.311
Reservas livres	3.038.338
Dividendos	14.324.498
Gratificações por aplicação de resultados	500.000
Resultados transitados	858.068

Os dividendos a distribuir relativos a acções próprias foram reclassificados para reservas livres.

## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

#### *Ajustamentos de conversão cambial*

A variação nesta rubrica resulta da conversão para Euro de demonstrações financeiras de empresas participadas originalmente expressas em moeda estrangeira, de acordo com os critérios descritos na Nota Explicativa 1-c-xviii). Durante o exercício de 2002, o movimento mais significativo no montante de, aproximadamente, Euro 29.000.000, relaciona-se com a conversão do património da Herso (participada com sede na Argentina).

#### *Diferenças de consolidação*

O movimento ocorrido na rubrica “Diferenças de consolidação” corresponde a variações patrimoniais ocorridas em algumas das empresas incluídas no perímetro de consolidação, relativas a:

Gratificações de Balanço efectuadas pelas participadas	(2.805.000)
Efeito líquido da aplicação da DC nº28 (Nota Explicativa 1. c) xviii))	6.827.040
Outras variações	(3.221.491)
	<u>800.549</u>

O saldo desta rubrica corresponde à compensação efectuada entre os valores de aquisição de partes de capital em empresas do Grupo e a proporção dos respectivos capitais próprios à data da sua aquisição, acrescidos ou diminuídos de outras variações nos capitais próprios dessas empresas, que não as relativas a resultados do exercício. Em 31 de Dezembro de 2002 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.02</u>
Engil	(24.653.477)
Mota & Companhia	(15.690.218)
Ferrovias	(3.343.447)
Martifer	(2.272.440)
Vibeiras	(1.734.495)
Sol-S	(1.047.623)
Serurb	(939.501)
Rentaco	(149.639)
Sedengil	(14.964)
Engil Investimentos	(134)
Gerco	37.270
Tecnocarril	31.674
Qualibetão	27.574
Translei	2.168.015
MEIT	(351.182)
	<u>(47.932.587)</u>

#### *Resultados Transitados*

O movimento ocorrido nesta rubrica corresponde à aplicação da Directriz Contabilística nº 28 pela Mota-Engil SGPS.

## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

#### 12. Interesses Minoritários no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
Aurimove	-	1.451.878
Emocil	229.679	256.904
Gerco	771	8.706
Herso	-	706.449
Maprel Nelas	(20.607)	-
Maprel	-	1.493.362
Marfil	16.349	104.239
Martifer	7.251.702	5.932.733
MKC	2.019.272	-
Motadómus	19.347	31.936
Mota Viso	-	153.590
Penacova	-	143.756
Pinhel	-	281
Prefal	520.836	600.177
Rabaçal	-	1.314
RTA	637.768	802.885
Sefimota	154.330	-
Serurb	879.084	143.665
Sol-S	-	1.191.654
Suma	3.419.151	2.214.724
Tracevia	318.008	301.102
Vibeiras	553.252	490.642
	<u>15.998.942</u>	<u>16.029.997</u>

#### 13. Provisões para Outros Riscos e Encargos

O movimento das provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 pode ser analisado como segue:

	31.12.02	31.12.01
<i>Provisões para outros riscos e encargos</i>		
Saldo Inicial	25.375.315	19.594.387
Aumento	1.647.710	6.468.510
Redução e transferências (Nota Explicativa 7)	(12.049.775)	(687.582)
	<u>14.973.250</u>	<u>25.375.315</u>

Do aumento verificado na provisão para outros riscos e encargos, o montante de Euro 1.467.538 foi registado por contrapartida de resultados extraordinários (Nota Explicativa 25).

A redução das provisões para outros riscos e encargos refere-se essencialmente com a participada Mota & Companhia e está relacionada com a anulação de activos para os quais não existia a expectativa de recuperação e que estavam na sua quase totalidade provisionados.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" reflecte a melhor estimativa de Conselho de Administração para fazer face a: (i) riscos associados com empresas participadas; (ii) riscos associados ao desenvolvimento de operações em curso e na vertente internacional, (iii) para responsabilidades no investimento na INTERCON, Construção, ACE, (iv) capitais próprios negativos de algumas associadas que se encontram registadas pelo método da equivalência patrimonial e (v) outros riscos e eventuais contingências não identificados especificamente, relacionados com o desenvolvimento das operações do Grupo.

## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

#### 14. Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

Esta rubrica é tem o seguinte detalhe:

	31.12.02	31.12.01
Empréstimos por obrigações não convertíveis	52.425.000	97.262.716
Dívidas a instituições de crédito	101.538.104	136.293.203
Fornecedores, títulos a pagar	-	980.165
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	56.999	1.156.392
Empresas associadas	300.724	1.937.186
Outros accionistas	3.337.134	-
Adiantamentos por conta de vendas	16.372.549	16.277.744
Outros empréstimos obtidos	32.532.976	29.927.874
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	30.017.544	21.142.989
Outros credores	5.842.027	5.421.750
	<u>242.423.057</u>	<u>310.400.019</u>

#### *Empréstimos por obrigações não convertíveis*

Por deliberação da Assembleia Geral de 8 de Março de 1999, o Conselho de Administração da Mota & Companhia foi autorizado a proceder no prazo de cinco anos, a uma ou mais emissões de obrigações, até ao valor global de Euro 29.925.000, subsistindo a autorização que lhe foi concedida anteriormente pela Assembleia Geral. Neste sentido, em Dezembro de 1999, foi efectuada uma emissão de 2.992.500 obrigações cotadas na Euronext Lisboa, de valor nominal de 10 Euro, com reembolso de uma só vez em Dezembro de 2004 (possibilidade de reembolso antecipado a partir de Maio de 2002), e que vence juros semestrais e postecipados a uma taxa indexada à Euribor de 6 meses.

Apesar deste empréstimo obrigacionista no montante de Euro 29.925.000 prever o reembolso antecipado a partir de Maio de 2002, o Conselho de Administração optou por manter nas demonstrações financeiras consolidadas anexas o vencimento final deste empréstimo (Dezembro de 2004), por ser seu entendimento que na eventualidade da solicitação do reembolso antecipado por parte dos obrigacionistas se procederá ao refinanciamento por empréstimos a médio e longo prazo.

Em 28 de Junho de 2002, a Empresa contraiu um novo empréstimo por obrigações no valor de Euro 22.500.000, por um prazo de 5 anos, remunerado a uma taxa de juro correspondente à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 1,5 pontos percentuais. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 28 de Junho e 28 de Dezembro de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em 28 de Dezembro de 2002. O reembolso será efectuado ao seu valor nominal, em seis prestações semestrais, a partir da data de pagamento do 5º cupão. A Empresa poderá efectuar o reembolso antecipado total ou parcial, neste caso por redução ao valor nominal, das obrigações, a partir do 5º pagamento de cupão. Cada obrigacionista poderá, em qualquer momento e no prazo máximo de doze meses após a data de fecho de cada exercício, solicitar o reembolso antecipado das obrigações de que seja titular caso as demonstrações financeiras consolidadas da Mota Engil SGPS demonstrem o incumprimento de determinados rácios financeiros definidos contratualmente.

#### *Dívidas a instituições de crédito*

O saldo da rubrica de balanço "Dívidas a instituições de crédito" inclui um empréstimo contraído pela Mota Engil SGPS no montante de Euro 25.000.000, reembolsável em seis prestações semestrais, a partir de Junho de 2004 e que vence juros trimestrais a uma taxa indexada à Euribor a 6 meses e outro no montante de Euro 27.766.007, reembolsável em doze prestações trimestrais iguais de Capital (pelo método francês), tendo-se vencido a primeira em 26 de Dezembro de 2002, e que vence juros trimestrais a uma taxa indexada à Euribor a 1 mês.

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### Fornecedores de imobilizado

Em 31 de Dezembro de 2002, as empresas incluídas na consolidação mantinham responsabilidades como locatárias relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira no montante de Euro 50.999.643, com o seguinte prazo de vencimento:

Ano de vencimento	Capital	Juros	Total
2003	16.999.900	1.875.690	18.875.590
2004	13.107.952	1.138.438	14.246.390
2005	10.052.960	616.073	10.669.033
2006 e seguintes	6.856.632	351.998	7.208.630
	<u>47.017.444</u>	<u>3.982.199</u>	<u>50.999.643</u>

### Outros empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo das rubricas de balanço "Outros empréstimos obtidos" inclui uma emissão de papel comercial, no montante, líquido de juros vincendos, de Euro 14.774.820, garantidas por um sindicato bancário e que vencem juros a taxa variável. Dado que o prazo de vencimento dos programas de emissão de papel comercial são 5 de Dezembro de 2003 e 17 de Dezembro de 2005, o Conselho de Administração entendeu classificar o segundo destes empréstimos como de médio e longo prazo por ser sua intenção renovar as emissões actualmente existentes. Aquele saldo inclui, ainda, uma emissão de papel comercial no valor, líquido de juros vincendos, de Euro 9.844.716, garantida por um sindicato bancário, que vence juros a taxa variável e cujo prazo de vencimento é 23 de Abril de 2005, bem como, outra emissão no montante global de Euro 7.624.176, igualmente registadas como de médio e longo prazo, pelos motivos acima apontados.

## 15. Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.02	31.12.01
Empréstimos por obrigações não convertíveis	67.337.716	24.939.895
Dívidas a instituições de crédito	193.359.209	112.738.949
Adiantamentos por conta de vendas	26.996.674	25.369.083
Fornecedores, conta corrente	155.995.328	199.376.315
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	1.636.784	490.541
Fornecedores, títulos a pagar	11.054.187	6.371.372
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	306.128
Empresas associadas	1.685.818	1.976.064
Empresas participadas e participantes	847.433	80.151
Outros accionistas	260.722	1.588.425
Adiantamentos de clientes	5.869.228	3.667.720
Outros empréstimos obtidos	23.723.905	30.356.586
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	23.457.154	24.839.037
Estado e outros entes públicos	20.157.399	24.130.430
Outros credores	17.047.014	27.947.923
	<u>549.428.571</u>	<u>484.178.619</u>

## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

#### *Empréstimos por obrigações não convertíveis*

Em 21 de Agosto de 1998, a Mota-Engil SGPS contraiu um novo empréstimo por obrigações no valor de Euro 34.915.853, por um prazo de 5 anos, remunerado a uma taxa de juro correspondente à taxa Lisbor a 6 meses, deduzida de 1,05 pontos percentuais. Cada obrigação tem associado um direito de subscrição (warrant destacável) que confere ao seu detentor o direito de subscrição de 2,125 acções da Empresa. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 17 de Fevereiro e 17 de Agosto de cada ano, tendo-se vencido o primeiro cupão em 17 de Fevereiro de 1999. O reembolso será efectuado ao par, integralmente, no fim da vida do empréstimo. Posteriormente foi efectuada uma operação de cobertura da taxa de juro, com efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 1999, resultando numa taxa final de 2,91% ao ano.

No final de 1998, foi realizada pela Mota & Companhia uma emissão de obrigações não convertíveis, no montante de Euro 32.421.863, a uma taxa de juro variável indexada à Lisbor, a amortizar de uma só vez na data de pagamento do 10º cupão (Dezembro de 2003), salvo se por iniciativa da empresa for efectuado um reembolso antecipado.

Em 10 de Abril de 2002, a Mota-Engil SGPS amortizou na integra, um empréstimo por obrigações com o valor de Euro 24.939.895, contraído em 10 de Abril de 1997.

#### *Estado e outros entes públicos*

Em 31 de Dezembro de 2002 os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	6.797.074	4.423.747
Imposto sobre o valor acrescentado	7.030.527	11.691.483
Segurança social	2.287.937	2.478.739
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.187.131	1.581.116
Outros impostos	1.101.524	1.298.732
Impostos em outros países	1.753.206	2.756.613
	<u>20.157.399</u>	<u>24.130.430</u>

A rubrica “Impostos em outros países” respeita às dívidas passivas com as administrações fiscais dos países estrangeiros onde o Grupo desenvolve a sua actividade.

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### 16. Acréscimos e Diferimentos Passivos

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 os saldos desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
<i>Acréscimos de custos</i>		
Projectos imobiliários	-	1.898.549
Encargos com férias e subsídio de férias	14.874.531	14.204.734
Juros a liquidar	2.244.091	2.206.206
Produtos e trabalhos em curso	891.079	3.890.369
Outros acréscimos de custos (Nota Explicativa 1. c) x))	10.343.326	3.399.448
	<u>28.353.027</u>	<u>25.599.306</u>
<i>Proveitos diferidos</i>		
Obras em curso	16.324.260	38.142.811
Juros antecipados	1.359.984	957.927
Relocação financeira	271.226	1.070.386
Diferenças de câmbio	419.434	15.186.536
Subsídios ao investimento	4.174.840	5.082.028
Ganhos em imobilizações	-	-
Rendas em imóveis próprios	22.038	-
Diferenças de consolidação	4.914.080	4.280.132
Facturação antecipada	6.879.630	3.788.091
Outros proveitos diferidos	1.321.693	2.551.993
	<u>35.687.185</u>	<u>71.059.904</u>
	<u>64.040.212</u>	<u>96.659.210</u>

#### *Obras em curso*

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 o detalhe por empresa do grupo dos proveitos diferidos relativos a obras em curso, era como segue:

	31.12.02	31.12.01
Calçadas do Douro	-	241.832
Engil	12.052.627	18.611.595
Ferrovias	2.277.169	3.666.974
Geogranitos	1.654	154.900
Gerco	102.460	71.328
KPRD	27.018	124.659
Martifer	438.169	147.830
Martifer Espanha	186.835	-
Metalruda	445.918	14.882
MKC	792.410	-
Mota & Companhia	-	14.228.476
Serurb	-	880.335
	<u>16.324.260</u>	<u>38.142.811</u>

Para efeitos de apresentação de demonstrações financeiras de 2002, a participada Mota & Companhia optou por apresentar os proveitos diferidos relativos a obras em curso a deduzir aos acréscimos de proveitos relativos a obras em curso (aplicação da Directriz Contabilística nº 3) por ser entendimento do Conselho de Administração daquela participada que as naturezas destes montantes são similares.

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### Diferenças de consolidação

Os saldos apresentados nesta rubrica, correspondem às diferenças negativas entre o custo de aquisição das partes de capital e a proporção dos respectivos capitais próprios à data de compra. Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica correspondia às participações na RTA e na CPTP, apresentava o valor de Euro 3.382.951 e Euro 1.531.129, respectivamente, e encontrava-se a ser amortizado em 10 anos (Nota Explicativa 1).

## 17. Garantias

### Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as garantias prestadas pelo Grupo a terceiros referentes a garantias bancárias e a seguros caução prestados a donos de obras cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do Grupo, discriminadas por moeda eram como segue:

	31.12.02	31.12.01
Euros	505.568.916	321.100.507
Dólares dos Estados Unidos	31.780.447	19.272.285
Kwashes do Malawi	3.629.849	887.945
Cedis da República do Gana	789.269	595.260
Forints Húngaros	479.472	767.061
Escudos Cabo Verdianos	140.663	104.387
Franco CFA	6.618.645	-
Marcos Alemães	-	75.648
Zlotys Polacos	987.536	991.672
Coroas Checas	3.748.561	-
Meticals Moçambicanos	50.758	18.664
Rand da Rep. África Sul	242.389	-
Dinares Tunisinos	4.957.020	-
Nuevos Soles Peruanos	-	978.460
	<u>558.993.525</u>	<u>344.791.889</u>

O detalhe por empresas do Grupo é como segue:

	31.12.02	31.12.01
Martifer Alumínios	790.747	425.799
Emocil	9.649	18.921
Engil	212.906.648	147.913.292
Fagilde	-	74.042
Ferrovias	10.243.967	5.335.832
Geogranitos	2.274.147	9.570
Gerco	517.942	5.215.102
KPRD	-	58.135
Maprel Nelas	-	2.174.214
Marfil	1.070.065	908.408
Martifer	9.290.101	4.311.195
Martins & Coutinho	126.295	498.226
Metalruda	2.434.774	2.085.447
Mota & Companhia	284.811.842	137.544.070
Penacova	-	1.080.097
Probigalp	73.999	23.460
Probisa	1.533.155	312.922
Sedengil	-	570.216
Serurb	13.843.651	172.110
Serurb Matosinhos	-	1504.285
Suma	4.813.397	14.043.170
Solsuni	-	4.916.860
Timoz	31.374	6.286
Maprel	2.174.214	-
Tracevia	1.279.004	1.076.875
Translei	10.768.554	14.513.445
Total	<u>558.993.525</u>	<u>344.791.979</u>



## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

O aumento das garantias prestadas pelas participadas Engil e Mota & Companhia está relacionado com as participadas da área de concessões de auto-estradas.

Na referida data, o Grupo tem constituída caução sobre as acções detidas e prestações acessórias efectuadas às empresas participadas Lusoscut CP, Lusoscut BLA, Lusoponte e AENOR, para garantir, a favor das entidades financeiras, os empréstimos contraídos por aquelas participadas, mecanismo que se insere no enquadramento jurídico e financeiro típico de uma estrutura de 'Project Finance'.

#### Garantias reais

Em 31 de Dezembro de 2002 as garantias reais prestadas pelo Grupo são como segue:

	Garantia	Montante
Translei	Hipoteca e Penhor	12.180.270
Martifer	Penhor Mercantil	4.330.940
Maprel	Hipoteca	3.491.585
Timoz	Hipoteca e Penhor Mercantil	356.554
Martifer Aluminios	Penhor Mercantil	436.448
		<u>20.795.797</u>

Os penhores mercantis incidem sobre equipamentos e foram concedidos como garantia de empréstimos bancários obtidos.

## 18. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 distribuem-se da seguinte forma:

	31.12.02	31.12.01
<i>Mercado Interno:</i>		
Vendas de mercadorias	8.706.379	79.072.704
Vendas de produtos	362.023.813	357.792.553
Prestações de serviços:		
Obras públicas	147.627.457	157.123.133
Construção civil	38.374.292	17.691.471
Concessões	25.710.901	46.214.756
Outras	77.458.562	26.625.981
	<u>659.901.404</u>	<u>684.520.598</u>
<i>Mercado externo</i>		
Vendas de mercadorias	3.041.836	3.687.521
Vendas de produtos	20.062.510	20.078.650
Prestações de serviços:		
Obras públicas	97.060.315	93.016.465
Construção civil	49.167.193	18.341.465
Outras	46.873.901	49.196.039
	<u>216.205.755</u>	<u>184.320.140</u>
	<u>876.107.159</u>	<u>868.840.738</u>

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### 19. Trabalhos para a Própria Empresa

Os trabalhos para a própria empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte repartição:

	31.12.02	31.12.01
Engil	741.408	303.905
Ferrovias	110.037	387.559
Geogranitos	107.814	147.844
KPRD	219.048	341.113
Maprel Nelas	33.727	-
Marfil	22.092	28.591
Mota & Companhia	13.291.656	10.578.000
Paviterra	53.978	44.534
Rentaco	-	122.219
Sol-S	-	174.006
Solsoft	-	324.792
Tracevia	221	3.220
	<u>14.579.981</u>	<u>12.455.783</u>

Dos trabalhos para a própria empresa da participada Mota & Companhia, aproximadamente Euro 10.400.000 correspondem a obras de construção de edifícios próprios na sua sucursal de Angola.

### 20. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no período findo em 31 de Dezembro de 2002, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	30.817.777	34.633.292	65.451.069
Compras	3.830.437	152.610.034	156.440.471
Existências finais	(30.384.498)	(27.526.748)	(57.911.246)
	<u>4.263.716</u>	<u>159.716.578</u>	<u>163.980.294</u>

### 21. Fornecimentos e Serviços Externos

Incluído nesta rubrica encontra-se o montante de Euro 305.992.942 relativo a Subcontratos.

### 22. Custos com Pessoal

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.02	31.12.01
Remunerações	138.173.778	137.004.722
Encargos Sociais	669.575	574.117
Pensões	37.895.528	39.643.061
Outros	<u>176.738.881</u>	<u>177.221.900</u>

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### *Número médio de pessoal*

Durante o exercício de 2002, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo Mota-Engil pode ser analisado como segue:

	31.12.02	31.12.01
Administradores	65	134
Empregados	3.296	7.798
Assalariados	5.290	5.114
	<u>8.651</u>	<u>13.046</u>
Empresas nacionais	6.613	7.033
Empresas estrangeiras	1.557	4.241
Sucursais	481	1.772
	<u>8.651</u>	<u>13.046</u>

### *Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais*

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 ascenderam a Euro 2.096.144 e Euro 4.882, respectivamente.

## 23. Provisões

As dotações de provisões dos exercícios de 2002 e 2001 são analisadas como segue:

	31.12.02	31.12.01
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa		
Clientes, conta corrente – médio-longo prazo	43.055	7.467
Outros devedores – médio-longo prazo	185.243	-
Clientes, conta corrente – curto prazo	-	517.158
Clientes de cobrança duvidosa	1.922.215	1.490.000
Outros devedores – curto prazo	-	42.959
Provisões para depreciação de existências	52.831	235.166
Provisões para aplicações de tesouraria	-	10.620
Provisões para outros riscos e encargos	180.172	-
	<u>2.383.516</u>	<u>2.303.370</u>

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### 24. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
<i>Proveitos e ganhos financeiros</i>		
Juros obtidos	6.394.215	9.113.687
Rendimentos de imóveis	845.938	551.435
Rendimentos de participações de capital	7.830	-
Ganhos em empresas do grupo e associadas	1.933.967	939.876
Ganhos na alienação de investimentos financeiros	3.271.342	2.995.765
Diferenças de câmbio favoráveis	3.208.918	5.769.952
Descontos de pronto pagamentos obtidos	814.868	1.358.021
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.057.853	2.693.933
	<u>17.534.931</u>	<u>23.422.669</u>
<i>Custos e perdas financeiras</i>		
Juros suportados	23.283.061	30.755.986
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota Explicativa 4)	278.024	275.855
Perdas em empresas do grupo e associadas	2.629.769	1.481.442
Diferenças de câmbio desfavoráveis	8.962.681	7.139.389
Descontos de pronto pagamento concedidos	154.265	682.687
Perdas na alienação de investimentos financeiros	-	47.302
Amortizações das diferenças de consolidação	1.689.678	1.804.305
Outros custos e perdas financeiros	4.102.606	4.971.740
	<u>41.100.084</u>	<u>47.158.706</u>
Resultados Financeiros	<u>(23.565.153)</u>	<u>(23.736.037)</u>

#### *Ganhos em empresas do grupo e associadas*

Os ganhos em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
Ambital	17.130	-
Auto Sueco Angola	210.127	240.017
Asinter	76.444	63.303
Cimertex Angola	739	-
Cimertex & Companhia	3.438	117.330
Citrup	41.372	13.427
CPTP	254.259	-
EMSA	6.837	-
Icil-Icafal	70.801	129.634
Indáqua Fafe	33.627	-
Lusoponte	496.274	-
Manvia	-	53.207
Metroepszolg	192.203	203.968
M-Invest	454.966	15.769
Moravian	21.473	2.181
PBM	34.558	-
Somafel Ferrovias, ACE	-	588
Sonauta	-	73.883
Soprocil	19.719	26.528
Turalgo	-	41
	<u>1.933.967</u>	<u>939.876</u>

#### *Outros proveitos e ganhos financeiros*

O saldo desta rubrica refere-se basicamente a ganhos financeiros das sucursais no estrangeiro.

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### *Perdas em empresas do grupo e associadas*

As perdas em empresas associadas no exercício meses findo em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
Cimertex Angola	-	52.015
Dirac	900	-
Ecodetra	-	34.370
EMSA	-	2.474
Fabritubo	220.194	-
Ferrovias Brasil	-	44.449
Indáqua	237.637	527.810
Indáqua Feira	35.283	-
Indáqua St. Tirso	43.267	69.257
Neklanova	4.667	4.472
Netmaster	132.065	-
PBM	-	485.399
SGA	251.567	261.196
Sol-S	1.564.515	-
Sonauta	139.674	-
	<u>2.629.769</u>	<u>1.481.442</u>

### *Outros custos e perdas financeiros*

O saldo desta rubrica inclui basicamente despesas com garantias bancárias e custos financeiros das sucursais no estrangeiro.

## 25. Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
<i>Proveitos e ganhos extraordinários</i>		
Restituição de impostos	10.440	-
Ganhos em imobilizações e existências	3.652.760	4.066.878
Benefícios de penalidades contratuais	105.484	2.843.051
Reduções de amortizações e provisões	640.439	1.203.294
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.735.797	488.032
Subsídios ao investimento	-	171.429
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>4.622.526</u>	<u>5.804.848</u>
	<u>10.767.446</u>	<u>14.577.532</u>
<i>Custos e perdas extraordinárias</i>		
Donativos	344.657	329.786
Dívidas incobráveis	1.055.255	722.087
Perdas em imobilizações e existências	1.559.575	2.010.164
Multas e penalidades	172.759	398.263
Aumento das amortizações e provisões	1.467.538	5.940.700
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.491.751	996.416
Outros custos e perdas extraordinários	<u>1.127.352</u>	<u>1.529.512</u>
	<u>7.218.887</u>	<u>11.926.928</u>
Resultado Extraordinário	<u>3.548.559</u>	<u>2.650.604</u>

As rubricas “Outros custos e perdas extraordinários” e “Outros proveitos e ganhos extraordinários” incluem, os resultados extraordinários das sucursais no estrangeiro. Adicionalmente, a rubrica de “Outros proveitos e ganhos extraordinários”, inclui, aproximadamente Euro 1.000.000, relativo a excesso de estimativa de imposto sobre o rendimento.

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

### 26. Imposto sobre o Rendimento do Exercício

A decomposição dos activos e passivos por impostos diferidos pode ser analisada da seguinte forma:

As diferenças temporárias a deduzir ao lucro tributável que originaram activos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração dos Resultados	Efeito em Capital Próprio
Provisões não aceites fiscalmente	14.239.620	8.570.290	(22.809.910)
Acréscimos de custos não aceites fiscalmente	389.759	(316.460)	(73.299)
Prejuízos fiscais	22.221.808	(9.833.388)	(12.388.420)
Efeito da transposição das demonstrações financeiras	40.050.653	-	(40.050.653)
Redução de amortizações não considerada fiscalmente	54.900	(54.900)	-
Correcção a contratos de locação financeira celebrados até 31/12/93	25.000	625	(25.625)
	<u>76.981.740</u>	<u>(1.633.833)</u>	<u>(75.347.907)</u>

As diferenças temporárias a deduzir à colecta que originaram activos por impostos diferidos são:

	Total	Efeito na Demonstração dos Resultados	Efeito em Capital Próprio
Crédito de imposto por dupla tributação internacional	617.459	-	(617.459)
	<u>617.459</u>	<u>-</u>	<u>(617.459)</u>

As diferenças temporárias que originaram passivos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração dos Resultados	Efeito em Capital Próprio
Reavaliação de activos imobilizados	(10.206.767)	(1.360.722)	11.567.490
Resultados negativos em ACE's	(5.430.969)	(102.597)	5.533.566
Diferimento de tributação de mais valias	(2.946.063)	(901.794)	3.847.857
Amortizações não aceites fiscalmente	(5.333.703)	192.141	5.141.562
Acréscimo de proveitos não tributados	(13.054.097)	(10.773.745)	23.827.842
Correcção a contratos de locação financeira celebrados até 31/12/93	(1.229.653)	(30.741)	1.260.394
	<u>(38.201.253)</u>	<u>(12.977.458)</u>	<u>51.178.711</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos e passivos por impostos diferidos ascendiam a Euro 24.037.755 e Euro 12.040.362, respectivamente, sendo o efeito na demonstração dos resultados e no capital próprio incluindo interesses minoritários de Euro 4.674.848 (dos quais Euro 108.740 relativos a interesses minoritários do exercício) e Euro 7.322.545 (incluindo uma diminuição dos interesses minoritários de Euro 15.471), respectivamente.

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como segue:

Imposto do exercício	<u>5.281.709</u>
Gastos (proveitos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos	
Reporte de prejuízos	(2.911.431)
Impostos diferidos relativos à constituição da reserva de reavaliação de imobilizações	(421.926)
Impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	<u>(1.341.491)</u>
Imposto diferido	<u>4.674.848</u>
Imposto Corrente	<u>9.956.557</u>
Taxa Média Efectiva	<u>23%</u>

## MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

### Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

A Mota-Engil, SGPS e as suas empresas participadas nacionais são tributadas individualmente e encontram-se sujeitas a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC, à taxa normal de 30%, acrescida de derrama à taxa máxima de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 33%.

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos no respeitante ao exercício de 1997 e de quatro anos no que se refere aos exercícios de 1998 a 2001 (dez anos para a Segurança Social) e consequentemente essas declarações fiscais poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

#### 27. Interesses Minoritários na Demonstração de Resultados

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.02	31.12.01
Aurimove	-	138.721
Emocil	229	53.296
Gerco	(81)	269
Herso	-	42.551
Maprel Nelas	(7.943)	-
Maprel	-	267.300
Marfil	(111.363)	4.965
Martifer	1.572.031	1.592.590
Motadomus	6.399	46.252
MKC	839.239	-
Mota Viso	-	24.762
Penacova	-	(4.986)
Pinhel	130.894	(209)
Prefal	-	174.875
Rabaçal	-	(408)
RTA	(53.610)	138.614
Sefimota	13.200	7.682
Serurb	317.649	-
Sol-S	-	(882.728)
Suma	544.137	347.203
Tracevia	31.492	20.838
Vibeiras	115.737	75.926
	<u>3.398.010</u>	<u>2.047.513</u>

#### 28. Relato Por Segmentos

O Grupo Mota-Engil está organizado em quatro áreas de negócio principais – Construção, Concessões, Ambiente e Imobiliária -, as quais são coordenadas e apoiadas pela MESGPS e pela MESP cujos valores são apresentados na coluna “Holding e Serviços Partilhados”. O segmento da Construção inclui as actividades de construção, obras públicas e estruturas metálicas nos mercados Nacional e Externo. O segmento do Ambiente engloba as empresas de recolha e tratamento de resíduos urbanos. O segmento da Imobiliária agrega as empresas de promoção imobiliária e empresas do sector do turismo. A área de Concessões inclui empresas que se encontram em fase de arranque e que não estão a ser consolidadas com excepção da Lusoponte, a qual está a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial. Por este motivo não se justifica o relato do segmento das Concessões. Os valores relativos à Lusoponte estão incluídos nos resultados financeiros.

# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados

### Notas explicativas

### 31 de Dezembro de 2002

Os proveitos e custos segmentais são atribuíveis directamente aos segmentos ou imputados numa base razoável quando se tratam de proveitos ou custos conjuntos. O resultado operacional por segmentos de negócio pode ser analisado como segue:

	Construção	Ambiente	Imobiliária	Holding e Serviços Partilhados	Consolidado
Vendas	383.860.539	1.653.428	8.320.573	-	393.834.539
Prestação de serviços	438.457.273	42.830.545	782.215	202.587	482.272.620
Var. prod. e trabalhos para a pp. empresa	18.716.058	-	4.135.596	-	22.851.654
Outros proveitos operacionais	15.547.531	1.890.586	51.015	-	17.489.132
Proveitos Operacionais	856.581.400	46.374.559	13.289.399	202.587	916.447.945
Custo das vendas	160.397.673	2.278.911	1.303.710	-	163.980.294
Subempreiteiros	301.943.324	1.043.740	3.005.876	-	305.992.941
Fornecimentos e serviços externos	150.246.261	10.769.824	1.596.122	2.213.295	164.825.502
Custos com pessoal	148.894.978	18.746.646	1.358.429	7.738.830	176.738.882
Outros custos operacionais	5.586.129	723.542	106.764	236.746	6.653.181
Custos Operacionais	767.068.366	33.562.663	7.370.901	10.188.870	818.190.800
Resultado Operacional antes de Amortizações e Provisões (EBITDA)	89.513.034	12.811.897	5.918.498	(9.986.282)	98.257.146
Amortizações	42.930.924	3.931.111	438.587	514.443	47.815.065
Provisões	2.350.593	5.333	27.589	-	2.383.515
Resultado Operacional (EBIT)	44.231.517	8.875.452	5.452.322	(10.500.725)	48.058.565
Resultado financeiro					(23.565.153)
Resultado extraordinário					3.548.559
Resultado antes de impostos					28.041.971
Imposto sobre lucros					5.281.709
Result. Líq. antes de Interesses Minoritários					22.760.262
Interesses Minoritários					3.398.010
Resultado Líquido					19.362.252

Os activos segmentais incluem os activos identificáveis como pertencentes aos respectivos segmentos e consistem principalmente em imobilizado incorpóreo, corpóreo e existências e são analisados como segue:

	Construção	Ambiente	Imobiliária	Holding e Serviços Partilhados	Consolidado
<b>ACTIVO LÍQUIDO</b>					
<b>Imobilizado incorpóreo</b>					
Despesas de instalação	66.227	170.158	11.540	598.123	846.048
Despesas de investigação e desenvolvimento	298.059	263.506	-	-	561.565
Propriedade industrial e outros direitos	304.565	162.801	-	-	467.366
Trespases	8.729	-	-	-	8.729
Imobilizações em curso	289.008	59.886	-	1.096.805	1.445.699
Diferenças de consolidação	-	-	-	25.987.951	25.987.951
Total	966.588	656.351	11.540	27.682.879	29.317.358
<b>Imobilizado Corpóreo</b>					
Terrenos e recursos naturais	27.064.595	2.279.863	4.036.715	-	33.381.173
Edifícios e outras construções	65.245.255	1.823.942	11.431.756	3.281	78.504.233
Equipamento básico	100.675.289	5.336.551	528.288	-	106.540.128
Equipamento de transporte	38.945.769	11.761.135	39.423	573.337	51.319.664
Ferramentas e utensílios	2.339.588	332.380	1.985	-	2.673.953
Equipamento administrativo	8.349.152	482.178	63.060	676.118	9.570.508
Taras e vasilhame	-	1.273.384	4	-	1.273.388
Outras imobilizações corpóreas	339.541	124.824	-	-	464.366
Imobilizações em curso	20.202.980	278.182	482.955	-	20.964.117
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	5.585.241	-	97.884	-	5.683.125
Total	268.747.410	23.692.440	16.682.070	1.252.736	310.374.655



# MOTA-ENGIL, S.G.P.S., S.A.

## Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados Notas explicativas 31 de Dezembro de 2002

	Construção	Ambiente	Imobiliária	Holding e Serviços Partilhados	Consolidado
<b>ACTIVO LÍQUIDO</b>					
<b>Existências</b>					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27.123.004	91.061	192.935	-	27.407.000
Produtos e trabalhos em curso	12.200.936	-	19.097.858	-	31.298.794
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	226.130	-	78	-	226.208
Produtos acabados	7.413.237	-	474.588	-	7.887.875
Mercadorias	21.456.792	-	8.832.402	-	30.289.194
Adiantamentos por conta de compras	1.156.624	-	1.395.974	-	2.552.598
<b>Total</b>	<b>69.576.773</b>	<b>91.061</b>	<b>29.993.835</b>	<b>-</b>	<b>99.661.669</b>

### 29. Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e seus equivalentes pode ser analisado como segue:

	31.12.02	31.12.01
Depósitos bancários e caixa		
Depósitos bancários	22.433.646	27.584.608
Caixa	1.373.699	4.413.250
Títulos negociáveis	13.932	493.984
	<b>23.821.277</b>	<b>32.491.942</b>

A rubrica de pagamentos de investimentos financeiros pode ser analisada como segue:

	31.12.02
Aenor	2.181.633
Lusoscut CP	1.916.595
Maprel	2.020.254
Lusoscut GP	1.446.716
Lusoscut BLA	1.301.486
MTS	1.356.600
CPTP	947.716
Outros	2.531.466
	<b>13.702.466</b>

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de “MOTA – ENGIL, SGPS, S.A.”, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de 1 140 450 046 euros e um total de capital próprio de 241 545 652 euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 19 362 252 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº.6, abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

.../...

.../...

2.

## RESERVA

6. No Relatório Consolidado de Gestão, a Empresa informa que, directamente e através das suas participadas, efectua importantes operações e mantém activos significativos em países africanos, especialmente em Angola. Os referidos activos estão adequadamente divulgados no Anexo: imobilizações corpóreas (nota explicativa n.º 3), investimentos financeiros (nota n.º 48 do Anexo e nota explicativa n.º 4), activos circulantes da Sucursal de Angola (nota explicativa n.º 1.c.xvi), e, ainda contas a receber a médio e longo prazo, no valor de cerca de 49 350 000 euros (nota explicativa n.º 5), em 31 de Dezembro de 2002. Não obstante a evolução das operações e das remessas de fundos terem sido favoráveis em 2002, comparativamente a anos precedentes, e embora estes valores estejam confirmados, a circunstância de existir risco-país em Angola, não permite determinar, com rigor, a data e valor de realização desses activos.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 6, acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da “MOTA - ENGIL, SGPS, S.A.” em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

## ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- A Empresa, obedecendo ao disposto na Directriz Contabilística n.º 28, aplicou, pela primeira vez no exercício de 2002, a política contabilística dos impostos diferidos. Os efeitos dessa aplicação reflectiram-se no capital próprio e nos resultados líquidos do exercício, conforme nota n.º 43 do Anexo e notas explicativas n.ºs 11 e 26.

Porto, 06 de Março de 2003

António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada  
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177

## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

Senhores accionistas:

1 - Como nos cumpre face à legislação específica e ao mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora que desenvolvemos e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas elaborados pelo Conselho de Administração da “MOTA – ENGIL, SGPS, S.A.”, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

2 - O sector da Construção, que, apesar da diversificação das áreas de negócio do Grupo Mota-Engil, continua a constituir a principal actividade da Empresa, foi, sobremaneira, afectado pelo clima generalizado de recessão da Economia.

A Empresa, integrada das suas participadas, mercê dessa conjuntura, não conseguiu, no exercício findo, alcançar os objectivos a que se tinha proposto, tendo, contudo, em termos de resultados líquidos, obtido um valor semelhante ao do ano precedente, o que se salienta.

Devemos relevar a circunstância de ser o primeiro exercício, após a criação do Grupo Mota-Engil, em que a comparação com o período anterior pode ser efectuada sem necessidade de significativos ajustamentos às contas, porquanto, as alterações do perímetro não tiveram grande impacto.

3 - Seguimos, ao longo do ano, com a frequência que entendemos adequada, a actividade da Empresa-mãe.

Observámos a escrituração e, por amostragem, os documentos de apoio e procedemos à verificação dos activos e passivos que entendemos apropriada. Estivemos atentos à observância da lei e do contrato de sociedade, nada tendo de especial a referir nesse aspecto. Verificámos, ainda, as Certificações Legais das Contas e Relatórios de Fiscalização, quando existentes, elaborados por outros Revisores Oficiais de Contas sobre as demonstrações financeiras das empresas do grupo. Recebemos do Conselho de Administração da Empresa-mãe e dos Serviços os esclarecimentos que lhes solicitámos, o que nos é grato registar.

4 - Como consequência da revisão legal realizada, e dando cumprimento à lei, preparámos a Certificação Legal das Contas Consolidadas e também o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada dirigido ao Conselho de Administração.

5 - Pelo exame aos documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, concluimos que:

.../...

- a) O Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, que evidenciam um resultado líquido de 19 362 252 euros, projectam uma imagem correcta da situação financeira;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios de valorimetria utilizados são os adequados;
- c) o Relatório Consolidado de Gestão contém as menções que a lei estipula, evidencia a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão anexo às contas individuais e traça com clareza a evolução da actividade do conjunto de empresas no último ano e as perspectivas para o futuro.

Face ao exposto, apresentamos o seguinte Parecer:

- Podem ser aprovados o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 2002.

Porto, 07 de Março de 2003

O Fiscal Único

António Magalhães & Carlos Santos – S.R.O.C., representada  
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos – R.O.C. nº177

# MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### CONTAS CONSOLIDADAS

#### **Introdução**

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício de 2002 da Mota-Engil SGPS, S.A. e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 1.140.450.046 Euros e capitais próprios de 241.545.652 Euros, incluindo um resultado líquido de 19.362.252 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, os correspondentes anexos e notas explicativas.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Mota-Engil SGPS, S.A.; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### **Âmbito**

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Reserva**

5. Conforme referido no Relatório de Gestão consolidado a Sociedade através de algumas das suas participadas, realiza operações e detém activos em países africanos, nomeadamente Angola. Estes activos referem-se a imobilizações corpóreas (Nota explicativa 3), investimentos financeiros (Nota do anexo 48 e Nota explicativa 4), activos circulantes das sucursais de Angola (Nota explicativa 1.a) xvi) e, ainda contas a receber a médio e longo prazo, estas no valor de, aproximadamente 49.350.000 Euros (Nota explicativa 5). Embora a evolução das operações e das transferências de fundos verificadas em 2001 e 2002 tenha sido positiva face aos anos anteriores, atendendo ao inerente risco-país, não nos é possível concluir sobre o valor e data de realização daqueles activos, ainda que o trabalho localmente por nós efectuado, com base em suporte documental, inspecção física dos activos, análises dos elementos financeiros das sucursais e dos investimentos sediados em Angola, tenha confirmado os valores envolvidos.

**Opinião**

6. Em nossa opinião, com base no nosso exame e nos Relatórios dos Revisores Oficiais de Contas e auditores das empresas participadas, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação mencionada no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Mota Engil SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais, excepto para a alteração indicada no parágrafo 7 abaixo, foram aplicados de forma consistente com os do ano anterior, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfase**

7. A Empresa adoptou, com início em 1 de Janeiro de 2002, a política contabilística de registo de impostos diferidos, nos termos da Directriz Contabilística nº 28 e, de acordo com as disposições transitórias desta Directriz, os impostos diferidos relacionados com as diferenças acumuladas em 1 de Janeiro de 2002, no montante de 7.338.016 Euros, foram registados no capital próprio (Nota explicativa 11). Os efeitos da comparabilidade das demonstrações financeiras relativa à alteração deste princípio contabilístico encontra-se descrito na Nota 43 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados.

Porto, 24 de Março de 2003

---

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC  
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

## RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração de  
Mota-Engil, S.G.P.S., S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos e notas explicativas. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.
2. Excepto para o mencionado no parágrafo 3 abaixo, a nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. Conforme referido no Relatório de Gestão consolidado a Sociedade através de algumas das suas participadas, realiza operações e detém activos em países africanos, nomeadamente Angola. Estes activos referem-se a imobilizações corpóreas (Nota explicativa 3), investimentos financeiros (Nota do anexo 48 e Nota explicativa 4), activos circulantes das sucursais de Angola (Nota explicativa 1.a) xvi) e, ainda contas a receber a médio e longo prazo, estas no valor de, aproximadamente 49.350.000 Euros (Nota explicativa 5). Embora a evolução das operações e das transferências de fundos verificadas em 2001 e 2002 tenha sido positiva face aos anos anteriores, atendendo ao inerente risco-país, não nos é possível concluir sobre o valor e data de realização daqueles activos, ainda que o trabalho localmente por nós efectuado, com base em suporte documental, inspecção física dos activos, análises dos elementos financeiros das sucursais e dos investimentos sediados em Angola, tenha confirmado os valores envolvidos.
4. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos, que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Mota-Engil, S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal os quais, excepto para a alteração indicada no parágrafo 5 abaixo, foram aplicados de forma consistente com as do ano anterior.



5. A Empresa adoptou, com início em 1 de Janeiro de 2002, a política contabilística de registo de impostos diferidos, nos termos da Directriz Contabilística nº 28 e, de acordo com as disposições transitórias desta Directriz, os impostos diferidos relacionados com as diferenças acumuladas em 1 de Janeiro de 2002, no montante de 7.338.016 Euros, foram registados no capital próprio (Nota explicativa 11). Os efeitos da comparabilidade das demonstrações financeiras relativa à alteração deste princípio contabilístico encontra-se descrito na Nota 43 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados.

Porto, 24 de Março de 2003

Deloitte & Touche

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DA MOTA-ENGIL,SGPS,SA,  
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2003**

Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e três, pelas onze horas e trinta minutos, os accionistas da sociedade anónima **MOTA-ENGIL, SGPS, SA**, sociedade com o capital social de duzentos e quatro milhões seiscentos e trinta e cinco mil seiscentos e noventa e cinco Euros (**Euros 204.635. 695**), representado por 204.635.695 acções ordinárias do valor nominal de 1 Euro cada, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva número quinhentos e dois milhões trezentos e noventa e nove mil seiscentos e noventa e quatro (**502.399.694**), matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número cinquenta e seis mil quinhentos e catorze (**56.514**) reuniram, em Assembleia Geral, no Centro de Formação da MOTA-ENGIL, SGPS, SA, sito na Avenida Paiva Couceiro, sem número de polícia, freguesia de Campanhã, concelho do Porto, conforme Convocatória, com a Ordem de Trabalhos, publicada no Diário da República – III Série, número 48, de 26 de Fevereiro de dois mil e três, no Jornal Público, Edição Lisboa e Porto de 19 de Fevereiro de dois mil e três e no Boletim da Bolsa de Valores de Lisboa nº 82 de 19 de Fevereiro de 2003.

Assumiu a condução dos trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Daniel Proença de Carvalho, secretariado pelo Secretário da Sociedade, Dr<sup>a</sup> Ivone Santos Martins.

No início da reunião, e antes de começados os trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou ao Secretário que organizasse a lista dos Senhores Accionistas presentes e representados na Assembleia, nos termos do Artigo 382º do Código das Sociedades Comerciais.

Organizada e assinada a lista de presenças, verificou-se estarem presentes ou representados accionistas titulares de 163 615 460 acções (cento e sessenta e três milhões seiscentas e quinze mil quatrocentas e sessenta acções), representativas de 80 % (oitenta por cento ) do capital social e de oitenta e quatro por cento (84%) dos direitos de voto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou então estar a Assembleia em condições de funcionar e deliberar validamente, de acordo com o número dois do Artigo 20º (vigésimo) dos Estatutos da Sociedade, ordenando de seguida que a referida lista de presenças fosse anexada à Acta.

Iniciada a sessão, pelo Presidente da Mesa foi lida integralmente a Ordem de Trabalhos, tendo feito referência que haviam sido submetidos à Assembleia e nela se encontravam patentes, o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a

Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço, às Demonstrações dos Resultados e à Demonstração dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício de **dois mil e dois**, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único, nos termos do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais.

Entrados, de seguida, no **Primeiro Ponto** da Ordem de Trabalhos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral perguntado se algum dos presentes desejava usar da palavra sobre este ponto. Como ninguém o quisesse fazer, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral foram postos à votação, conjuntamente, na generalidade e na especialidade, o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço, às Demonstrações dos Resultados e à Demonstração dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício de **dois mil e dois**, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único

Feita a contagem dos votos verificou-se que aqueles documentos foram aprovados por unanimidade dos accionistas presentes ou representados, titulares de 163 615 460 acções (cento e sessenta e três milhões seiscentas e quinze mil quatrocentas e sessenta acções), representativas de 80% (oitenta por cento ) do capital social e de oitenta e quatro por cento (84%) dos direitos de voto.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou estar aberta a discussão quanto ao **Segundo Ponto** da Ordem de Trabalhos.

Como ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à votação a proposta do Conselho de Administração para a aplicação dos resultados do exercício, feita no seguinte sentido:

*"O Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do Exercício, no valor referido de 19.362.252 Euros:*

- a) Para Reserva Legal, 5% correspondentes a 968.112 Euros e 60 cêntimos.*
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração, nos termos do Artigo 23º, nº 3 dos Estatutos o montante de 500.000 Euros correspondentes a cerca de 2,5%.*
- c) Para distribuição aos Accionistas, 7 cêntimos por acção, cativos de impostos, no valor global de 14.324.498 Euros e 65 cêntimos.*
- d) Para Reservas Livres, o remanescente, no valor de 3.569.640 Euros e 75 cêntimos*

*Porto, 20 de Fevereiro de 2003*

*O Conselho de Administração"*

Colocado à discussão e votação o **Segundo Ponto** da Ordem de Trabalhos, e feita a contagem dos votos, verificou-se que aquela Proposta de Aplicação de Resultados fora aprovada, por unanimidade dos accionistas presentes ou representados, titulares de 163 615 460 acções (cento e sessenta e três milhões seiscentas e quinze mil quatrocentas e sessenta acções), representativas de 80% (oitenta por cento ) do capital social e de oitenta e quatro por cento (84%) dos direitos de voto.

Entrados de seguida, no **Terceiro Ponto** da Ordem de Trabalhos, respeitante ao Relatório de Gestão Consolidado, ao Balanço Consolidado, às Demonstrações dos Resultados Consolidados, à Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e ao Anexo ao Balanço Consolidado, às Demonstrações dos Resultados Consolidados e à Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados, relativos ao exercício de **dois mil e dois**, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal das Contas Consolidadas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único, nos termos do Artigo 508º-A do Código das Sociedades Comerciais.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral perguntou se algum dos presentes desejava usar da palavra, e como ninguém quisesse fazê-lo, pôs à votação os documentos em causa.

Colocado à discussão e votação o **Terceiro Ponto** da Ordem de Trabalhos, e feita a contagem dos votos, verificou-se que aqueles documentos foram aprovados por unanimidade dos accionistas presentes ou representados, titulares de 163 615 460 acções (cento e sessenta e três milhões seiscentas e quinze mil quatrocentas e sessenta acções), representativas de 80% (oitenta por cento ) do capital social e de oitenta e quatro por cento (84%) dos direitos de voto.

(...)

Nada mais havendo a tratar foi a sessão encerrada, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Daniel Proença de Carvalho e pelo Secretário da Sociedade, Dr<sup>a</sup> Ivone Santos Martins.

O Presidente da Mesa da Assembleia

**Dr.Daniel Proença de Carvalho**

O Secretário

**Dra.Ivone Santos Martins**